



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS (ILL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM - PPGLin
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

CRÍSNA BATISTA DA SILVA FERREIRA

**PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR-LESTE: UMA DISCUSSÃO
SOBRE POLÍTICAS E PLANEJAMENTOS LINGUÍSTICOS**

ACARAPE

2023

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS (ILL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM - PPGLin
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR-LESTE: UMA DISCUSSÃO
SOBRE POLÍTICAS E PLANEJAMENTOS LINGUÍSTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, como requisito à obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem. Linha de Pesquisa: Linguagem: diversidade e políticas linguísticas.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr. Alexandre Cohn da Silveira (UNILAB) - Orientador

Shirley Freitas Sousa (UNILAB) – 1^a avaliadora

Claúdia Ramos Carioca (UNILAB) – 2^a avaliadora

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Ferreira, Crisna Batista da Silva.

F383p

Promoção da língua portuguesa em Timor-Leste: Uma discussão sobre políticas e planejamentos linguísticos / Crisna Batista da Silva Ferreira. - Redenção, 2023.
126f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Em Estudos Da Linguagem, Programa De Pós-graduação Em Estudos Da Linguagem, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

1. Políticas Linguísticas. 2. Planejamentos Linguísticos. 3. Língua Portuguesa. 4. Timor-Leste. I. Título

CE/UF/Dsibiuni

CDD 306.449

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado principalmente ao povo timorense como contrapartida por todo ensinamento, saber, aprendizado e crescimento humanístico que me proporcionaram. Agradeço por todas as experiências compartilhadas e pelas maravilhosas memórias que criei ao lado de cada um. Ainda dedico este trabalho à UNILAB por propiciar ensino de qualidade, interdisciplinar e principalmente intercultural.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder força e coragem para enfrentar os desafios até aqui vencidos e a virgem Maria por toda intercessão;

A minha mãe por todo suporte emocional e financeiro, meu porto seguro, minha inspiração, minha maior motivação para continuar em frente, afinal sempre foi Deus por nós e nós por nós, mãe;

A comunidade timorense, em especial aos meus amigos timorenses, Francisco Araújo, Marcelo Maria, Mário Moniz, Tilce Monteiro, Jacinto Samboki, e a Sirilo;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alexandre Conh por toda condução nesse processo, por acolher, aconselhar e principalmente por acreditar. Sua empatia, docilidade e amor ao que faz, com certeza, fizeram toda diferença, tornando esse processo mais humano, algo muito necessário na academia;

Não poderia deixar de agradecer também a Profa. Dra. Hérica Jorge Pinheiro por toda colaboração;

A minha turma 2020.1 por toda parceria, por todos os momentos compartilhados;

Aos meus professores do Mestrado em Estudos da Linguagem (MEL), por todo o compartilhamento de ideias, conhecimentos e saberes em especial à Profa. Dra. Cláudia Carioca por acreditar no meu potencial, por me aconselhar metodologicamente e para além disso;

Ao Grupo de Estudos Interdisciplinares em Linguagem e Sociedade (GEPILIS);

Ao administrativo do MEL, em especial Valério, Adriano e Geodânia por toda parceria e principalmente, enquanto estive como representante discente titular do MEL;

A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP);

A banca examinadora, na pessoa da Profa. Dra. Cláudia Ramos Carioca e da Profa. Dra. Shirley Freitas Sousa por terem aceitado o convite e colaborado para o crescimento desse trabalho;

Aos meus amigos, Rodrigo Freitas, Eugênio Ramos e em especial à Késsio Jhone (amigo e co-orientador, função que ele mesmo delegou); à Ciciliane Bizerra (amiga, sócia, conselheira e irmã de coração); à Danielle Ketley (amiga e meu suporte emocional) e à Ana Priscila (minha dupla dinâmica), gratidão por suportarem o processo ao meu lado, sempre me incentivando e principalmente me acolhendo.

EPÍGRAFE

AVÔ CROCODILO

Diz a lenda e eu acredito! O sol na pontinha do mar abriu os olhos e espraçou os seus raios e traçou uma rota. Do fundo do mar um crocodilo pensou buscar o seu destino e veio por aquele rasgo de luz cansado, deixou-se estirar no tempo e suas crostas se transformaram em cadeias de montanhas onde as pessoas nasceram e onde as pessoas morreram Avô crocodilo – diz a lenda e eu acredito! É Timor!

Kay Rala Xanana Gusmão.

RESUMO

Timor-Leste é um país localizado no sudeste da Ásia, que possui uma rica diversidade linguística devido à sua história colonial e à miscigenação cultural. Após sua independência de Portugal, em 1975, e a subsequente invasão e anexação pela Indonésia, Timor-Leste passou por um longo período de luta pela autodeterminação. Neste estudo, são analisadas as políticas linguísticas adotadas pelo governo de Timor-Leste pós-independência, bem como os planejamentos linguísticos desenvolvidos para promover a valorização e preservação da língua portuguesa no país. Além disso, serão levados em consideração os aspectos sócio-históricos, pluriculturais e multilíngues que influenciam essa situação. Com base nisso, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar a valorização e o fortalecimento da língua portuguesa em Timor-Leste, por meio da discussão e análise das políticas linguísticas e planejamento linguísticos em vigor no país. Para esse propósito, procuramos também analisar as políticas linguísticas de promoção em Timor-Leste e como elas viabilizam ou dificultam a promoção da língua portuguesa no país. Busca-se igualmente identificar os desafios enfrentados na implementação de políticas linguísticas e planejamentos linguísticos para a promoção da língua portuguesa em Timor-Leste. Diante disso, entrevistamos timorenses, residentes e não residentes (no Brasil), explorando questões como o uso e a importância percebida do português, as experiências de aprendizado da língua, os desafios enfrentados na implementação das políticas linguísticas, e os avanços percebidos na promoção do português em relação às línguas nacionais. Também analisamos algumas políticas linguísticas oficiais para a promoção da língua portuguesa em Timor-Leste, a saber: Constituição da República Democrática de Timor-Leste, promulgada em 2002, que estabelece o português e o tétum como línguas oficiais do país, reconhecendo a importância da língua portuguesa e do tétum como línguas de comunicação, e a Lei n.º 14/2008, de 29 de Outubro (Lei de Bases da Educação), que estabelece as principais orientações para o sistema educativo timorense. No que diz respeito à língua, a lei determina que o português é a língua oficial de ensino e que deve ser promovida em todos os níveis de educação. Estas políticas linguísticas refletem um esforço do governo timorense para promover a língua portuguesa em território timorense. Desse modo, entre os resultados das análises realizadas, destacamos o esforço do Estado timorense na promoção do português no movimento pós independência do país, a importância da promoção das línguas oficiais e nacionais, bem como da cultura timorense, a realidade desafiadora do multilinguismo timorense e a hibridização do português para se manter presente na comunidade timorense.

Palavras-chaves: Políticas Linguísticas; Planejamentos Linguísticos, Língua Portuguesa; Timor-Leste.

ABSTRACT

East Timor is a country located in Southeast Asia, which has a rich linguistic diversity due to its colonial history and cultural miscegenation. After its independence from Portugal in 1975 and subsequent invasion and annexation by Indonesia, East Timor went through a long period of struggle for self-determination. This study analyzes the language policies adopted by the post-independence government of East Timor, as well as the linguistic plans developed to promote the valorization and preservation of the Portuguese language in the country. In addition, the socio-historical, multicultural and multilingual aspects that influence this situation will be taken into account. Based on this, the main objective of this paper is to analyze the valorization and strengthening of the Portuguese language in East Timor, by discussing and analyzing the language policies and language planning in force in the country. To this end, we also sought to analyze the language promotion policies in East Timor and how they enable or hinder the promotion of the Portuguese language in the country. We also seek to identify the challenges faced in implementing language policies and language planning to promote the Portuguese language in East Timor, as well as to present the impacts achieved through language policies to promote Portuguese. Finally, we intend to evaluate the impact of the language policies and planning implemented to promote the Portuguese language in East Timor. With this in mind, we interviewed Timorese residents and non-residents (in Brazil), exploring issues such as the use and perceived importance of Portuguese, the experiences of learning the language, the challenges faced in implementing language policies, and the perceived advances in the promotion of Portuguese in relation to national languages. We also analyzed some official language policies for the promotion of the Portuguese language in East Timor, namely: The Constitution of the Democratic Republic of East Timor, promulgated in 2002, which establishes Portuguese and Tetum as the official languages of the country, recognizing the importance of Portuguese and Tetum as languages of communication, and Law No. 14/2008, of 29 October (Basic Law of Education), which establishes the main guidelines for the Timorese education system. As far as language is concerned, the law states that Portuguese is the official language of instruction and that it should be promoted at all levels of education. These language policies reflect an effort by the Timorese government to promote the Portuguese language in Timorese territory. Thus, among the results of the analyses carried out, we highlight the efforts of the Timorese state to promote Portuguese in the country's post-independence movement, the importance of promoting official and national languages, as well as Timorese culture, the challenging reality of Timorese multilingualism and the hybridization of Portuguese in order to remain present in the Timorese community.

Keywords: Language Policies; Language Planning; Portuguese Language; East Timor.

LISTA DE FÍGURAS

Figura 1: Mapa de Timor-Leste.....	16
Figura 2: Mapa dos distritos.....	17
Figura 3: Distrito de Ainaro.....	19
Figura 4: Distrito de Baucau.....	20
Figura 5: Mapa do Distrito Administrativo de Lautem.....	21
Figura 6: Mapa do Distrito Administrativo de Liquiça.....	21
Figura 7: Mapa do Distrito Administrativo de Manatuto.....	22
Figura 8: Mapa do Distrito Administrativo de Manufahi.....	22
Figura 9: Mapa do Distrito Administrativo de Oecussi Ambeno.....	23
Figura 10: Mapa do Distrito Administrativo de Viqueque.....	24
Figura 11: Mapa linguístico de Timor-Leste.....	27
Figura 12: Estatísticas de Timor-Leste.....	101
Figura 13: Site do Governo de Timor-Leste.....	104
Figura 14: Tatoli (Agência noticiosa de Timor-Leste).....	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Planejamentos linguísticos em Timor-Leste.....	68
Quadro 2: Perguntas realizadas aos entrevistados.....	75
Quadro 3: Análise da Constituição da RDTL.....	80
Quadro 4: Análise da Lei de Bases da Educação.....	85
Quadro 5: Dados do perfil dos entrevistados.....	91
Quadro 6: Perfil sociolinguístico.....	93
Quadro 7: Pergunta 2.....	95
Quadro 8: Pergunta 3.....	97
Quadro 9: Pergunta 4.....	98
Quadro 10: Pergunta 5.....	99
Quadro 11: Pergunta 6.....	107
Quadro 12: Pergunta 7.....	109
Quadro 13: Pergunta 8.....	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo I – PANORAMA LINGUÍSTICO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE (RDTL)	16
1.1 Contextualização geofísica de Timor-Leste.....	16
1.2 A situação sociolinguística de Timor-Leste.....	27
1.2.1 Plurilinguismo no contexto plurilíngue doméstico.....	35
1.3 A Língua Portuguesa pelo mundo.....	37
1.4 A Língua Portuguesa em Timor-Leste.....	42
1.4.1 Contexto histórico e linguístico de Timor- Leste.....	46
Capítulo II - DISCUTINDO SOBRE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM TIMOR-LESTE	
.....	50
2.1 O campo das políticas linguísticas.....	50
2.2 As políticas linguísticas em Timor-Leste.....	53
2.2.1 Período Colonial.....	55
2.2.2 Período Indonésio.....	56
2.2.3 Período Democrático.....	60
2.2.4 Timor-Leste e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: promoção, política internacional e conflitos.....	62
Capítulo III - ABORDANDO PLANEJAMENTOS LINGUÍSTICOS EM TIMOR-LESTE	
.....	65
3.1 O campo dos planejamentos linguísticos.....	65
3.1.1 Planejamentos linguísticos em Timor-Leste.....	68
Capítulo IV - CAMPO METODOLÓGICO DO ESTUDO	73
4.1. Metodologia da pesquisa.....	73
4.2. Delimitação do universo e amostra.....	74
4.3. Procedimentos de coleta e análise de dados.....	75
Capítulo V - ANÁLISE DOS DADOS	79
5.1. Análise documental.....	79
5.1.1. Constituição da República Democrática de Timor-Leste.....	79
5.1.2 Lei de Bases da Educação.....	85

5.2 Entrevistas: a situação da língua portuguesa a partir da percepção dos timorenses.....	92
Capítulo VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	119

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a valorização e o fortalecimento da língua portuguesa em Timor-Leste, por meio da discussão e análise das políticas linguísticas e planejamento linguísticos em vigor no país. Diante disso, este estudo objetiva também complementar os demais estudos acerca da temática abordada, contribuindo para o conhecimento e a compreensão da situação linguística, bem como a promoção da língua portuguesa em Timor-Leste.

O interesse pelo tema surgiu a partir de dois momentos distintos, mas que foram complementares e essenciais. O primeiro foi quando estávamos cursando a disciplina de Políticas Linguísticas, no Curso de Licenciatura em Língua Portuguesa, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no qual surgiu o interesse em pesquisar as questões relacionadas às políticas linguísticas. O segundo momento que impulsionou nosso interesse pela temática foi a partir da convivência diária com colegas timorenses, estudantes dos mais variados cursos de graduação na UNILAB. Então, na busca por trabalhos semelhantes sobre as políticas linguísticas bem como sobre os planejamentos linguísticos focados na promoção da língua portuguesa em Timor-Leste¹, percebemos que não havia trabalhos que abordassem tal temática, perante isso, propomos a presente pesquisa.

A República Democrática de Timor-Leste (RDTL) é um pequeno país localizado no sudeste asiático que recentemente restaurou sua independência. A presença portuguesa na ilha foi marcada por mais de quatro séculos de domínio colonial. Em 1975, Timor-Leste declarou a sua independência, mas foi invadida e anexada pela Indonésia. A partir de 1999, o país foi libertado e, em 2002, foi restaurada a independência de Timor-Leste como Estado soberano. A religião oficial de Timor-Leste é a religião católica, com cerca de 90% da população a seguir este credo. Existem também numerosas outras crenças, incluindo o animismo, o islamismo, o budismo e o cristianismo protestante. A presença dos frades dominicanos foi decisiva para a conversão de muitos timorenses à fé cristã e, ao mesmo tempo, para a consolidação do poder português na região. Estes missionários, que viajavam pelas aldeias do interior, pregavam o cristianismo, ensinavam a língua portuguesa e transmitiam os costumes e tradições portuguesas. Ao que concerne o processo de colonização, dá-se a importância de compreender o processo do colonialismo linguístico em Timor-Leste e como tal processo reverbera nos campos da educação, política e desenvolvimento do país.

¹ Para essa busca foi utilizado o Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A Política Linguística, campo de investigação da presente pesquisa, pode ser definida como o estudo e a análise relacionados à forma como as línguas são tratadas na sociedade, como elas são usadas, ensinadas, codificadas e promovidas (Silva, 2013). Esse campo abrange não apenas a questão do uso da língua, mas também questões políticas, econômicas, culturais e sociais (que estão imbricadas a esses usos). Envolve também um olhar (existente ou não) para a questão da diversidade linguística, ou seja, como as diversas línguas são tratadas e reconhecidas na sociedade. Assim, uma política linguística de caráter democrático e cidadã teria como objetivo principal promover a diversidade linguística, preservar as línguas minoritárias e proporcionar o acesso às línguas oficiais. Ela também procura estabelecer padrões de uso linguístico para que as línguas sejam usadas de forma eficiente e eficaz, a fim de evitar confusão e problemas na comunicação. Além disso, a política linguística também visa promover o ensino de línguas nacionais e regionais em diferentes partes do mundo, a fim de promover o intercâmbio cultural e a compreensão mútua entre diferentes povos e nações. Portanto, podemos concluir que a política linguística é uma ferramenta importante para a promoção da diversidade linguística e do uso eficiente e eficaz das línguas. Ela é essencial para a preservação e promoção da língua nacional, bem como para o desenvolvimento de uma compreensão mútua e intercâmbio cultural entre povos e culturas diferentes.

Não poderíamos mencionar o campo das políticas linguísticas sem mencionar o planejamento linguístico pois seria incoerente de nossa parte. Apesar de o binômio ter surgido na segunda metade do século XX, seu crescimento e, conseqüentemente, seu reconhecimento só aconteceu no início do século XXI, isso devido ao interesse pelos estudos investigativos em termos de políticas linguísticas. Segundo Oliveira (2007, p. 384), “desde o início do século XXI tem crescido exponencialmente o interesse disciplinar pela política linguística no Brasil e no mundo em geral, o que chamei em outra oportunidade de “a virada político-linguística” nos estudos linguísticos”.

O planejamento linguístico se concentra na forma como certas línguas são usadas em diferentes contextos. É uma abordagem proativa para as questões linguísticas, que busca criar condições econômicas, políticas e sociais para promover a competência linguística. Nesse sentido, o planejamento linguístico é utilizado para estabelecer condições para aquisição de línguas adicionais e com isso criar um ambiente favorável para o uso de línguas nacionais, abordando questões relacionadas à diversidade linguística e promovendo o

desenvolvimento de línguas minoritárias. Esta abordagem pode incluir medidas como a inclusão de línguas minoritárias nos programas educacionais, a criação e implementação de programas de acesso à língua, a oferta de cursos de línguas e a formação de professores, ou seja, envolve a criação de políticas voltadas para facilitar o uso de línguas nacionais, bem como oficiais, em determinados contextos.

Por apresentar um tema pouco estudado no que concerne a sua temática, inclusive na própria UNILAB², espaço formativo onde surgiu o interesse pessoal desta pesquisa, pretendemos contribuir para além do espaço acadêmico, estendendo essa contribuição também para o contexto social timorense e brasileiro. Dessa forma, além de destacarmos o ineditismo da pesquisa, salientamos, conseqüentemente, a importância do presente estudo.

Com base no exposto, a contribuição que pretendemos apresentar com essa pesquisa é analisar a valorização e o fortalecimento da língua portuguesa em Timor-Leste, por meio da discussão e análise das políticas linguísticas e planejamentos linguísticos em vigor no país. Para esse propósito, procuramos também, como objetivos específicos, analisar as políticas linguísticas de promoção da língua portuguesa em Timor-Leste e como elas viabilizam ou dificultam a promoção da língua portuguesa no país; identificar os desafios enfrentados na implementação de políticas linguísticas e planejamentos linguísticos para a promoção da língua portuguesa em Timor-Leste; apresentar e avaliar os impactos conseguidos através das políticas linguísticas de promoção do português, bem como os planejamentos linguísticos da língua portuguesa em Timor-Leste.

A metodologia do presente trabalho de investigação possui natureza exploratória e descritiva, a partir de uma abordagem de caráter qualitativo. Quanto ao método de pesquisa, este é caracterizado como hipotético-dedutivo, ou seja, partimos da hipótese central do nosso estudo para tecermos nossas considerações analíticas. No que diz respeito ao procedimento técnico da pesquisa classificamos como bibliográfica, a qual é pautada na análise e discussão com base na literatura que envolve a temática pesquisada. Também é uma pesquisa documental, uma vez que procuramos analisar documentos referentes a duas políticas linguísticas (macro) oficiais, a saber: Constituição da República de Timor-Leste e a Lei de Bases de Educação do país. Para complementar o corpus estudado, também foi realizado um

² No Repositório Institucional da UNILAB contam uma média de dezoito trabalhos a respeito de Timor-Leste, sendo deles um total de quinze monografias, dois artigos e uma dissertação de mestrado. Sobre a temática (Política Linguística, Língua Portuguesa, Timor-Leste) abordada no referido trabalho, apenas um artigo apresentado pela autora deste trabalho.

levantamento de dados a partir do pensamento de cidadãos timorenses. Procuramos, portanto, conversar com timorenses por meio de entrevista semiestruturada, realizada através da plataforma Google Meet. As entrevistas realizadas com os timorenses foram realizadas a partir da colaboração e da parceria entre brasileiros e timorenses, que se dispuseram a contribuir para a realização e o sucesso da pesquisa. O tempo para execução das entrevistas com cada participante foi estimado em uma hora e trinta minutos. Cabe aqui mencionar que o percurso metodológico traçado foi pensado com o intuito de evidenciar na pesquisa uma análise das políticas linguísticas institucionais, dos planejamentos linguísticos em contraste com a realidade evidenciada nas entrevistas realizadas. Com base na metodologia apresentada, iniciaremos a análise pelo estudo documental relativamente às políticas linguísticas para promoção da língua portuguesa por parte do governo. Diante disso, trazemos a Constituição do país e levantamos uma discussão com a realidade apresentada por estudiosos e pesquisadores com a realidade linguística de Timor-Leste. Igual procedimento é feito com relação à Lei de Bases da Educação do país, a fim de analisar e discutir acerca da presença do português na Lei e, em contrapartida, relacionar o que os documentos preveem com a realidade linguística do país.

A seguir abordaremos a estrutura dessa dissertação a fim de situar nosso leitor na organização do trabalho. Nesse sentido, no Capítulo I - PANORAMA LINGUÍSTICO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE (RDTL), apresentamos Timor-Leste, sua conjuntura histórica, política, administrativa, social e linguística. No Capítulo II – DISCUTINDO SOBRE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM TIMOR-LESTE, apresentamos o campo histórico das políticas linguísticas e discutimos sobre as políticas linguísticas presentes em Timor-Leste nos períodos Colonial Português, Indonésio e Democrático, bem como sobre a participação de Timor-Leste na Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Em seguida, no Capítulo III - ABORDANDO PLANEJAMENTOS LINGUÍSTICOS EM TIMOR-LESTE, apresentamos o campo histórico dos planejamentos linguísticos, discutimos os planejamentos linguísticos implementados em Timor-Leste e seus impactos na sociedade, na educação e na cultura timorense. No Capítulo IV - CAMPO METODOLÓGICO DO ESTUDO, apresentamos a metodologia utilizada na referida pesquisa. Por fim, no Capítulo V - ANÁLISE DOS DADOS, apresentamos as análises realizadas no processo de pesquisa com base nas políticas linguísticas com foco na promoção da língua portuguesa. No capítulo VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS, apresentamos as conclusões finais, bem como, as contribuições do referente estudo,

CAPÍTULO I

PANORAMA LINGUÍSTICO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE (RDTL).

Timor-Leste é considerada a menor e a mais oriental das ilhas do arquipélago malaio, colonizado por Portugal, é o único país independente na Ásia de língua portuguesa. A economia do país depende principalmente da agricultura, da pesca e do turismo, o país tem também importantes reservas de petróleo e gás natural, que representam uma importante fonte de receitas para o país.

Neste capítulo se objetiva apresentar de forma breve a República Democrática de Timor-Leste (RDTL), a presença da língua portuguesa nesse país, bem como o histórico linguístico e o contexto multilíngue a fim de contextualizar e situar o leitor, pois acreditamos ser de suma importância conhecer um pouco sobre Timor-Leste e este contexto em que a língua portuguesa está inserida.

1.1 Contextualização geofísica de Timor-Leste.

Assim como muitas das nações que compõem os Países Africanos de Língua Oficial³ Portuguesa (PALOP), inicialmente, a história de Timor-Leste foi contada através da descrição oral dos povos que habitavam aquele espaço. A inserção da modalidade escrita em língua portuguesa se dá no país através dos depoimentos escritos acerca da descrição de Timor-Leste e por conta da exploração dos recursos naturais, tais como o sândalo, mel e cera, conforme nos aponta Paulino (2017, p. 2) é uma ilha atraída pelos povos letrados com interesse de explorar o comércio do sândalo, foi assim que deixaram alguns testemunhos escritos, há entre o período pré-histórico e o histórico uma zona de penumbra ou período proto-histórico, que se estende do século XIII ao XVI.

Localizado a cerca de 550 km ao Norte da Austrália, com uma população de 1.340.434 habitantes (segundo o Censo 2022), dos quais 678.087 são homens e 662.347 são mulheres, o que significa um aumento da população, comparando com os dados dos censos, em 2015.

³ Uma língua torna-se oficial quando é reconhecida por um Estado geralmente através da sua carta magna. Para Cunha (2007, p. 18) a língua oficial é inicialmente sobreposta a línguas locais pelo governo que a usa em documentação oficial, repartições públicas, rede escolar e mídia. Importante citar que um Estado pode ter mais de uma língua oficial como acontece, por exemplo, em Timor-Leste, com a oficialidade do português e do tétum.

Timor-Leste é a menor das ilhas do arquipélago malaio, com área de 15.007 km. O país possui, como línguas oficiais, o português e o tétum, para além destas, existem no território cerca de 15 línguas nativas e como línguas de trabalho, o inglês e o bahasa indonésio⁴, porém, o número de línguas na pequena ilha é controverso de autor para autor.⁵

Figura 1: Mapa de Timor-Leste.



Fonte: Site da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2012.

Timor-Leste levou um longo período para consolidar as suas divisões administrativas. No período de 1908, Portugal dividiu o território em quinze comandos militares, a fim de descentralizar a administração civil. Em 1918, uma década depois a metrópole criou as primeiras circunscrições civis, desarticulando assim o monopólio do poder militar, segundo o site oficial do governo:

Em meados da década de 60, a administração portuguesa assentava em 11 concelhos, Bobonaro, Cova-Lima, Liquiçá, Ermera, Díli, Ainaro, Same, Manatuto, Baucau, Viqueque e Lautém; e numa circunscrição, o enclave de Oecussi-Ambeno. As fronteiras destas divisões são quase idênticas às dos actuais distritos, com três diferenças: o concelho de Aileu foi, nos últimos anos da administração portuguesa desmembrado de Díli; e, sob a administração indonésia, o subdistrito de Turiscai passou do distrito de Ainaro para o de Manufahi, em troca do de Hato Udo, que passou a pertencer a Ainaro. De entre todos os distritos de Timor-Leste, é Viqueque que apresenta uma área maior (884 km²) e Díli dimensões menores (364 km²). (TIMOR-LESTE, 2022)⁶

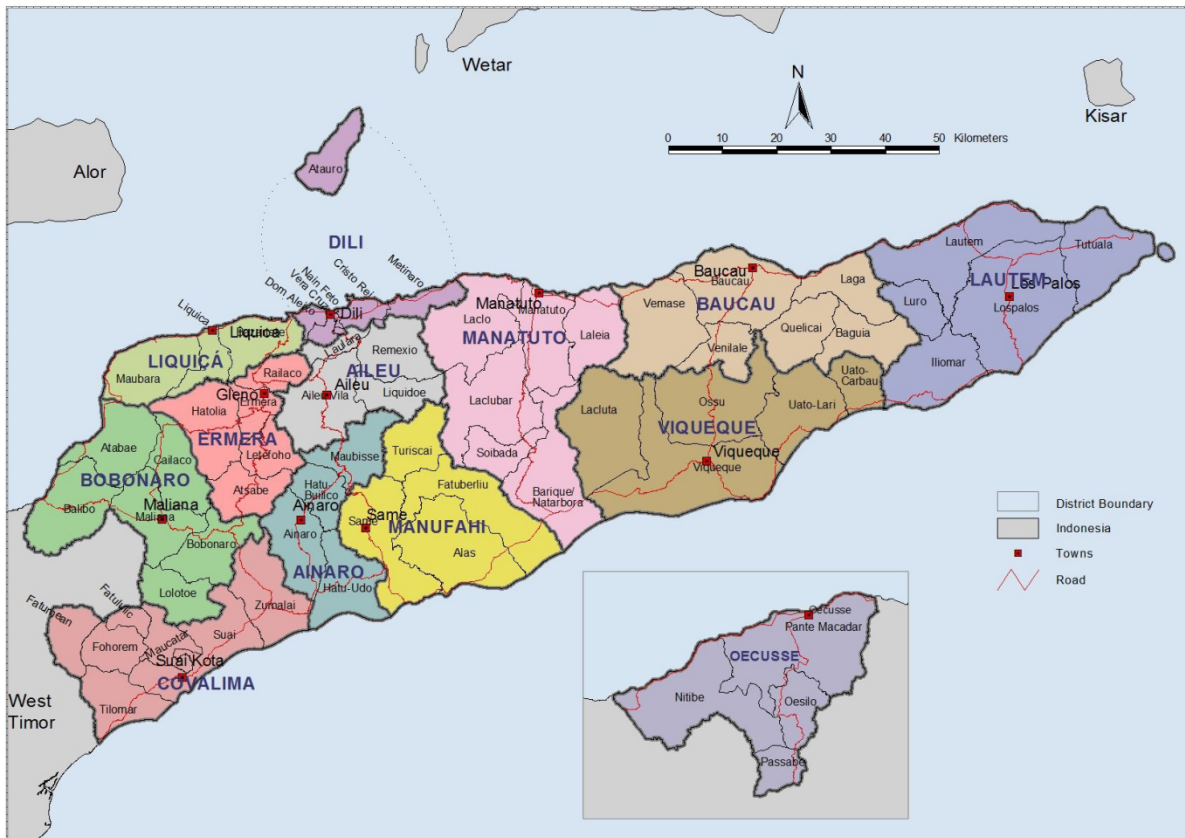
⁴ Bahasa Indonesia ou “língua indonésia”, também denominado de bahasa persatuan, é língua de trabalho em Timor-Leste em uso na administração pública a par das línguas oficiais.

⁵ Para mais informações, consultar o site Oficial da Republica Democrática de Timor-Leste.

⁶ Para mais informações, consultar o site Oficial da Republica Democrática de Timor-Leste.

Atualmente, com um sistema de república parlamentarista, Timor-Leste, que tem por capital a cidade de Díli, está dividido administrativamente em 14 distritos (Ataúro, Aileu, Ainaro, Baucau, Bobonaro, Cova Lima, Ermera, Lautem, Liquiça, Díli, Manatuto, Manufahi, Oecussi-Ambeno, Viqueque) e 67 sub-distritos; com composição étnica de origem malaio polinésia, papua e minorias de chineses, árabes e europeus.

Figura 2: Mapa dos distritos



Fonte: Direção Geral de Estatística/General Directorate of Statistics, 2018.

Com base no mapa acima apresentado, na costa norte do país estão localizados os distritos de: Bobonaro, Liquiça, Díli, Baucau, Manatuto e Lautem. Na costa sul ficam localizados os distritos de Ermera e Aileu e mais distante, no interior montanhoso, no enclave do território indonésio, fica situado o distrito de Oecussi Ambeno.

A porção oriental da ilha de Timor Português (atual Díli) pertencia a Portugal desde o século XVI, já a porção ocidental da ilha de Timor Holandês (atual Kupang) pertencia à República da Indonésia. Nesse arranjo geográfico, os primeiros mercadores e missionários portugueses que atracaram na ilha de Timor-Leste encontraram o país organizado em pequenos estados, os chamados reinos de Timor. Em 1651, com sucessivos

ataques, os holandeses conquistaram a porção ocidental da ilha de Timor, penetrando até a metade de seu território.

Conforme nos apontam Bedin e Castagna (2010, p.147), “[...] os portugueses chegaram lá pela primeira vez provavelmente em 1512 em busca do sândalo, mas a sua presença tornou-se mais efectiva só em 1562, quando foi construído um convento em Lifau, no norte da ilha, do qual se fizeram numerosas conversões [religiosas]”. Importante destacar que os missionários jesuítas desempenharam um papel importante nesse processo inicial de colonização, conduzindo missões e batizando os habitantes de Timor Leste.

Antes da construção do convento em Lifau, a presença dos portugueses se deu através das rotas de comércio entre Portugal e Malaca, posteriormente o comércio de sândalo, uma valiosa madeira aromática usada como especiaria e na produção de perfumes, começou a atrair comerciantes portugueses para região e com isso começaram a se fixarem no território timorense, porém nesse contexto de relação exclusivamente comercial, a brevidade dos contatos dos comerciantes com a população timorense não proporcionou o enraizamento da presença portuguesa que só foi ocasionada, anos mais tarde, pela expansão missionária, como mencionado acima.

Segundo a Constituição de Timor-Leste, o país está dividido administrativamente em quatorze distritos, nos quais além das línguas oficiais do país, é possível encontrar um número considerável de falantes das línguas nacionais. A seguir, apresentamos alguns desses territórios, importante mencionar que, o critério o qual motivou a escolha desses territórios, foi com base na paisagem linguística das línguas distritais e o seu respectivo panorama geolinguístico, com base no Censo Nacional da População e Habitação de Timor-Leste, 2022.

O distrito de Ainaro está localizado no sudoeste do país. Possui uma população de cerca de 72.989 e uma área equivalente a 869.8 km. Além das línguas oficiais do país, é possível encontrar no distrito de Ainaro grande parte da população que se expressa também em Mambai, além disso, ainda é possível encontrar falantes de Bunak e Kemak em Ainaro.

Durante os anos da ocupação, Ainaro foi território de vários confrontos entre a resistência e as forças de ocupação. Estas ações permitiram a recepção de ajuda internacional à resistência e a eventual declaração da independência em 2002. No início da resistência, uma unidade especial do exército português, em cooperação com o departamento de Ainaro,

estabeleceu uma estrutura de comando e controle que tinha por objetivos o financiamento, a comunicação e o abastecimento das forças de resistência pelas montanhas de Ainaro.

Outra força importante desempenhada por Ainaro foi o fornecimento de recursos humanos à resistência através da recruta e formação de guerrilheiros. Ao longo dos anos, dezenas de voluntários saíram de Ainaro e do resto de Timor-Leste para os campos de treino de resistência nas florestas. Ainaro foi também palco de vários incidentes, incluindo confrontos armados entre a resistência e as forças de ocupação. No passado, Ainaro teve um papel crucial na luta pela liberdade de Timor-Leste. A área serviu como base dos esforços militares de resistência, treino de guerrilheiros e controle de comunicações e abastecimento.

Figura 3: Distrito de Ainaro⁷



Fonte: Site do Governo de Timor-Leste, 2022.

Já o distrito de Baucau, localizado na zona oriental do país a aproximadamente cerca de 122 km da capital Díli, possui 133,881 habitantes. Neste distrito, para além das línguas oficiais, grande parte da população se comunica através do Macassai.

O Distrito de Baucau é uma das subdivisões administrativas de Timor Leste. Baucau é uma região montanhosa e tem uma área de aproximadamente 1.476 km². O distrito é limitado pelo Mar de Timor a norte, pelos distritos de Lautém a leste, Manatuto a oeste e Viqueque a sul. O distrito possui uma população diversificada, composta principalmente por falantes de tétum, português e outras línguas locais. A agricultura é a principal atividade econômica do distrito, com destaque para o cultivo de arroz, milho, café e coco. Além disso, a pesca também desempenha um papel importante na economia local. Em termos de atrações

⁷ Para mais informações, acessar o site do Município de Ainaro.

turísticas, Baucau possui belas paisagens naturais, incluindo praias isoladas, montanhas e cachoeiras.

O distrito de Baucau tem uma história rica e foi um local estratégico durante o período colonial português, sendo uma das principais áreas de resistência contra a ocupação indonésia. Durante o período de conflito, muitas infraestruturas foram destruídas, mas o distrito vem se recuperando gradualmente. Nos últimos anos, o governo de Timor Leste tem investido em infraestrutura no distrito de Baucau, buscando desenvolver o turismo e impulsionar a economia local.

Figura 4: Distrito de Baucau⁸



Fonte: Site do Governo de Timor-Leste, 2022.

Lautem, localizado mais para a ponta oriental da ilha de Timor-Leste, possui 69.836 habitantes e uma área de 1,813.11 km². Neste distrito, para além das línguas oficiais, os habitantes também se utilizam para se comunicar de Fataluco (idioma com raízes nas línguas papuas). A economia de Lautem é baseada principalmente na agricultura de subsistência, com os principais produtos sendo arroz, milho, mandioca e feijão. A pesca também é uma atividade comum na região, graças à sua localização próxima ao mar. Além disso, o turismo tem se desenvolvido nos últimos anos, principalmente devido às belas praias e paisagens naturais existentes no distrito. Lautem é caracterizado por suas terras altas e montanhosas, cobertas por florestas tropicais. Essas florestas abrigam uma rica biodiversidade, com espécies endêmicas e raras sendo encontradas na região. O Parque Nacional Nino Konis Santana é uma importante área protegida em Lautem, que visa preservar a rica flora e fauna local.

⁸ Para mais informações, visitar o portal municipal de Baucau.

Figura 5: Mapa do Distrito Administrativo de Lautem⁹



Fonte: Site do Governo de Timor-Leste, 2022.

Por sua vez, com cerca de 83.689 habitantes e uma área de 550.95 km², no distrito de Liquiça, situado na costa norte do país, além das línguas oficiais, é possível encontrar uma parcela considerável de falantes do bahasa indonésio e Tokodede. Liquiça possui uma paisagem diversificada, com planícies costeiras, montanhas e florestas exuberantes, possui alguns pontos turísticos notáveis, como as praias de areia dourada e as formações rochosas impressionantes que oferecem vistas panorâmicas do oceano. Há também um forte português em Maubara, município de Liquiça, construído pelos colonizadores portugueses no século XVI.

Figura 6: Mapa do Distrito Administrativo de Liquiça¹⁰



Fonte: Site do Governo de Timor-Leste, 2022.

Manatuto, situado na zona mais central do país, abrangendo também a costa norte e sul da ilha, com população de 50.989 habitantes e uma área de 1.785.96 km², também

⁹ Mais informações, verificar o site municipal de Lautem.

¹⁰ Para mais detalhes, acessar o portal municipal de Liquiça.

apresenta, para além das línguas oficiais, a presença da língua Galoli. A região é predominantemente rural, com uma economia baseada principalmente na agricultura de subsistência. Além da agricultura, o distrito também se destaca por suas atividades de pesca e pecuária. A pesca é especialmente importante devido à sua localização costeira. A pecuária, por sua vez, abrange a criação de animais como gado, búfalos e porcos. Culturalmente, o distrito de Manatuto é composto por uma mistura de diferentes grupos étnicos, incluindo os Tétum, Mambai e Tokodede. A população local preserva tradições e costumes ancestrais, como danças tradicionais, cerimônias religiosas e a fabricação de artesanatos. O distrito também possui vários locais de interesse turístico. A cidade de Manatuto abriga a Igreja de Santo Antônio, uma igreja católica construída pelos portugueses no século XVIII. Além disso, o distrito é conhecido por suas belas praias, como Pasir Besar e Ponta Dadar.

Figura 7: Mapa do Distrito Administrativo de Manatuto¹¹



Fonte: Site do Governo de Timor-Leste, 2022.

E o distrito de Manufahi, com localização na Costa Sul da ilha, possui cerca de 60.536 habitantes e uma área totalizando 1.326.60 km². Assim como Ainaro, é possível encontrar no distrito de Manufahi falantes de Mambai, para além das línguas oficializadas. O distrito abriga locais de importância histórica e cultural, como o memorial de Ai-Pelo, um monumento dedicado aos guerrilheiros timorenses que lutaram pela independência do país.

Figura 8: Mapa do Distrito Administrativo de Manufahi¹²

¹¹Para mais informações, verificar o portal municipal de Manatuto.

¹²Para mais informações, pesquisar por portal municipal de Manufahi.



Fonte: Site do Governo de Timor-Leste, 2022.

Já o enclave de Oecussi-Ambeno, que está situado na costa norte da metade ocidental da ilha de Timor, possui um território de 817.23 km² e tem 80.726 habitantes. No distrito de Oecussi Ambeno, grande parte da população se expressa em Baiqueno. O turismo é uma das apostas para impulsionar a economia do distrito. Oecussi-Ambeno possui belas praias, como a Praia de Nautilus, e paisagens deslumbrantes, como as montanhas de Mutis. Outro setor importante para a economia local é a agricultura. A pesca também é uma atividade significativa na área, com pescadores locais obtendo sustento do Mar de Savu. O distrito também é rico em recursos naturais, como petróleo e gás. A descoberta de reservas de petróleo na área atraiu investimentos estrangeiros e trouxe benefícios econômicos para a região.

Figura 9: Mapa do Distrito Administrativo de Oecussi Ambeno



Fonte: Site do Governo de Timor-Leste, 2022.

Viqueque, localizado na Costa Sul da Ilha, possui por volta de 80.054 habitantes e uma área de 1.880.39 km². Assim como Baucau, o distrito de Viqueque possui uma população de falantes em Macassai. A economia do distrito de Viqueque é principalmente

agrícola, com a produção de arroz, milho, mandioca e produtos hortícolas sendo as principais atividades. A pesca e a criação de gado também são importantes para a economia local.

Figura 10: Mapa do Distrito Administrativo de Viqueque¹³



Fonte: Site do Governo de Timor-Leste, 2022.

Ante o exposto acerca das línguas nacionais nos distritos, para Carioca (2016, p. 430), “percebe-se então que, apesar de ser um país lusófono, o português é uma das línguas menos falada em Timor-Leste, já que cada distrito tem sua própria língua materna”. Isso nos leva a considerar que, possivelmente, a língua portuguesa segue sendo utilizada de forma restrita no território, estando mais presente em contextos mais administrativos, como nos negócios, na governança, na advocacia e na educação. Da mesma forma percebe-se que apenas uma elite de intelectuais, políticos e religiosos se comunicam, em alguma medida, em língua portuguesa.

Diante do cenário linguístico que podemos encontrar em Timor-Leste, nos deparamos com o contato entre as línguas, o que nos leva a acreditar que tal contato linguístico proporciona um ambiente favorável para os empréstimos e hibridismos linguísticos. Com isso, as línguas em contato passam a acrescentar, por exemplo, a transferência de palavras, frases e estruturas sintáticas de uma língua para outra. No campo discursivo, muito por conta do processo de colonização – e, conseqüentemente, de colonização linguística (Mariani, 2004) – as línguas timorenses, mais particularmente o tétum, agregaram significados e valores dos colonizadores, o que afeta significados e valores locais, de certa maneira. Igualmente, a língua portuguesa em Timor-Leste, a despeito de esforços empregados pela manutenção de sua variante europeia no país asiático, também

¹³ Recomenda-se consultar o site municipal de Viqueque.

incorpora valores e formas de produção de saberes e conhecimentos locais em suas manifestações, recebendo, também, empréstimos e hibridismos das línguas nacionais.

A hibridização linguística é um processo que ocorre quando duas ou mais línguas se encontram e influenciam uma à outra. Isso pode acontecer naturalmente, quando diferentes grupos de pessoas se comunicam entre si e incorporam elementos da língua do outro grupo em seu próprio modo de falar. Esse processo pode ocorrer de forma inconsciente, ao passo que as pessoas adaptam sua fala para se tornar compreensíveis para os outros. Conforme a comunicação se torna mais frequente e contínua, esses elementos híbridos se tornam parte integrante da nova língua criada, refletindo a diversidade cultural e linguística dos falantes. A hibridização linguística também pode ser resultado de influências sociais, como a migração, a globalização e o contato entre diferentes grupos étnicos e culturais. Segundo Severo (2011), em última análise, a hibridização linguística contribui para a evolução das línguas, tornando-as mais dinâmicas e adaptáveis às mudanças sociais.

Em Timor-Leste, essa hibridização linguística ocorre devido à influência de diferentes línguas presentes no território timorense ao longo da história. À existência das línguas nacionais, à presença da língua portuguesa proporcionada pela presença da coroa portuguesa, assim como à presença da língua indonésia proporcionada através da invasão indonésia, essa convivência de diferentes línguas ao longo do tempo resultou em uma hibridização linguística, em que os falantes mesclam elementos das diferentes línguas para se comunicarem de forma eficiente. Essa hibridização é um fenômeno natural e espontâneo, não sendo uma língua padronizada ou formalmente estabelecida. A prioridade das pessoas é se fazerem entender e entenderem umas às outras, independentemente das regras gramaticais ou normas linguísticas.

Essa forma de linguagem híbrida resulta no linguajar timorense, caracterizado pelo uso de palavras e expressões de diferentes línguas, como português, tétum, indonésio e as línguas locais. Por meio dessa forma de comunicação, é possível expressar aspectos da identidade nacional, valores, tradições e criatividade linguística. É importante ressaltar que a hibridização linguística não significa a perda ou a inferioridade das línguas envolvidas, mas sim uma adaptação criativa para a comunicação efetiva. Essa hibridização linguística reflete a diversidade e a resiliência do povo timorense, ao mesmo tempo em que apresenta desafios para a preservação das línguas indígenas e o ensino das línguas oficiais.

Nessas condições de contatos linguísticos, algumas línguas como o tétum conseguiram se consolidar devido ao grande número de falantes e a participação da igreja católica na padronização linguística e normatização da língua, em contrapartida línguas com menor número de falantes não conseguiram permanecer consolidadas, chegando à extinção. Sobre a consolidação, bem como a importância do tétum no processo de comunicação dos falantes dos distritos que possuem línguas diferentes, segundo Carioca (2010, p. 431):

O Tétum é a língua dominante no território timorense e é considerado como língua materna para grande parte das comunidades, assim como também tem o status de língua nacional e oficial, servindo à união dos falantes nos distritos que possuem línguas diferentes. Um exemplo desse contexto plurilíngue é o das famílias que falam Tétum, Inglês e Baiqueno.

Timor-Leste possui uma situação sociolinguística fascinante devido à sua riqueza linguística e diversidade cultural. Como vimos anteriormente, o país é habitado por diversos grupos étnicos, cada um com sua própria língua e tradições. No próximo tópico iremos comentar acerca da situação sociolinguística de Timor-Leste e como esse ambiente é linguisticamente diversificado. Essa diversidade linguística é um reflexo da história e da relação entre as comunidades timorenses. Daí que a valorização das línguas locais é essencial para fortalecer a identidade, o pertencimento e o poder dos falantes dessas línguas. Ao promover o uso dessas línguas, Timor-Leste reconhece a importância de preservar e valorizar a diversidade linguística como um patrimônio cultural a ser protegido e promovido. O fortalecimento das línguas como forma de identidade está diretamente ligado ao processo de construção da nação timorense pós-independência. Durante os anos de luta pela independência, as línguas locais foram utilizadas como um meio de comunicação e resistência contra a ocupação estrangeira. Essas experiências se tornaram símbolos de orgulho e resistência para o povo timorense.

1.2 A situação sociolinguística de Timor-Leste.

Evidentemente, o contexto histórico de Timor-Leste contribui bastante para o atual cenário multilíngue do país, o que se constata nos dois idiomas oficiais, duas línguas de trabalho, previstas na Constituição, além das diversas línguas autóctones existentes na ilha. Desse pensamento, compartilha Silveira (2018, p. 28) quando diz:

Esse histórico contribuiu para um cenário linguístico diverso, composto por dois idiomas oficiais – o português e o tétum (língua nacional majoritária) – dois idiomas com o estatuto de “línguas de trabalho” – o inglês e o bahasa indonésio – além das diversas línguas autóctones existentes.

O contexto multilíngue do país tornou-se ferramenta de identidade e principalmente resistência entre os reinos de Timor-Leste. Segundo Soares (2015), o contexto multilíngue contribuiu para as lutas entre os próprios reinos, a partir dessa situação de conflito linguístico, os portugueses teriam aproveitado as circunstâncias, durante o período de colonização, para dividir o povo timorense, o que culminou no fracasso das lutas pela independência no país.

Figura 11: Mapa linguístico de Timor-Leste.



Fonte: Disponível no site Ethnologue, 2022.

Acerca das línguas, a Constituição da República Democrática Timor-Leste (TIMOR-LESTE, 2002) esclarece que:

Artigo 13º (Língua oficiais e línguas nacionais) 1. O tétum e o português são línguas oficiais na República Democrática de Timor Leste. 2. O tétum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo Estado.

Artigo 159º (Língua de trabalho) A língua indonésia e a inglesa são línguas de trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais.

A Constituição de Timor-Leste, nos seus artigos 13º e 159º, aborda um pouco do contexto multilíngue do país, porém vemos que essa abordagem é superficial. Se observamos, as línguas nacionais devem ser valorizadas e desenvolvidas, entretanto quando voltamos nosso olhar para as línguas de trabalho do país, não vemos menção acerca das línguas nacionais, dessa forma podemos inferir que as línguas nacionais (faladas por grande

parte da população) não recebem o devido prestígio perante as demais línguas citadas na Constituição, ficando assim reduzidas aos contextos sociais, ou seja, nas interações cotidianas entre a população timorense.

A respeito, empiricamente, observamos que nas repartições públicas afetas às finanças, a língua inglesa é insistentemente falada. No ministério da educação, é o português que predomina, enquanto que na rua, em especial no comércio de varejo, é o bahasa, ou melhor, a língua indonésia que ainda é muito falada. (Antunes, 2016, p.168).

Diante disso, se confirma a noção que as línguas nacionais são dispositivos linguísticos que funcionam como auxiliares. No artigo 13º da Constituição, item 2. “O tétum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo Estado”. (RDTL, 2002). Entretanto, nota-se, diante da realidade, uma falta de estudos das línguas nacionais: poucas descrições linguísticas, poucas gramáticas e dicionários, quase nenhuma documentação nessas línguas, com exceção do tétum que recebeu grande incentivo no período de colonização portuguesa, pois os colonizadores visualizavam na língua nacional um dispositivo de evangelização e catequização do povo timorense, diante disso o tétum recebeu materialidade linguística, tais como, descrições sobre o catecismo, manuais, dicionários e vocabulários.

Acerca da materialidade linguística do tétum, refere-se aos aspectos físicos da língua, como sua gramática, vocabulário, pronúncia e escrita. O Instituto Nacional de Linguística (INL), perante o Decreto 1/2004 de 14 de Abril do Governo de Timor-Leste, foi concebido como o "guardião científico do tétum oficial". Sua principal missão é desenvolver o tétum como língua nacional e preservar as demais línguas nacionais do país, com base na diversidade linguística e identidade nacional. Uma das principais áreas de dedicação do INL é o desenvolvimento do tétum-praça, que é uma variante padronizada da língua tétum. O tétum-praça é amplamente utilizado, nos meios de comunicação de massa e na educação como auxiliar ao português. O objetivo do INL é fortalecer a presença e o uso do tétum-praça, garantindo sua compreensão e acessibilidade por todos os falantes de tétum.

Como mencionado anteriormente, Timor-Leste, após proclamar a sua independência de Portugal em 1974, foi invadido pela Indonésia no ano seguinte, vivendo um período de genocídio e imposições que modificaram significativamente as dinâmicas sociais, culturais e políticas do país. Durante esse período, os cidadãos timorenses que sobreviveram aos inúmeros massacres foram terminantemente proibidos de usar a língua portuguesa em

suas comunicações, sendo, assim, obrigados a adotarem o idioma do invasor, o bahasa indonésio. Ao longo do período de invasão, grupos isolados de resistência utilizavam em muitas comunicações externas a língua portuguesa então desconhecida do inimigo, o que fez com que o idioma recebesse a denominação de “língua da resistência”.

Com a restauração da independência, em 2002, o país optou por oficializar a língua portuguesa em parceria com o *tétum praça*¹⁴, língua franca de Timor-Leste e falada pela maior parte da população. Para tanto, muitos discursos surgiram em defesa da oficialização do idioma do colonizador português, evocando tradições, importância histórica, política e econômica. O caso emblemático da oficialização do português em Timor-Leste parece contraditório na história e nos discursos construídos ao longo do tempo. Autores como Soares (2013) constroem e defendem o pensamento que a escolha do português com status de oficialidade deu-se por fatores históricos, identitários, afetivos, dentre outros.

Do nosso ponto de vista, a escolha do português como língua oficial decorre do peso de vários fatores: um peso simbólico pelo facto de ter sido a língua utilizada pela “guerrilha”; um peso identitário, pelo seu passado no território; um peso afetivo, decorrente da sua ligação ao catolicismo e, finalmente, um peso geoestratégico: confinado a um pequeno espaço entre a Indonésia e a Austrália, Timor Leste escolheu a língua do antigo colonizador. (Soares, 2013, p.5).

Há autores, como Silveira (2020), que nos apresentam um olhar diferenciado acerca do enunciado “língua de resistência” proferido nos discursos em relação à língua portuguesa em Timor-Leste e os espaços que ocupa (oficialidade e língua de instrução, por exemplo).

O discurso da “língua de resistência”, como dito antes, abarca as questões de enfrentamento à invasão e dominação indonésia e funciona como estratégia de segurança geopolítica dada a condição periférica de Timor Leste no cenário global, sobretudo diante das nações vizinhas: Austrália e Indonésia. No entanto, as lutas pela sobrevivência e em defesa dos valores timorenses existem há tempos, sobretudo contra as opressões portuguesas e a Revolta de Manufahi (1911) é um grande exemplo disso. (Sousa, 2016). Para além disso, a dita “língua de resistência” não era língua veiculada por guerrilheiros como Taur Matan Ruak, por exemplo, que veio a ser, posteriormente, chefe das FALINTIL (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste) e presidente da República, em 2012. (Silveira, 2018, p.36).

A realidade é que a presença da língua portuguesa em Timor-Leste nos mais diversos espaços do país é diversificada, complexa e paradoxal. Diante disso, o uso da língua, bem como a ideia de pertencimento ao idioma, parece não ser algo compartilhado por muitos da comunidade timorense, conforme nos apresenta Silveira (2018, p. 36), “Inúmeras vezes

¹⁴ Sobre o *tétum praça*, consultar; Albuquerque (2011).

perguntei o porquê da língua portuguesa e as respostas, todas, como que decoradas, convergiam para algo parecido a “está na Constituição da República, no artigo 13º” e também “para ajudar Timor”.

Segundo Alves (2005), diferentemente do português, os discursos assumidos perante o uso do tétum (em sua maioria) estão desenhados na óptica de uma língua de identidade nacional, isso por diversos fatores. Além de ser língua franca, foi também a língua mais bem documentada no período colonial português, por razões de ter sido escolhida pela igreja católica para a catequese, conforme aponta Albuquerque (2010). Importante mencionar que o tétum como língua franca, falada pela maioria da população, estabelece comunicação entre várias comunidades linguísticas do território.

Para além das línguas citadas na Constituição de Timor-Leste, outras línguas nativas compõem o cenário multilíngue de Timor-Leste. Segundo, Albuquerque (2011, p. 66):

Na parte leste da ilha de Timor, que corresponde ao território da nação leste-timorense, há cerca de 16 línguas nativas pertencentes a duas filiações genéticas diferentes, a saber: 12 línguas austronésias e 4 línguas papuásicas que se encontram distribuídas pelo território leste-timorense.

No que tange ao aspecto linguístico, Timor-Leste se insere na zona representativa da maior diversidade linguística mundial, diante disso, assume o papel autêntico de mosaico linguístico com um número muito variável de línguas identificadas. Diante dessa realidade multilíngue do país, o quantitativo de línguas diverge de autor para autor, conforme nos apresenta Soares (2016) na tabela abaixo:

Tabela 1: Línguas autóctones de Timor-Leste

Autores	Línguas	Nº
Duran (2011, 2002)	Papuas, Austronésias,	31 línguas
Leclerc (2004, 2012)	melanésias ou pré Austronésias, malaio -	19 línguas
Hull (2002, 2005)	- austronésias polinésias ou Trans -	16 - 15 línguas
Thomaz (2002)	(Capell) Nova Guiné	19 - 31 línguas
Costa (2005)	(Hull)	18 línguas e 7 dialetos

Fonte: Soares, 2016

Há autores como Albuquerque (2010) e Hull (2002) que afirmam que o número de línguas nativas leste-timorense é de 16, enquanto outros autores como Durand (2011), Tomaz (2002), Costa (2005) afirmam que este número é maior, chegando na casa das 18 ou 19 línguas, nessas condições é possível identificar o português dialogando com várias outras línguas e geralmente sendo língua adicional.¹⁵

A falta de unanimidade quanto ao número de línguas existentes estende-se à própria designação das línguas; à descrição linguística; às poucas gramáticas e dicionários ou à total inexistência, frequentemente, quanto aos espaços que estas ocupam e ao número de falantes. De qualquer forma, todos os pesquisadores concordam com a existência de duas grandes famílias linguísticas, as línguas papuas e as línguas austronésias ou malaio-polinésicas.

O site *Ethnologue - Languages of the world*¹⁶ aponta 23 línguas estabelecidas listadas para Timor-Leste: Atauran, Baikeno, Bunak, Fataluku, Galolen, Habun, Eu namoro, Idonésio, Kairui- Midiki, Kamak, Lakalei, Makalero, Makasae, Makuva, Mambae, Nauete, Pidgin -Timor, Português, Tétum, Tétum - Díli, Tukudede, Waima'a e Welaun.

A escrita do nome das línguas é um aspecto complexo e diversificado, pois cada língua possui suas particularidades e, muitas vezes, não existe uma normatização oficial. Isso significa que diferentes variantes escritas podem ser encontradas nos materiais que abordam determinada língua. Um exemplo disso é o Galolen, também conhecido como Galoli. Essa língua é falada em Timor-Leste e, devido à falta de uma padronização oficial, é possível encontrar diferentes formas de escrita em diferentes obras e documentos. Da mesma forma, o Mambae, falado em Timor-Leste, também apresenta variações na forma de escrita. O Tokodede, falado na Nigéria, também é um exemplo de língua que possui diferentes variantes de escrita. Alguns materiais podem utilizar a forma "Tocodede", enquanto outros podem preferir a grafia "Tokodede".

Essas variações na escrita das línguas podem ocorrer por diversos motivos. Em alguns casos, pode ser uma questão de preferência individual dos autores e pesquisadores que trabalham com essas línguas. Em outros casos, pode ser devido a diferenças regionais ou

¹⁵ O termo língua adicional apresenta a ideia de acréscimo, com ênfase no “acrécimo” ou “adição” a outras línguas que o indivíduo já fale. O uso do termo é discutido com mais relevância em Schlatter e Garcez (2009) e Judd et al. (2001).

¹⁶ Para mais informações consultar o site Ethnologue.

dialetais, onde diferentes comunidades ou áreas geográficas utilizam formas diferentes de escrever a mesma língua. É importante ressaltar que, embora haja essas variações na escrita das línguas, o mais importante é garantir a compreensão e comunicação entre os falantes nativos. A escrita é uma das ferramentas consideradas importantes para preservar uma língua e garantir seu uso e transmissão ao longo do tempo, portanto, é necessário buscar formas de escrita que sejam eficazes e acessíveis para os usuários dessa língua. Também é importante lembrar que a normatização não é um processo fácil ou rápido, especialmente quando se trata de línguas minoritárias ou indígenas. As línguas são dinâmicas e evoluem conforme as comunidades que as falam, e é essencial respeitar as nuances linguísticas e culturais presentes em cada uma delas.

Portanto, é compreensível que existam variações na escrita das línguas, especialmente em contextos em que não há uma normatização oficial. Nesses cenários, é importante que os estudiosos e falantes nativos dessas línguas estejam abertos ao diálogo e à colaboração, a fim de encontrar formas de escrita que sejam adequadas e eficientes para a comunicação e preservação dessas línguas.

Em Albuquerque (2014), data-se que os primeiros habitantes do território timorense eram ágrafos, ou seja, não desenvolveram nenhuma forma de escrita. Logo, não há registros escritos que possuam uma grande profundidade temporal contendo informações sobre o país ou os povos que lá viviam, conseqüentemente, muitas línguas existentes no Timor-Leste do passado foram extintas.

A diversidade linguística de Timor-Leste é resultado do seu passado histórico, com influências coloniais, migratórias e culturais. Cada língua nativa possui suas próprias características fonéticas, gramaticais e vocabulário distintos, refletindo a diversidade cultural das diferentes comunidades étnicas em Timor-Leste. Essa diversidade linguística também desempenha um papel importante na identidade e coesão social do país. As línguas regionais são usadas nas comunidades locais e são transmitidas de geração em geração, preservando a cultura e a tradição de cada grupo étnico.

A questão do multilinguismo é, portanto, fator inerente ao contexto timorense, faz-se necessário planejar políticas linguísticas que assegurem a interculturalidade nos mais diversos espaços de Timor-Leste (TL), a fim de que haja uma maior inclusão dos falantes nos

diversos ambientes, principalmente no ambiente escolar, bem como nas mais diversas funções de interação da língua, desse pensamento compartilha Carneiro (2010, p. 11), quando diz,

Este contexto linguístico desde o início do processo de independência de Timor Leste tem colocado uma série de questões a respeito da política linguística a ser adotada e desenvolvida no país, assim como da política de ensino de línguas a ser trabalhada nos ambientes escolares.

Diante do contexto linguístico apresentado, o ensino nas escolas de Timor-Leste parece ser um grande desafio para a realidade. Com foco na inclusão e respeitando a diversidade linguística e cultural do país, adotar políticas linguísticas que foquem na inclusão de todos os timorenses consiste em uma tarefa nada fácil para o governo pois, por vezes, o financiamento baixo para tal ação, ou até mesmo o não financiamento, colabora para o engessamento das políticas linguísticas do país. Evidentemente, o financiamento não é somente o único responsável para uma política linguística de qualidade, democrática e inclusiva em Timor-Leste. Há outros fatores que se somam à questão orçamentária, como o não compartilhamento de ideias político-linguísticas que atendam à diversidade local e a falta de interesse na promoção da diversidade. Estes são elementos relevantes que corroboram também para o processo lento das escolhas acerca das políticas linguísticas, bem como os próprios planejamentos linguísticos adotados.

Durante o período de ocupação portuguesa, a língua portuguesa foi introduzida como a língua oficial e de ensino em Timor-Leste, mas não houve um esforço suficiente para promover o seu uso generalizado, pois inicialmente o ensino de português em Timor-Leste estava voltado para uma elite, diante disso a maioria da população timorense continuou a utilizar as suas línguas nativas, como o tétum e o bahasa indonésio.

Em contraste, durante a ocupação indonésia de 1975 a 1999, houve uma política ativa de colonização linguística por parte da Indonésia. O bahasa indonésio foi promovido como a língua oficial e de ensino, e foi imposto às comunidades locais, com o objetivo de assimilar a população de Timor-Leste à cultura indonésia. Muitas escolas foram estabelecidas com instrução exclusiva em bahasa indonésio, e a língua tétum foi restringida em muitos contextos públicos, assim como a língua portuguesa.

Como resultado, hoje em dia, o bahasa indonésio é amplamente falado e compreendido em Timor-Leste, especialmente entre a geração que viveu durante a ocupação indonésia. Além disso, muitos timorenses têm conhecimentos linguísticos de bahasa

indonésio devido à proximidade geográfica e à influência cultural da Indonésia. No entanto, apesar dos esforços da ocupação indonésia, a língua portuguesa tem vindo a ganhar mais importância em Timor-Leste desde a restauração da independência em 2002.

Embora a sua utilização ainda seja limitada, o português está a tornar-se cada vez mais influente em termos de acesso a oportunidades educacionais e profissionais no país. É importante destacar que a recuperação e promoção da língua portuguesa em Timor-Leste enfrenta desafios, como a falta de recursos e infraestrutura para o ensino da língua, a diversidade linguística interna do país e a preferência da população pelo tétum e outras línguas nativas e até mesmo o inglês.

No subtópico a seguir comentaremos sobre o contexto plurilíngue no ambiente familiar. No contexto familiar timorense, é comum que as famílias se comuniquem em mais de uma língua, dependendo da região e da etnia. O plurilinguismo no ambiente familiar timorense reflete a diversidade linguística e cultural do país. Muitas vezes, as famílias usam diferentes idiomas em casa, dependendo da origem étnica e das influências culturais. Essa prática do multilinguismo no ambiente familiar timorense ajuda a preservar as diferentes línguas e culturas presentes no país. As crianças crescem ouvindo e aprendendo várias línguas desde cedo, o que pode fortalecer sua identidade cultural e facilitar a comunicação em diferentes contextos.

1.2.1 Plurilinguismo no contexto plurilíngue doméstico

O contexto plurilíngue no ambiente familiar refere-se à situação em que diferentes idiomas são falados e entendidos pelos membros da família. Isso pode ocorrer em famílias imigrantes, binacionais ou mesmo em famílias onde os pais têm fluência em mais de uma língua, como é o caso do povo timorense. Nesses casos, é comum que as crianças sejam expostas a mais de um idioma desde cedo. Por exemplo, um dos pais pode falar um idioma em casa, enquanto o outro pode falar outro idioma. As crianças podem crescer ouvindo e falando ambos os idiomas, e se tornarem fluentes em ambos.

O casamento para o povo timorense é um momento de grande festividade para as famílias dos noivos, bem como para os noivos. É um momento de celebrar a união, mas também de afirmar a identidade de uma etnia. Por isso, geralmente, o povo timorense possui duas celebrações de casamento, a primeira corresponde à celebração tradicional e a segunda é

a realização através do catolicismo para aqueles que o professam. Explicando melhor, nas palavras de Paulino (2014, p. 14):

Em primeiro lugar, celebra-se o casamento tradicional – é uma das prioridades para manter as tradições locais – com a aplicação das trocas dos bens-comuns entre familiares do noivo; em segundo lugar, a realização do casamento através dos rituais católicos (para aqueles que abraçam a religião católica) como sendo um processo de complementaridade ao casamento tradicional.

O ambiente familiar em Timor-Leste se mostra com enorme potencial linguístico diversificado, um excelente exemplo desse espaço multilíngue são os casamentos entre pessoas de diferentes etnias, algo bastante comum na ilha. Com base nisso, é bastante comum a criança crescer em um ambiente multilíngue onde os pais são falantes de línguas nacionais diferentes, dessa forma, muito dificilmente um timorense é falante de apenas uma única língua.

Neste contexto familiar multilíngue em Timor-Leste, as crianças têm a oportunidade de entrar em contato com várias línguas nacionais desde cedo. Através da interação com os membros da família, as crianças são expostas a diferentes línguas em seu ambiente doméstico. Isso cria uma base sólida para o desenvolvimento de habilidades linguísticas e aquisição de múltiplas línguas. A capacidade de aprender várias línguas ao mesmo tempo é uma vantagem para as crianças, pois estimula a flexibilidade cognitiva e melhora a comunicação intercultural. O contato com as línguas de instrução – que só acontece na escola – complementa o aprendizado das línguas familiares, permitindo que as crianças se familiarizem com diferentes estruturas linguísticas, vocabulários e estilos de comunicação. Isso amplia suas habilidades linguísticas, facilitando a compreensão e a expressão em diferentes contextos.

É importante ressaltar que o desenvolvimento multilíngue não significa que as crianças estejam divididas entre diferentes línguas, mas sim que elas têm a oportunidade de se tornarem bilíngues ou até mesmo políglotas. Esse ambiente multilíngue e multicultural na infância prepara as crianças para a diversidade linguística e cultural da sociedade timorense, promovendo a inclusão e o respeito pela pluralidade.

O contexto familiar multilíngue timorense favorece à criança o contato e a aquisição¹⁷ das línguas nacionais, ao passo que a criança inicia o seu processo de

¹⁷Segundo Cunha et al (2007, p. 26) a aquisição se refere a um processo inconsciente que envolve o desenvolvimento natural da proficiência linguística através do entendimento e uso da linguagem através de

alfabetização no ambiente escolar, passa, também, a ter o contato com as línguas de instrução, sendo possível o desenvolvimento da aprendizagem a partir destas. Apesar do contato, assim como a aquisição simultânea com as línguas nesse ambiente, o falante pode caracterizar como L1¹⁸ a língua que tenha mais domínio e intimidade. Importante lembrar que não necessariamente a língua que o falante aprendeu primeiro seja a língua L1, ou seja, quando um indivíduo é exposto a múltiplas línguas ao mesmo tempo, é comum que ele desenvolva uma preferência e domínio maior em uma delas, considerada sua L1 (primeira língua). Isso ocorre, pois ele tem mais contato e intimidade com essa língua, o que facilita o desenvolvimento da fluência e da proficiência. No entanto, é importante ressaltar que não há uma única definição universal de L1, e cada pessoa pode ter uma experiência diferente e única em relação ao domínio de suas línguas.

Para o contexto timorense, o que caracteriza esses indivíduos como bilíngues¹⁹ é o fato deles interagirem com o mundo ao seu redor em duas ou mais línguas. O bilinguismo em Timor-Leste não apenas reflete a diversidade linguística, mas também desempenha um papel importante na construção da identidade nacional e no fortalecimento dos laços entre os timorenses. A capacidade de se comunicar em várias línguas permite que os indivíduos entendam e compartilhem diferentes perspectivas culturais, promovendo a diversidade e a inclusão no país.

1.3 A Língua Portuguesa pelo mundo.

O processo de internacionalização da língua portuguesa, inicialmente, deu-se através das Grandes Navegações, datadas nos séculos XV a XVII, início do processo colonial a partir de então estabelecido, sendo, portanto as Grandes Navegações o carro chefe da expansão do português pelo mundo. Língua de prestígio, de expansão, de subjugação cultural, língua de unidade nacional, de afirmação, de tradição, de resistência, do colonizador, ocupando diversos espaços em termos numéricos, o português tem ganhado cada vez mais adeptos mundo afora, em meio a uma grande variedade de situações sociolinguísticas.

comunicação significativa. Aprendizagem, por outro lado, refere-se ao processo consciente e formal no decorrer do qual regras sobre a linguagem são explicitadas.

¹⁸ L1 e L2 são comumente usados para se referir a diferentes níveis de proficiência da língua. O termo "L1" se refere à primeira língua de uma pessoa, ou seja, a língua materna ou a língua que uma pessoa aprendeu desde cedo. Por exemplo, para um falante nativo de tétum, o tétum seria sua L1. Já o termo "L2" se refere a uma segunda língua que uma pessoa está aprendendo. Por exemplo, se uma pessoa cuja L1 é o tétum está estudando inglês, o inglês seria sua L2. Acerca dos termos L1 e L2 ver Catford (1959).

¹⁹ Os falantes bilíngues, em geral, usam com menor ou maior frequência uma língua, ou seja, depende da função comunicativa a ser exercida (Grosjean, 1982).

Conforme Oliveira (2013), o português está presente nos quatros continentes (América, África, Ásia e Europa), é língua oficial em dez países a saber: Angola, Cabo Verde, Brasil, Guiné - Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste. Nove deles membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e a China, especificamente, a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

Diante dessa situação, o português convive com diversas línguas, no caso de **Angola:** Dhimba, Khongo, Kikongo, Kimbundo, Umbundo; **Cabo Verde:** o Crioulo Caboverdiano; **Brasil:** línguas indígenas (Aikanã, Canela, Guarani-Mbyá, Kaapor, Kayapó, Nheengatu), Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), línguas regionais/de imigrantes - Alemão, Espanhol, Hunsrik, Italiano, Japonês, Pomerano, Talian; **Guiné-Bissau:** Badyara, Balanta, Biafada, Crioulo Guineense; **Guiné Equatorial:** Bakupu, Benga, Espanhol, Francês; **Moçambique:** Barwe, Chope, Dema, Kokola, Sena, Tonga; **São Tomé e Príncipe:** Angolar, Forro, Príncipe, Santomense; **Portugal:** Austiano, Caló, Galego, Minderico e **Timor-Leste:** Atauran, Baikeno, Bunak, Fataluku, Galolen, Makasae, Mambae, Naeute, Tétum, entre outras línguas. Na **China**, especificamente **Macau**, o português ainda convive com o Mandarim-Chinês, Chinês - Yue, Macaense (uma espécie de crioulo português de Macau). Entre outras línguas.

Atualmente, é comum observar a coexistência e interação de várias línguas em diferentes países. Em muitos casos, o português divide espaço com as línguas trazidas pelos colonizadores ou com línguas estrangeiras²⁰ e, ainda, com línguas de trabalho, como é o caso do TL. Em diversas nações, a Constituição do país reconhece e protege a diversidade linguística. É o caso do Brasil, por exemplo, em que a Constituição de 1988 estabelece o português como a língua oficial do país e determina que as línguas indígenas, de acordo com suas especificidades, também sejam valorizadas e protegidas, entretanto na prática isso não acontece. Além disso, a Constituição permite o ensino de línguas estrangeiras nas escolas brasileiras, incentivando o contato e a aprendizagem de outros idiomas. No caso de Timor-Leste também não é diferente, a Constituição do país procura reconhecer, valorizar e proteger a diversidade linguística.

²⁰Quanto ao uso do termo língua estrangeira, há controvérsias. Para Brumfit e Robert (1983), o termo é normalmente aplicado somente a línguas faladas fora das fronteiras do país em que se vive. É desse pensamento que compartilhamos. Trappes Lomax (1989) considera que qualquer língua que não seja nativa de uma determinada comunidade de fala pode ser considerada como estrangeira.

Interessante frisar que nesse cenário de contatos linguísticos, é importante promover o respeito e a valorização de todas as línguas presentes em um determinado país, garantindo o direito de cada indivíduo se expressar em sua língua materna. A diversidade linguística é uma riqueza cultural que deve ser preservada e promovida, permitindo a convivência pacífica e enriquecedora de diferentes idiomas.

Levando em consideração a complexidade linguística e cultural que caracteriza os países em que a língua portuguesa se encontra, com status de oficialidade ou mesmo co-oficialidade, esse contato linguístico proporciona à língua marcas linguísticas próprias. Devido a isso, o português falado no Brasil, em Timor-Leste ou em qualquer outro país da CPLP mostra-se diferente, com especificidades de cada local no qual está inserido, com isso consideramos que a língua portuguesa recebe fortes influências, por exemplo, das línguas nacionais, por isso é importante entendermos que não existe português “correto ou errado”, ou “mais correto ou mais errado”, o que existe é um português característico de cada local em que a língua se encontra e que todo esforço realizado para manter uma comunicação é válido e deve ser respeitado por todos.

De fato, foi percebido e também constatado durante as entrevistas que o português utilizado pelos entrevistados possuía marcas linguísticas das línguas nacionais, muito comum a utilização da língua materna, essa língua materna sendo o tétum ou uma outra língua nacional. Nas entrevistas realizadas comumente, os timorenses que conseguimos contato afirmaram inicialmente que não sabiam falar o português e que talvez houvesse dificuldade na comunicação, entretanto o que percebemos foi um receio na utilização da língua portuguesa. Ainda é válido ressaltar que o português utilizado pela maioria dos entrevistados estava mais próximo da realidade do português europeu.

Conforme Mariani (2004) para entendermos esse processo de colonização linguística precisamos recordar que tal processo trata-se de um processo principalmente histórico e de confronto entre línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos não semelhantes, em condições assimétricas de poder, tais que a língua colonizadora tem condições políticas e jurídicas para se impor e legitimar relativamente às outras línguas colonizadas.

Para entender esse processo, é necessário considerar o aspecto histórico, que leva em conta as relações de poder estabelecidas durante o período de colonização. Durante esse

período, a língua do colonizador era frequentemente imposta sobre as línguas nativas, muitas vezes de forma violenta. Essa imposição linguística acabava por reforçar a dominação política e cultural da potência colonizadora.

Além disso, é importante considerar que as línguas possuem não apenas uma função comunicativa, mas também uma dimensão simbólica. As línguas carregam consigo valores, significados e representações culturais, que podem entrar em conflito durante o processo de colonização. As línguas nativas frequentemente possuíam suas próprias histórias, memórias e políticas de sentido, que eram subjugadas ou até mesmo suprimidas pela língua colonizadora.

Essas condições assimétricas de poder entre as línguas tornam o processo de colonização linguística complexo. A língua colonizadora possui um status privilegiado, geralmente sendo a língua oficial do país ou indo além, sendo imposta como língua franca em diversas esferas da sociedade. Isso pode ser reforçado por políticas linguísticas discriminatórias ou até mesmo repressivas, que buscam enfraquecer ou erradicar as línguas colonizadas.

O processo de colonização linguística tem consequências profundas para as comunidades linguisticamente colonizadas. A imposição de uma nova língua muitas vezes leva à perda de identidade cultural, ao enfraquecimento das línguas nativas e à marginalização das comunidades linguisticamente colonizadas, como, por exemplo, citamos o caso do Brasil, onde é possível visualizar uma grande parcela da população em situação monolíngue. Essas consequências podem ser vistas nas diversas gerações que se seguem após o período de colonização, nas quais a língua colonizadora se torna dominante e as línguas nativas são relegadas a um papel secundário. É importante compreender e refletir sobre o processo de colonização linguística, pois ele evidencia as desigualdades de poder e as injustiças históricas presentes nas relações entre diferentes línguas e culturas. Além disso, compreender esse processo é fundamental para promover políticas linguísticas mais inclusivas e valorizar a diversidade linguística e cultural em sociedades pós-coloniais.

Considerando Severo (2015, p. 90), argumenta-se que o processo histórico de mercantilização da língua portuguesa ocorre por via da sua valoração como sendo adocicada. Essa valoração se funda nas complexas relações econômicas coloniais. De acordo com a autora, a ideia de “adoçar” a língua está relacionada com a exploração da cana-de-açúcar no

Brasil-colônia, em que indígenas e africanos escravizados foram submetidos às opressões coloniais – dentre elas, a imposição da língua do colonizador – o que configura uma participação linguística na construção colonial brasileira, na configuração das relações coloniais de poder e na própria importância pretendida para a língua portuguesa nesse contexto.

Durante os séculos de colonização, as potências europeias, principalmente Portugal, estabeleceram um sistema econômico baseado na exploração de recursos naturais, mão de obra e comércio. Dentro desse contexto, a língua portuguesa desempenhou um papel importante como meio de comunicação, mas também como instrumento de dominação.

Dos cinco continentes, a língua ocupa oficialmente quatro deles, como já mencionado anteriormente, resultando em muitos falantes de língua portuguesa como primeira ou língua adicional, nos mais variados graus de proficiência. Diante das condições de multilinguismo, o português ainda dialoga com outras línguas oficiais, como é o caso do Tétum, em Timor-Leste, e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Brasil. Ainda em Oliveira (2013, p.57), vemos que,

A CPLP, por isso, dialoga com as políticas contemporâneas do multilinguismo, e os estados membros desenvolvem crescente atenção a essas línguas, vetor de integração dos cidadãos às sociedades nacionais que, no século XXI, vão se configurando, cada vez mais como cultural e linguisticamente plurais.

Diante disso, os contatos linguísticos proporcionaram diálogos entre as línguas, o que permite interessantes alianças geolinguísticas. Importante lembrar que nesse espaço (CPLP) a língua portuguesa não é vista e utilizada de uma mesma forma, ou seja, de uma única forma, pois deve-se levar em consideração as múltiplas questões históricas e linguísticas dos países que a compõem.

A presença da língua portuguesa em Timor-Leste remonta ao século XVI, quando os portugueses chegaram à ilha de Timor em busca de especiarias. Durante o período colonial, que durou até 1975, a língua portuguesa foi imposta como língua oficial e utilizada nas instituições governamentais, na educação e nos negócios. A presença e influência do português em Timor-Leste ainda enfrentam desafios, como a forte influência linguística da língua indonésia no país devido ao seu passado de ocupação. Além disso, a língua portuguesa continua sendo uma parte importante da identidade timorense. É vista como uma forma de manter a conexão com a história e a cultura do país, assim como com a Comunidade dos

Países de Língua Portuguesa (CPLP), da qual Timor-Leste é membro desde 2002. A língua também é valorizada como um recurso para o desenvolvimento econômico, já que o conhecimento do português pode abrir oportunidades de emprego e facilitar relações comerciais com países de língua portuguesa.

1.4 A Língua Portuguesa em Timor-Leste.

Segundo Albuquerque (2014) há indícios de que, provavelmente, o primeiro estudioso que teve algum interesse em estudar a língua portuguesa falada em Timor-Leste foi Hugo Schuchardt por volta de 1882, o mesmo teve contato com crioulo português de Bidau, através de informações do governador interino de Timor Português, José dos Santos Vaquinhas.

Anos mais tarde, em 1885, o Vigário Geral de Timor ofereceu informações diferentes a Schuchardt, em carta reproduzida em Baxter (1990, p. 5), contradizendo as informações de Vaquinhas em 1882, o Vigário Geral de Timor afirmou não existir um crioulo de base portuguesa em Timor, mas um português “estropiado” e “corrompido”. (Albuquerque, 2014, p. 56)

A presença da língua portuguesa na ilha de Timor-Leste, como mencionado, remonta ao século XVI, período em que os portugueses iniciaram uma série de contatos com timorenses, a princípio, com fins comerciais. Tardamente, esses contatos estenderam-se para fins religiosos e políticos.

A intenção de estabelecer relações comerciais e de evangelização foi um dos principais motivos que levou os colonizadores portugueses a se aproximarem das ilhas daquela região, assim como de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, e posteriormente, do Brasil. Os portugueses tinham interesse em explorar os recursos naturais das ilhas, como o pau-brasil no Brasil e o açúcar nas ilhas atlânticas, além de estabelecer rotas de comércio com outros países. Ao mesmo tempo, a Igreja Católica tinha o objetivo de difundir a fé cristã nessas novas terras, convertendo os nativos ao catolicismo. Essa necessidade de comunicação entre os colonizadores portugueses e os povos locais, que falavam línguas nativas como o tupi no Brasil, o tétum em Timor-Leste e o crioulo cabo-verdiano em Cabo Verde e o crioulo guineense em Guiné-Bissau, por exemplo, levou à criação de uma língua franca que pudesse facilitar o diálogo entre essas diferentes culturas.

Assim, a língua portuguesa foi influenciada e reforçada pelo contato com outras línguas locais. Isso resultou na formação de variantes regionais da língua portuguesa, com características próprias, que se desenvolveram ao longo do tempo e se tornaram parte

integrante da identidade cultural dessas regiões. Esse processo de interação linguística e cultural é fundamental para entender a diversidade da língua portuguesa ao redor do mundo.

Durante a ocupação portuguesa, o ensino do português era destinado principalmente aos colonizadores e à elite local, deixando a maioria da população excluída do acesso à língua. Além disso, a resistência à dominação portuguesa levou muitos timorenses a rejeitar o aprendizado do português como forma de afirmar sua identidade cultural. Considerada como uma língua estruturada perante as línguas autóctones do território timorense, o português ganhou adeptos em Timor-Leste devido aos benefícios comerciais que a língua podia proporcionar. Além das motivações comerciais que já mencionamos, supõe-se que a igreja tenha também contribuído para o despertar do interesse das populações em relação à língua portuguesa, já que inicialmente a religião tratou da educação no país.

As manifestações religiosas do catolicismo (missas, orações, vigílias e a própria catequese) contribuíram para a promoção da língua portuguesa em Timor-Leste, até o início do século XVIII, conforme nos aponta Almeida (2008, p. 17):

A língua portuguesa circulou por motivações comerciais e religiosas até ao início do século XVIII, altura em que, no ano de 1702, desembarcou na ilha o primeiro Governador de Timor, facto que passou a acrescentar ao português um significado político. O território passou a ser estruturado em torno de uma administração central. O português foi, logicamente, a língua administrativa, e a sua difusão deve ter-se então incrementado. Agora o português passou a ser também a língua de contacto com as elites administrativas, ganhando um elevado estatuto.

Inicialmente o comércio era voltado para a comercialização do sândalo, além do sândalo, o interesse português tinha como foco a venda e a compra de escravizados, sendo assim, o comércio até mais lucrativo que a própria madeira, como nos aponta Silveira (2008). Ainda sobre o comércio de escravizados, Pélissier (2007, p. 27) afirma que:

Independente do tráfico de escravizados que governador e os oficiais deste estabelecimento [Díli] ainda praticam em segredo e na sombra, estes mesmos delegados praticam ali o comércio da madeira de sândalo e de alguns outros produtos da ilha a fim de proverem por este meio os emolumentos insuficientes que Portugal lhes concede [...]. Os dois pequenos fortes estão em mau estado e mal armados. Os portugueses mantêm muito poucas relações com os indígenas... (C. J Temminck, *Coup-d'oeil général sur les possessions néerlandaises dans l'Inde archipelagique*). Leyde, 1849. Tomo III, p. 164.

Evidentemente o processo de comercialização seja de madeira, seja de escravizados, em Timor-Leste possibilitou à língua portuguesa ter contato com as línguas nacionais, esse

contato estreito entre as línguas deu origem ao pidgin ²¹e mais tardiamente aos crioulos²² de base portuguesa.

A origem do pidgin remonta aos primeiros contatos entre pessoas de diferentes línguas, muitas vezes resultado de processos coloniais ou de exploração entre grupos étnicos distintos. Durante o período colonial, os pidgins surgiram como uma forma simplificada de comunicação entre os colonizadores e as populações nativas. Estas línguas simplificadas eram uma mistura de palavras e estruturas gramaticais das línguas nativas e da língua do colonizador. À medida que os encontros interculturais se tornavam mais comuns, os pidgins também se formavam em outros contextos, como o comércio de escravizados, a exploração de recursos naturais ou a imigração em grande escala. No entanto, esses pidgins não eram línguas completas, mas sim formas limitadas de comunicação que atendiam a necessidades básicas de interação.

Com o tempo, alguns pidgins evoluíram para crioulos, que são línguas mais complexas e desenvolvidas, é importante mencionar que há um desconsenso em relação a evolução dos pidgins e crioulos. Costumeiramente, os crioulos surgiram quando os pidgins se tornaram a primeira língua de uma comunidade, transmitida de geração em geração. O desenvolvimento do pidgin e do crioulo é influenciado não apenas pelas línguas que lhe deram origem, mas também pelo contexto social e cultural em que são falados. Cada pidgin e crioulo é único em sua composição e características linguísticas, refletindo a diversidade cultural e histórica das áreas em que foram desenvolvidos. Hoje, os pidgins e crioulos desempenham um papel importante na comunicação intercultural e na preservação da identidade linguística em várias partes do mundo.

Sobre os crioulos de base portuguesa, são línguas crioulas que surgiram a partir da hibridização do português com línguas africanas e indígenas, durante o período colonial. Essas línguas crioulas foram desenvolvidas principalmente em regiões onde houve um intenso tráfico de escravizados, como em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, com exceção do Brasil, Angola, Moçambique e Timor-Leste. Cada crioulo tem suas próprias características e são línguas maternas de uma comunidade falante. Além disso, esses crioulos são línguas em constante evolução, com gramáticas próprias, vocabulários distintos e

²¹ Sobre pidgin ver, Couto, H.H. Introdução aos estudos das línguas crioulas e pidgins. Brasília: Editora da UnB, 1996.

²² Sobre línguas crioulas, Couto, H.H. Introdução aos estudos das línguas crioulas e pidgins. Brasília: Editora da UnB, 1996.

influências de outras línguas além do português, como o africâner (língua nativa da África do Sul), inglês, francês e línguas africanas e indígenas locais.

No caso do crioulo cabo-verdiano, por exemplo, que se desenvolveu no arquipélago de Cabo Verde é uma língua nacional com grande número de falantes, e que divide espaço com a língua portuguesa. Possui variantes diferentes em cada ilha, e é falado como primeira língua pela maioria da população. Possui um vocabulário similar ao do português, mas com muitos termos e expressões únicas. Outro exemplo é o crioulo guineense, falado na Guiné-Bissau, que também possui variações regionais. É usado de forma oral, além disso, é a língua principal de comunicação entre a população guineense. Os crioulos de base portuguesa se desenvolveram como línguas de resistência e sobrevivência durante o período colonial, quando os colonizadores proibiram ou limitaram o uso das línguas nativas. Os escravizados africanos, nativos e descendentes, tiveram que se comunicar entre si e com os colonizadores, o que resultou na criação desses crioulos.

Atualmente, os crioulos de base portuguesa desempenham papéis importantes nas comunidades em que são falados. São usados como línguas de comunicação diária, nas famílias, no comércio, na mídia e na cultura em geral. No entanto, os crioulos de base portuguesa ainda enfrentam desafios e estigmatizações. Muitas vezes são vistos como línguas inferiores em comparação ao português, o que leva as pessoas a abandonarem o seu uso e a privilegiarem apenas o português. Isso pode ocorrer tanto pela pressão social quanto pela necessidade de se adaptar a um mundo globalizado e ao mercado de trabalho. Apesar dos desafios, o reconhecimento e valorização dos crioulos de base portuguesa têm crescido ao longo dos anos. Além disso, têm sido realizados esforços para promover a sua preservação e ensino, por meio do desenvolvimento de materiais educacionais e programas de formação de professores. Os crioulos de base portuguesa são importantíssimos na construção da identidade cultural e na expressão das comunidades que os utilizam. Representam uma prova da diversidade linguística e cultural presentes nos países lusófonos, enriquecendo o panorama linguístico e contribuindo para uma maior inclusão e valorização das diferentes formas de falar e se comunicar.

Proporcionado através da colonização linguística, o processo evolutivo, bem como linguístico dos pidgins e crioulos, proporcionou marcas identitárias, assim como linguísticas muito importantes. Incontestavelmente, se observamos o cenário da língua portuguesa ao decorrer dos anos em Timor-Leste podemos perceber que apesar dos

quatrocentos anos de ocupação portuguesa, o ensino aprendizagem do português não foi efetivo como quanto o ensino aprendizagem da língua indonésia, conseqüentemente, o número de falantes em língua portuguesa se tornou menor, em contrapartida à língua indonésia, seus vinte e quatro anos de dominação foi suficiente para tornar a língua indonésia mais utilizada na comunidade timorense. Os movimentos linguísticos/políticos também favoreceram a colonização linguística indonésia, com disponibilidade de um maior investimento financeiro para o setor educacional, era mais viável o acesso aos materiais didáticos para professores e estudantes. A distância entre Timor-Leste e Portugal e o desinteresse por parte da coroa portuguesa também foram pontos para a instalação e manutenção do ensino em língua indonésia.

No próximo subtópico abaixo discutiremos o descobrimento do histórico linguístico de Timor-Leste, como a história linguística de Timor-Leste é influenciada por uma hibridização de línguas austronésias e papuas, com algum impacto do português devido ao período colonial. É importante mencionar que, antes da chegada dos colonizadores portugueses no século XVI, os habitantes de Timor-Leste falavam uma variedade de línguas regionais austronésias e papuas. Estas línguas incluem, por exemplo, o tétum, o mambai, makasae, galoli, kemak, bunak, baikeno e o tokodede, entre outros.

1.4.1 Contexto histórico e linguístico de Timor- Leste.

Assim como no Brasil, a língua portuguesa chegou em terras timorenses através das Grandes Navegações, em meados do século XVI. Com o discurso de evangelização chegaram em Timor-Leste os primeiros frades dominicanos portugueses. Ao passo que se desenvolvia uma progressiva influência religiosa, se estabelecia a dominação portuguesa na ilha timorense.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as forças dos Aliados constituídas por maioria de australianos e holandeses reconhecem a posição geograficamente estratégica de Timor-Leste, nessas condições, estabelecem posições no país. Nesse período o território torna-se campo de guerra, havendo, assim, duros confrontos com as forças japonesas. Em 1945, com o país devastado e com inúmeras mortes de timorenses, a então Administração Portuguesa é restaurada em Timor-Leste.

Segundo Mattoso (2001) a vitória da tropa dos Aliados ao final da Segunda Guerra Mundial teve um impacto significativo na divisão entre Timor Português e Timor

Holandês em relação às suas preferências pelos australianos e japoneses, respectivamente. Durante o período da guerra, o Timor Português foi ocupado pelas forças japonesas, enquanto Timor Holandês foi controlado pelos australianos.

A ocupação japonesa de Timor Português foi marcada por repressão e violência. Os japoneses impuseram um regime autoritário, realizaram massacres e forçaram a população a trabalhar em condições desumanas. Essas ações contribuíram para a formação de uma resistência local contra a ocupação japonesa, que tinha o apoio dos australianos. Após a derrota do Japão e a vitória dos Aliados, houve a retomada do controle dos territórios ocupados. No entanto, a divisão entre Timor Português e Timor Holandês se aprofundou.

Inicia-se, em 1974, o processo de descolonização de Timor-Leste com a Revolução de 25 de abril²³ deste ano, na qual se consagrou o respeito pelo direito à autodeterminação das colônias portuguesas e, conseqüentemente, deu-se o primeiro passo para criação dos partidos políticos de Timor-Leste.

Depois da queda do regime fascista em 1974, o novo governo democrático português encorajou a independência das possessões ultramarinas: no dia 18 de Novembro foi enviado Mário Lemos Pires como novo – e último - Governador de Timor. O primeiro dever que ele tinha que cumprir era legalizar os partidos políticos em preparação das eleições para a Assembléia Constituinte de 1976 (Bedin; Castagna, 2010, p.148).

Foram criados três partidos políticos principais: União Democrática Timorese (UDT), a Associação Social Democrática Timorese (ASDT) e a Associação Popular Democrática Timorese (APODETI). A UDT visava à integração de Timor-Leste numa comunidade de língua portuguesa, enquanto a APODETI defendia a integração com autonomia na comunidade Indonésia, já a ASDT, posteriormente transformada na Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), defendia o direito à independência do país.

Em 1975, crescem os movimentos de libertação locais em Timor-Leste com a dissolução do império colonial português. Diante disso, o país caminha para sua independência que acaba acontecendo em 28 de novembro de 1975. A Indonésia deslegitima o ato de independência unilateral de Timor-Leste e invade a região leste da ilha, renomeando

²³ A Revolução de 25 de abril, também conhecida como Revolução dos Cravos, refere-se ao movimento militar e popular ocorrido em Portugal em 1974, que resultou no fim da ditadura do Estado Novo e na implementação de um regime democrático no país. A Revolução teve um impacto profundo em Portugal. Além de acabar com a ditadura e instaurar um regime democrático, a revolta também levou à descolonização das colônias portuguesas na África, pondo fim à Guerra Colonial que já durava mais de uma década. Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe se tornaram independentes.

o território de *Timur Timur*. Dá-se, então, início a uma guerra sangrenta, a qual dizima, aproximadamente 1/3 da população timorense, proíbe-se o uso do português e desencoraja o uso do tétum com fortes represálias ao povo timorense e aos veículos de comunicação da época.

Após inúmeras situações de guerra e massacres vivenciadas ao longo dos mais de 25 anos de invasão indonésia²⁴, o país recebe intervenção político-militar da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1999 e em 20 de maio de 2002, Timor-Leste tornou-se oficialmente República Democrática de Timor-Leste com a promulgação da Constituição em 22 de março do mesmo ano.

Em Timor-Leste, outras línguas compõem o cenário plurilíngue que caracteriza o país. É importante, também, destacar a presença desses grupos linguísticos e suas formações culturais para entendermos as relações existentes entre as línguas autóctones e a língua portuguesa. As demais línguas faladas no território timorense descendem de duas grandes famílias linguísticas, assim sendo, os grupos familiares: austronésia e papuásia (também conhecida como não austronésia).

Timor-Leste é um país plurilíngue, com 16 línguas faladas em seu território, esse quantitativo diverge de autor para autor. As línguas mais comuns são português, tetum, mambae, tokodede, rokahiangán, tokodede, mambaí e kemak. Há também muitos outros dialetos regionais falados por comunidades pequenas na região. O plurilinguismo de Timor-Leste foi construído durante séculos por meio da influência de assimilados culturais, bem como a interação entre as várias comunidades locais. A presença do português foi influenciada pela recente história dos portugueses que ocuparam Timor-Leste durante mais de três séculos. Outras línguas como tetum, tokodede e mambae foram introduzidas devido à influência das comunidades indígenas locais. Outras línguas locais foram sustentadas pela presença de estrangeiros, como chineses e muçulmanos, que estabeleceram residências e comércio na região, assim como pelas comunidades imigrantes vindas sobretudo do Indo e regiões da Ásia. A língua portuguesa também sofreu uma grande influência da cultura indonésia, que foi introduzida quando o país ficou sob o controle indonésio. Timor-Leste é atualmente o lar de várias línguas e deve se manter assim, para preservar sua rica herança linguística. O país procura a preservação das línguas locais, incentivando o seu uso em

²⁴ Sugere-se, para um aprofundamento nessas questões, os filmes “Timor Lorosa’e – o massacre que o mundo não viu” (2001) e “Balibo” (2009).

educação (mesmo que de forma oral), cultura (com as manifestações culturais dos povos) e identidade nacional.

Segundo Albuquerque (2010), as línguas Austronésias pertencem ao ramo Mailaio - Polinésio Ocidental (grupo Neo Butônico) e estão subdivididas em dois grupos: Fabrônico e Ramelaico e as línguas Papuásias são do grupo Grupo Neo - Bomberaico.

O fator de maior importância no desenvolvimento das línguas faladas em Timor Leste foi a migração de povos originários da região central das Molucas um pouco após esse período da migração dos povos butoneses, que desencadeou um intenso contato e, desta maneira, um processo de crioulização em todas as línguas nativas austronésias e não austronésias. (Albuquerque, 2010, p. 3).

Diante disso, cremos que o processo de migração dos povos sempre favoreceu o contato das línguas nos territórios, proporcionando a hibridização das línguas nativas, assim também, favorecendo o nascimento de novas línguas. Tendo conhecimento acerca do histórico linguístico podemos perceber que Timor-Leste possui uma história de formação de uma identidade nacional muito ligada à questão linguística. Timor-Leste é um autêntico mosaico linguístico, disso não temos dúvidas e conseqüentemente com um número muito variável de línguas identificadas.

CAPÍTULO II

DISCUTINDO SOBRE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM TIMOR-LESTE.

Neste capítulo, nosso objetivo consiste em apresentar e discutir a questão das políticas linguísticas em Timor-Leste, fazendo esse recorte importante para o nosso trabalho. Discutiremos os desafios enfrentados pelos falantes de línguas minoritárias, a abordagem adotada para preservar as línguas locais e o papel dos meios de comunicação em promover as línguas oficiais. Para atingir esses objetivos, reunimos teóricos como Louis Jean Calvet, por apresentar uma problematização de uma forma mais geral em torno do conceito, bem como da diferenciação da política linguística e planejamento linguístico.

2.1 O campo das políticas linguísticas

Também conhecida pela terminologia de "políticas de línguas", a política linguística mantém como seu foco principal as línguas, a relação das línguas e as teorias. Orlandi (2007, p. 07) nos explica:

Quando se fala em política linguística, já se dão como pressupostas as teorias e também a existência da língua como tal. E pensa-se na relação entre elas, as línguas, e nos sentidos que são postos nessas relações como se fossem inerentes, próprios à essência das línguas e das teorias. Fica implícito que podemos 'manipular' como queremos a política linguística.

As políticas linguísticas surgiram como campo científico disciplinar por volta do século XX (especificamente, na primeira metade do século), visto a necessidade de pensar a questão da língua da sociedade a partir do processo pós-colonial, trazendo uma nova reflexão acerca das línguas e das identidades nacionais. No diálogo com as demais teorias, no ramo da Sociolinguística laboviana, bem como da Linguística Aplicada e do Ensino de Línguas, a escolha pela utilização de algumas obras introdutórias e de alguns dos primeiros trabalhos é uma opção para auxiliar na proposta de investigação do nosso objeto de estudo.

É importante mencionar que o uso dos termos política e planejamento linguístico é relativamente recente. Utilizados, inicialmente, na literatura do campo da sociolinguística, a partir das décadas de 1950 e 1960, para dar conta de estudos desenvolvidos em situações linguísticas de contato. No ano de 1959, dois grandes estudiosos realizaram estudos acerca do modo de gestão das línguas, Ferguson e Haugen.

Segundo Savedra e Lagares (2012, p. 11), o estudioso Ferguson (1959) apresentou os conceitos de diglossia e bilinguismo ao tratar de situações de plurilinguismo, nas quais coexistem duas variedades (uma alta e outra baixa) de uma mesma língua que são utilizadas em situações determinadas de comunicação. Ainda conforme Savedra e Lagares (2012), Haugen (1959) por sua vez, utiliza pela primeira vez o termo planificação linguística no famoso caso da Noruega quando desenvolve um estudo sobre a intervenção de determinadas regras ortográficas do norueguês para construção de uma identidade nacional da Noruega. Os conceitos inicialmente apresentados no campo da política e do planejamento linguístico surgiram de situações linguísticas de contato, visto que, havia-se uma necessidade em tratar o modo de gestão da língua nos mais variados contextos linguísticos.

Ainda em Savedra e Lagares (2012, p. 12), no ano de 1964, o termo usado por Haugen reaparece com o mesmo sentido sendo utilizado para definir a sociolinguística dos anos 70 e 80 nos Estados Unidos, aplicando o termo “*language planning*” nas mais variadas situações linguísticas. De acordo com os autores, Kloss (1967) deu importante contribuição para o desenvolvimento dos estudos na área, através dos conceitos de línguas distantes e línguas próximas, compartilhando do uso e dos sentidos de tais termos. Mais recentemente, temos as contribuições de Cooper (1997) e Calvet (1996) com estudos reflexivos no campo do planejamento.

Inicialmente, a heterogeneidade do campo das políticas linguísticas, assim como do planejamento linguístico, favoreceu o não compartilhamento das mesmas prioridades linguísticas, pois a pluralidade do que foi entendido, sobretudo pela lógica colonial, como problemas linguísticos apresentava-se de modo diferente nos mais variados contextos. A princípio, essa heterogeneidade também refletiu nitidamente na constituição da disciplina de política linguística, devido aos diferentes contextos sociais e políticos.

A respeito desse pensamento, Severo (2013, p. 453) acrescenta:

A heterogeneidade do campo ocorre também em relação aos diferentes contextos sócio-políticos de constituição da disciplina: as tradições americana, europeia e soviético-russa, por exemplo, não compartilham as mesmas prioridades e enfoques teórico-metodológicos, o que pode estar vinculado tanto às regras (históricas) de configuração do campo disciplinar, como à realidade política das línguas nesses contextos.

Evidentemente a heterogeneidade das políticas linguísticas faz com que esse campo dialogue de forma intercultural e interdisciplinar, sendo favorável à construção de uma

visão ampla, democrática, cidadã e, portanto, mais inclusiva nos contextos sociais e linguísticos das línguas.

A tomada de decisões político-linguísticas como expressão das esferas político-administrativas e as valorações que as regem é crucial no campo das políticas linguísticas. Essa distinção envolve a diferença entre a influência direta do poder político na formulação e implementação de políticas linguísticas e as percepções e valores subjacentes que moldam essas decisões. As decisões político-linguísticas referem-se ao processo formal de criação e implementação de políticas linguísticas institucionais oficiais através de leis, decretos e regulamentos. Nesse sentido, as decisões são tomadas por autoridades políticas e administrativas, como governos, parlamentos e agências governamentais. Essas decisões podem envolver questões como a escolha de língua(s) oficial(is), o status e o ensino de línguas minoritárias, a imposição de políticas de língua única, entre outros. Por outro lado, as valorações ou percepções referem-se às visões, crenças e atitudes subjacentes que influenciam políticas linguísticas e suas consequências. Além disso, essa distinção permite que sejam consideradas diferentes perspectivas e vozes na formulação de políticas, levando em conta as necessidades e aspirações dos diferentes grupos e comunidades linguísticas.

No entanto, é importante reconhecer que a distinção entre tomada de decisões político-linguísticas e valorações subjacentes pode não ser tão clara na prática. As valorações podem estar implícitas nas decisões políticas e influenciar a sua formulação, implementação e interpretação. Além disso, as políticas linguísticas também podem moldar as percepções e as atitudes em relação às línguas, reforçando ou modificando as valorações existentes. Portanto, é necessário um exame crítico e reflexivo das políticas linguísticas, levando em consideração tanto a dimensão da tomada de decisões políticas quanto as valorações que as sustentam.

Importante destacar, por fim, como nos explica Calvet (2008), que as políticas oficiais, ou *in vitro*, se opõem às políticas que o autor chama de *in vivo*, as quais se referem ao que acontece no âmbito das práticas sociais cotidianas. Isso significa dizer que, apesar do que foi dito anteriormente, as necessidades e desejos comunicativos das pessoas em seu cotidiano social não seguem, na íntegra, as orientações e determinações oficiais. Há um espaço de uso autônomo das línguas que, em alguma medida, demarca as identidades e resistências linguísticas dos grupos linguísticos de cada contexto social.

2.2 As políticas linguísticas em Timor-Leste.

A política linguística oficial de Timor-Leste busca promover o multilinguismo e garantir a valorização e o desenvolvimento das diferentes línguas faladas no país, conforme Artigo 2. “O tetum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo Estado” (Constituição, 2002, p. 12). Nesse sentido, o governo busca implementar programas de educação bilíngue, nos quais são valorizadas tanto a língua tétum quanto o português. Nas escolas do país é incentivado o ensino em ambas as línguas, com o objetivo de fortalecer a identidade nacional e garantir que os cidadãos tenham acesso a oportunidades educacionais e profissionais.

Segundo Henriques (2021), logo após o processo de restauração da independência, em 2002, o Estado timorense avançou imediatamente na busca incessantemente de consolidar uma política de restauração da identidade linguística do povo timorense, estruturalmente abalada e quase perdida ao longo de vinte e quatro anos de ocupação indonésia com larga expansão do bahasa indonésio no território. Claramente, apesar da ocupação maciça e sangrenta da Indonésia no território timorense, a influência não eliminou por completude a identidade do povo timorense, adquirida ao longo dos séculos pelo processo de miscigenação entre culturas, ainda que tal influência tenha alterado significativamente alguns aspectos linguísticos e culturais.

Inicialmente no período de dominação portuguesa em Timor-Leste a língua portuguesa tinha o papel de catequizar o povo timorense, ao passo que se buscava estruturar administrativamente o país, com isso a promoção da língua no contexto timorense estava voltada para uma elite.

O termo “elite” refere-se, ainda que de forma generalizada e imprecisa, aos indivíduos pertencentes a grupos em destaque na estrutura social e, segundo os estudos iniciais de Mosca (1963), Pareto (1963) e Michels (1971), o termo emerge a partir das características de uma minoria que detinha o poder político e econômico, sendo mais tarde radicalizado com a noção de classe dominante oriunda do marxismo. (Silveira, 2007, p. 45).

O acesso à língua era intermediado pela igreja católica com suporte da coroa portuguesa, ficando responsáveis pela educação os missionários que estavam em Timor-Leste. Com a quantidade de línguas existentes no Estado timorense, logo viu-se a necessidade da adoção da parceria tétum e português, com intuito de promover uma adesão mais rápida acerca da língua portuguesa que posteriormente se tornaria oficial na república.

Essa parceria entre o tétum e o português permitiu uma maior difusão e compreensão das línguas, além de facilitar a comunicação entre as diferentes comunidades linguísticas presentes no país. Essa parceria com o português também trouxe benefícios para o tétum. Por meio dos empréstimos linguísticos, o tétum enriqueceu seu vocabulário e teve a oportunidade de se desenvolver e se adaptar a novas realidades. Outro aspecto importante foi a possibilidade de produzir materiais escritos, como manuais de celebrações e ritos litúrgicos, o que contribuiu para a preservação e disseminação da cultura e tradição timorense.

A ocupação portuguesa em mais de 450 anos motivou a oficialização da língua portuguesa em Timor-Leste e o status de língua de instrução, em contrapartida, durante a ocupação da Indonésia por 24 anos, a política linguística opressora implementada pelo governo indonésio proibiu o uso do português e restringiu o uso das línguas nacionais. Essa abordagem visava promover a língua indonésia, que acabou atingindo o status de língua de trabalho prevista na Constituição do país.

Essa política linguística opressora teve impacto significativo na língua indonésia, levando-a a se tornar a língua mais falada em comparação com a língua oficial portuguesa. A proibição do uso do português e a restrição das línguas nacionais forçaram a população a adotar a língua indonésia como meio de comunicação e trabalho, o que levou ao aumento do número de falantes dessa língua. O sucesso da promoção da língua indonésia pode ser atribuído à estratégia do governo indonésio de reprimir o uso de outras línguas e incentivar a adoção forçada da língua indonésia. Essa abordagem resultou em uma adoção generalizada da língua indonésia em diversos setores da sociedade, incluindo educação, governo, mídia e negócios.

A dificuldade no planejamento e na execução das políticas linguísticas para o português, bem como a falta de investimento no processo de difusão do português a nível nacional, o uso do tétum para ampla comunicação entre os timorenses que possuem diferentes línguas maternas são elementos que somados culminam para o português ocupar a posição de língua de uso não corrente pelos timorenses, em consonância com o fator ineficiência na adoção da política de promoção da língua, Carioca (2010, p. 433) nos esclarece:

Entretanto, tal política linguística não tem sido eficiente por vários fatores. Um deles é explicitado por Almeida (2008: 37), advertindo que: Quanto à realidade timorense, deve-se dizer apenas, claramente e sem complexos – e isso já é um ponto de partida importante, que representa um avanço qualitativo naquilo que tem sido a estratégia de ensino do português – que a língua portuguesa não é língua materna para os jovens estudantes que frequentam a escola (admite-se, ainda assim, que

possam existir raras exceções). Sendo assim, a perspectiva com que se olha para o processo de aprendizagem da língua portuguesa em Timor deve ser muito diferente daquela que é aplicada em Portugal – e isso nem sempre tem sido feito, como que revivendo de algum modo a tradição colonialista (a língua do colonizador não era considerada estrangeira).

Para compreendermos melhor a questão da promoção da língua portuguesa em Timor-Leste consideramos momentos sociohistóricos que envolvem a gestão dessa língua, a saber: período colonial, indonésio e democrático.

2.2.1 Período Colonial

O período colonial português em Timor-Leste teve início por volta do ano de 1515 com a formação de algumas feitorias e outras presenças. No início, foi um território sustentado pela exploração principalmente da madeira (sândalo). Com o passar dos anos começaram a existir no território os impostos de portarias e aluguéis. Timor-Leste tornou-se uma colônia portuguesa, governada a partir de Díli. Durante os séculos posteriores, a administração portuguesa ainda apresentou vários temas que provocaram tensões e controvérsias.

No século XIX, alguns desenvolvimentos sociais e educacionais foram introduzidos no território. Entretanto, as autoridades portuguesas mantiveram controle estrito sobre os assuntos religiosos locais. A forte presença portuguesa no território também levou à formação de teares de resistência, que lutavam pela independência de Timor Leste. Em 1974, as forças militares portuguesas se prepararam para desistir do controle colonial em Timor-Leste.

Após a saída dos portugueses, a região foi logo ocupada pela Indonésia. Uma autodeterminação e emergência nacional foi proclamada. Entretanto, a Indonésia atacou com força brutal e, com a ajuda de populações tribais, esmagou ainda mais a resistência local. O domínio indonésio foi finalmente derrubado em 1999, depois de uma ofensiva internacional que conduziu à independência de Timor Leste e à adesão à ONU. A nova nação, então, estabeleceu relações de cooperação e desenvolvimento com a comunidade internacional, incluindo a comunidade portuguesa.

No entanto, os portugueses também contribuíram com legados culturais à Timor-Leste. A influência portuguesa na cultura de Timor-Leste é ainda perceptível nos seus costumes, na língua, na música, na religião e na gastronomia. Também existem algumas influências lusófonas na arquitetura e no urbanismo da cidade de Díli. Alguns exemplos

destas influências incluem a música latina que é bastante comum em Timor-Leste e a popularidade e prática do fado e do tambor, a religião católica que os portugueses trouxeram ainda é a religião majoritária em Timor-Leste. A língua portuguesa também sofreu certa influência das línguas dos povos nativos, como resultado nas formas de se falar em Timor-Leste. Por esses motivos, é importante que se valorizem as culturas que são ancestrais à Timor-Leste para que assim exista uma maior compreensão e reconhecimento destas culturas pelos timorenses, mas também que se considerem as influências portuguesas.

É importante mencionar que nesse período, as políticas linguísticas para língua portuguesa tinham o foco de promover, através da educação e da religião, o ensino de português voltado para uma elite em Timor-Leste. No período colonial em Timor-Leste, as políticas linguísticas eram organizadas de forma a promover a língua portuguesa como língua oficial do território, ou seja, de acordo com os interesses dos colonizadores. Essas políticas linguísticas visavam fortalecer o domínio da língua portuguesa como forma de manter o controle e o prestígio das elites colonizadoras.

Durante o período colonial, o ensino da língua portuguesa era restrito às elites timorenses (assimilados, religiosos) que tinham acesso à educação formal. Isso resultou na marginalização das línguas locais, como o tétum, que era amplamente falado pela população em geral. A circulação do português estava concentrada, principalmente na administração, nos cultos religiosos e nas atividades da igreja, devido a isso, apenas a elite social tinha acesso à educação formal e, conseqüentemente, à língua portuguesa. A maioria da população, composta por camponeses e trabalhadores rurais, não tinha acesso a esse “privilégio”, o que perpetuava as desigualdades sociais. Como resultado aqueles que detinham conhecimento e acesso ao português eram considerados “privilegiados”, pois possuíam mais oportunidades de ascender na sociedade, ocupar cargos na administração e participar ativamente na vida religiosa.

No próximo subtópico desse trabalho, abordaremos o período indonésio em Timor-Leste.

2.2.2 Período Indonésio

O período indonésio em Timor-Leste refere-se à ocupação e anexação deste território pela República da Indonésia, que durou de 1975 a 1999. A ocupação indonésia teve início logo após a declaração de independência de Timor Leste, em 28 de novembro de 1975.

Poucos dias após a declaração, tropas indonésias invadiram o território, alegando que isso era necessário para proteger a população de uma suposta ameaça comunista. Durante o período, o uso do português foi terminantemente proibido, o uso do tétum e das demais línguas nacionais em Timor-Leste foi restringido.

O idioma e o sistema de ensino português foram rapidamente banidos e substituídos pelos indonésios. A bahasa indonésia foi adotada como língua oficial de comunicação tanto nas instituições de atendimento público, como nos processos de ensino aprendizagem nas escolas. (Guimarães, 2007, p. 506).

Para alcançar esse objetivo, o governo indonésio incentivou a migração de pessoas (incluindo imigrantes estrangeiros e militares) de outras partes da Indonésia para Timor-Leste. Esses colonos indonésios trouxeram consigo a língua indonésia e suas tradições, a fim de diluir a identidade timorense e impor a cultura indonésia. Além disso, o governo indonésio introduziu a língua indonésia no sistema de ensino de Timor-Leste. A educação foi projetada para promover o uso e o aprendizado da língua indonésia, com o objetivo de formar falantes timorenses fluentes na língua indonésia.

Ao mesmo tempo, a administração pública também passou a utilizar a língua indonésia nos setores governamentais e nos serviços públicos do país. Isso foi feito para reforçar a influência da Indonésia sobre Timor-Leste e estabelecer o indonésio como língua oficial e de uso comum. Essas medidas foram parte da estratégia do governo indonésio para assimilar Timor-Leste culturalmente e enfraquecer a identidade timorense. No entanto, elas encontraram resistência da população local, que procurou preservar sua língua e cultura, assim como lutar pela independência do país. Após a saída das tropas indonésias de Timor-Leste em 1999, o país conquistou sua independência e retomou a língua tétum como idioma oficial, juntamente com o português. A língua indonésia ainda é falada na região, especialmente entre os mais velhos que cresceram durante o período de ocupação, mas o tétum prevalece como língua nacional.

A ocupação foi brutal e marcada por violações dos direitos humanos, incluindo assassinatos, estupros, torturas e desaparecimentos de milhares de timorenses. Estima-se que entre 100.000 e 250.000 pessoas tenham morrido durante o período indonésio. Durante a ocupação, a Indonésia tentou integrar totalmente Timor-Leste ao seu território, aplicando políticas de assimilação cultural e repressão política. No entanto, os timorenses resistiram e formaram a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) e outros grupos de resistência.

A comunidade internacional inicialmente não condenou a ocupação indonésia, com alguns países, como a Austrália, reconhecendo a anexação e estabelecendo relações diplomáticas com a Indonésia. No entanto, a situação em Timor Leste chamou a atenção mundial e organizações como a Anistia Internacional começaram a denunciar as violações dos direitos humanos.

Logo após o início da invasão da Indonésia, com o país ainda muito devastado e com vários problemas de estrutura, o ensino na guerrilha nas bases de apoio era bastante difícil, logo tão desafiador. Os poucos **Jovens da Resistência** ou ainda **Mestres da Resistência** não possuíam formação e/ou experiência pedagógica, a maioria dos conhecimentos e saberes tinha sido adquirido nas escolas coloniais, bem como nas experiências vividas nas montanhas. Além disso, o material didático utilizado nas montanhas, assim como os materiais para escrita (lápiz, papel) eram extraídos da própria natureza.

A língua portuguesa ainda era utilizada por pequenos grupos clandestinos que lutavam incessantemente pela restauração da república timorense, além da língua portuguesa, o tétum e as línguas nativas das localidades também foram utilizadas durante o processo de ensino na guerrilha.

Em relação à língua utilizada no processo de ensino na guerrilha, os timorenses usavam tétum e português para dar aula, pois a maioria deles falava as línguas. Além disso, usavam as línguas nativas das localidades, tais como: Nau-Eti, Makasa'e, Fataluku, Makalero, Wai-Muah entre outros dialetos. A razão pela escolha destas duas línguas era aprender, pode-se apresentar em seguintes considerações: a) a língua tétum era mais fácil para comunicar-se com a comunidade timorense, pois a maioria da população a compreende; b) o português é uma língua principal de transmissão das mensagens secretas para o exterior e às organizações internacionais em diversos países. (Cruz, 2017, p. 73)

É válido ressaltar que o período indonésio não só não foi favorável à promoção do português, tampouco para o crescimento e fortalecimento da língua, como contribuiu veementemente para seu apagamento, com proibições severas quanto ao uso do idioma (SILVEIRA, 2018). Por outro lado, o bahasa indonésio obteve sucesso e consolidou-se através da ação vertical e arbitrária da língua. Tendo sido o português banido das atividades formais, o número de falantes em língua portuguesa torna-se reduzido, como mencionado, sendo utilizado por pequenos grupos combatentes e por aqueles que tinham sido alfabetizados em português.

Seguiu-se uma expansão em grande escala no setor da educação, tanto educação informal como formal, dando aos jovens timorenses mais oportunidades à educação do que as gerações mais velhas. O efeito sobre as crianças e os adolescentes timorenses desse investimento no setor educacional iria levá-los, segundo Hull

(2001, p. 32), “a compreender e interpretar o mundo e o seu próprio país através do prisma indonésio.” O projeto, percebe-se, era acabar com os rastros da língua e da cultura portuguesa e timorense e incentivar a assimilação e aculturação à cultura indonésia. (Guimarães, 2007, p. 506)

Considerado como 27^a província da Indonésia, chamada Timor Timur e governada pelo governador Guilherme Gonçalves naquela época, o país possuía uma educação com índices preocupantes. No início da invasão, o TL tinha cerca de 90% da população de analfabetos. Sob a administração da Indonésia, criou-se a educação básica em 1985, com isso, na maior parte do território nacional era possível encontrar escolas básicas de primeira à sexta classe, o que seria equivalente aqui no Brasil ao fundamental 1.

A abertura de escolas por parte do governo indonésio surge como ferramenta política de organizar e proporcionar conhecimento após a invasão no território timorense. Além da criação do ensino básico, o governo indonésio também propôs a criação de um curso especializado para os professores leigos, visto que havia uma necessidade de profissionais para trabalhar no processo de ensino do país. Intitulado *Kursus Pendidikan Guru (KPG)*, o curso criado pelo governo na época tinha uma duração de pelo menos um ano, com carácter não formal e apenas com o intuito de capacitar os professores, com isso, a partir da conclusão do curso, os participantes tinham a oportunidade de trabalhar no ensino básico. O segundo grande passo na política linguística educacional da Indonésia no território timorense foi a criação da escola de nível secundário, nomeada de *Sekolah Pendidikan Guru (SPG)*, com foco na formação dos professores para atuação no ensino básico. Com estas medidas, o governo indonésio mostrou-se comprometido com a melhoria da educação no país. Não só o ensino básico foi implementado com sucesso, mas também as estratégias adicionais resultaram em um maior desenvolvimento geral da educação.

Observa-se que, durante esse período, a língua indonésia foi imposta como língua oficial e de ensino nas escolas, com o objetivo de disseminar a cultura e a identidade indonésias no território. Para promover o uso da língua indonésia, foi promulgada inicialmente a Lei Nacional de 25 de maio de 1974 que estabelecia sua obrigatoriedade no sistema educacional e na administração pública. O governo indonésio também investiu na formação de professores de indonésio e na produção de materiais didáticos nessa língua. Essas medidas visavam garantir que a língua indonésia fosse amplamente conhecida e falada por grande parte da população timorense. No entanto, essa política linguística encontrou resistência por parte da população timorense, que tinha uma forte identidade cultural e linguística própria.

Após a queda da ditadura militar na Indonésia, em 1998, o novo governo indonésio liderado por B. J. Habibie concordou em realizar um referendo em Timor-Leste sobre a sua independência. O referendo, realizado em agosto de 1999, resultou em uma esmagadora maioria a favor da independência. No entanto, a Indonésia reagiu com violência, apoiando grupos pró-Indonésia que lançaram uma onda de violência e destruição em todo o território. A comunidade internacional interveio e enviou uma força de paz liderada pela Austrália para restaurar a ordem e a segurança em Timor Leste.

Em outubro de 1999, a Indonésia concordou em retirar suas tropas de Timor-Leste e a administração do território foi transferida para as Nações Unidas. Timor Leste finalmente conquistou sua independência em 20 de maio de 2002. O período indonésio em Timor-Leste deixou marcas profundas no país. Além das vítimas e das cicatrizes físicas e emocionais causadas pela ocupação, Timor-Leste enfrentou desafios significativos na reconstrução e desenvolvimento pós-independência. No entanto, o país tem feito progressos significativos desde então e tem sido reconhecido internacionalmente como uma democracia em desenvolvimento.

Atualmente, as relações entre Timor-Leste e a Indonésia são cordiais e ambos os países têm trabalhado juntos em áreas como segurança, comércio e cooperação regional. A reconciliação e a busca por justiça pelas violências cometidas durante o período indonésio são temas importantes em ambos os países.

O período democrático em Timor-Leste começou em 2002, quando o país conquistou a sua independência de Portugal e da Indonésia. Tópico que abordaremos a seguir.

2.2.3 Período Democrático

Após anos de luta pela independência, que incluíram um período de ocupação indonésia de 1975 a 1999, o povo de Timor-Leste teve a oportunidade de estabelecer um sistema democrático. Nas eleições de 1999, foi realizada uma consulta popular para decidir o futuro do país. A maioria dos timorenses optou pela independência de Timor-Leste, colocando fim à ocupação indonésia. De 2000 a 2002, houve um governo de transição sob a responsabilidade da Organização das Nações Unidas (ONU), cuja liderança coube ao brasileiro Sérgio Vieira de Melo. Em 2002, o país se tornou oficialmente independente e foi reconhecido como Estado soberano. Desde então, Timor-Leste tem realizado eleições regulares para escolher os seus representantes políticos. O país adotou um sistema

parlamentarista, onde o primeiro-ministro é escolhido pelo Parlamento Nacional. O presidente, por sua vez, é eleito diretamente pelo povo.

o período democrático que se mostrou favorável à promoção da língua portuguesa se deu a partir do ano 2000, por intermédio da administração transitória da ONU, na qual houve a reintrodução do português na parte administrativa do país e nas escolas, em todo território nacional. Em termos políticos, podemos afirmar que a primeira grande política linguística com visão na promoção da LP em TL foi a escolha do português e do tétum como línguas oficiais a partir da Constituição do país.

O período favorável à promoção da língua portuguesa em Timor-Leste sucede em dois momentos distintos na história do país. O primeiro é iniciado com o processo de colonização portuguesa, quando o português era reconhecido como língua oficial na administração, bem como na catequização dos nativos timorenses. Já o segundo momento democrático da língua portuguesa deu-se com a independência do país em 2002. Dado ao fato ocorrido, surgem as primeiras políticas linguísticas (no âmbito macro) para o português, a saber, a oficialização da língua portuguesa em sessão plenária de 22 de Março de 2002, na Constituição da República, e posteriormente na Lei n.º 1 /2002 de 7 de Agosto, lei sobre a Publicação e Formulário dos Atos.

Diante disso, atualmente, as políticas linguísticas oficiais de Timor-Leste, além de estabelecerem o status linguístico do tétum e da língua portuguesa como línguas oficiais do país, também afirmam o status das línguas inglesa e indonésia como línguas de trabalho (artigo 159º da Constituição da RDTL). A língua portuguesa apresenta, no entanto, circulação social restrita, enquanto que o tétum se configura como língua majoritária no país. O inglês e o indonésio circulam não apenas nos ambientes administrativos, como prevê a constituição, mas também em outros contextos sociais que envolvam influências culturais que essas línguas representem, até mesmo nos comércios populares e nas interações do cotidiano. As demais línguas nacionais do país são mencionadas como “patrimônio cultural” timorense, merecendo ser respeitadas e valorizadas por isso. Entretanto, planos de alfabetização em língua materna não se consolidam nas políticas educacionais, nem ações efetivas em prol dessas línguas, seus valores culturais e suas identidades, o que consiste em lacuna considerável com relação ao que a constituição prevê.

2.2.4 Timor-Leste e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: promoção, política internacional e conflitos

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização diplomática, composta por nove países (Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). Criada em 17 de Junho de 1996, a CPLP²⁵ tem como objetivos: a concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, tais como, educação, saúde, ciência, tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social e, por fim, a materialização de projetos de promoção, bem como de difusão da língua portuguesa.

Segundo o seu Estatuto (1996), a CPLP, como organização diplomática internacional, é regida pelos seguintes princípios: Igualdade soberana dos Estados membros; não-ingerência nos assuntos internos de cada estado; o respeito pela identidade nacional de cada país integrante ao bloco; reciprocidade de tratamento; primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; respeito pela integridade territorial dos países, promoção do desenvolvimento e promoção da cooperação vantajosa. (LISBOA, 1996).

Acerca da CPLP, é importante mencionar que no ato de sua criação, foram estabelecidas como órgãos da comunidade as seguintes instâncias: a Conferência de Chefes de Estado e Governo; o Conselho de Ministros; o Comité de Concertação Permanente e o Secretário Executivo, tais instâncias operam em coletivo com o intuito das decisões serem sempre tomadas por consenso. (CPLP, 1996).

Timor-Leste se tornou membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 2002, logo após sua independência. Desde então, a participação do país na CPLP tem sido vista como uma oportunidade de pertencer a uma comunidade de nações que compartilham a língua portuguesa e de se integrar a esforços colaborativos de reestruturação e desenvolvimento econômico. Uma das principais razões para o interesse de Timor-Leste em participar da CPLP é a busca por apoio internacional para promover a estabilidade econômica e social do país. Ao fazer parte da CPLP, Timor-Leste tem acesso a uma rede de cooperação e

²⁵ Disponível no site da CPLP.

assistência técnica de outros países membros, facilitando o compartilhamento de conhecimento e boas práticas para o desenvolvimento econômico.

Além do mais, a CPLP oferece oportunidades para a promoção do comércio e investimentos entre os membros. Timor-Leste, como um país em desenvolvimento, vê na CPLP uma plataforma para aumentar sua exposição internacional e atrair investimentos estrangeiros para impulsionar o crescimento econômico. Outro aspecto relevante é o potencial de cooperação na área da educação. A CPLP promove ações para fortalecer a língua portuguesa nos países membros e incentiva a mobilidade estudantil entre as nações lusófonas. Para Timor-Leste, isso representa uma oportunidade de fortalecer a educação e capacitar sua população para enfrentar os desafios do desenvolvimento econômico.

Além disso, a participação na CPLP também envolve uma ideia de pertencimento cultural e política. Timor-Leste compartilha a história colonial portuguesa com os demais países membros da CPLP e, ao fazer parte dessa comunidade, reforça sua identidade cultural e aprofunda seus laços com outras nações lusófonas. A diversidade linguística interna nos países da CPLP é uma realidade que reflete a história colonial de cada nação, assim como a presença de povos indígenas e comunidades étnicas específicas.

No período democrático, TL foi inserido na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na perspectiva de visibilidade mundial econômica e política, nessa percepção a CPLP atuava como instrumento de estabilidade, desenvolvimento e segurança, mas também com foco na promoção interna da língua portuguesa (LP) no território timorense. Apesar do potencial econômico da organização diplomática, a organização tem sido tímida no cenário econômico, sociopolítico e linguístico em TL.

Entretanto, podemos citar algumas ações ocorridas entre Timor-Leste e a CPLP, como a “Hora do conto”, projeto nascido em 2008 com foco na literatura oral da CPLP que consistia em incluir duas coletâneas de adivinhas e provérbios, abrangendo todos os países e três coletâneas contendo contos de Angola, Brasil e Portugal. Conforme explicava a Diretora executiva:

“A Hora do Conto” tem como base a situação linguística de três dos Estados membros, nomeadamente – Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste por quanto existem, nesses Países, línguas locais de expansão nacional pelo que, as interações entre os seus habitantes dispensam, obviamente, a utilização da língua portuguesa. O projecto tem como objectivo criar condições para que os meninos usem a língua portuguesa: ouvindo contos, recontando-os, fazendo a leitura de

gravuras, ilustrando-os e brincando e comunicando sempre através da língua comum (CPLP, 2010, p. 133).

O planejamento linguístico em Timor-Leste tem sido uma questão importante para o governo, uma vez que o país passou por um longo período de colonização e ocupação, o que resultou em um legado de diferentes línguas e variedades linguísticas. No capítulo III deste trabalho abordaremos o planejamento linguístico em Timor-Leste.

CAPÍTULO III

ABORDANDO PLANEJAMENTOS LINGUÍSTICOS EM TIMOR-LESTE.

Os objetivos do capítulo III são: apresentar brevemente o campo dos planejamentos linguísticos, assim como discutir resumidamente os planejamentos linguísticos implementados em Timor-Leste e seus impactos na sociedade, na educação e na cultura do país.

Esse destaque a respeito dos planejamentos linguísticos é essencial para reconhecer a complexidade e a importância da linguagem nas abordagens sociais, ao evidenciá-los é possível compreender melhor como o uso da linguagem, bem como a gestão da língua é influenciada por fatores sociais, culturais e individuais.

3.1 O campo dos planejamentos linguísticos.

Registra-se o primeiro aparecimento do termo planejamento linguístico, em meados de 1959 no trabalho de Einar Haugen, sobre os problemas linguísticos da Noruega. O autor desenvolveu seu estudo sobre a intervenção de determinadas regras ortográficas do norueguês, a fim de contribuir para a construção nacional da Noruega. Assim como o conceito de política linguística, o conceito de planejamento linguístico também não é uniforme e muito menos homogêneo, carrega em seu formato além do fator linguístico, fatores sociais, culturais e históricos, sendo assim um campo intercultural e interdisciplinar. Vários outros pesquisadores americanos e europeus deram suas contribuições a partir do estudo de Haugen (1959), surgindo assim novos termos referente ao contexto linguístico, conforme Savedra e Lagares (2012, p. 10):

A partir destes estudos iniciais surgem os seguintes termos que passam a figurar no contexto dos estudos de línguas em contato: *language planning, language planning process, advances in the creation and revision of writing system, language and politics, language standardization, language planning for modernization, study in societal multilingualism*²⁶.

Com o intuito de direcionar nossas discussões, partiremos do conceito formulado por Calvet (1996) de que o planejamento linguístico direciona-se para a implementação acerca das determinações das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a

²⁶ Planejamento linguístico, processo de planejamento linguístico, avanços na criação e revisão do sistema de escrita, linguagem e política, padronização linguística, planejamento linguístico para modernização, estudo em multilinguismo social – tradução livre da autora.

sociedade, ou seja, a implementação prática de uma política linguística. É sabido que em qualquer discussão empreendida no âmbito do ensino, da própria aprendizagem, não se pode desconsiderar o caráter político, cultural, social e histórico das comunidades de falantes envolvidos, conforme nos confirma Gonçalves (2009, p. 212):

É, evidentemente, difícil entender políticas e planejamentos linguísticos fora dos contextos sociais e históricos nos quais são produzidos ou pensá-los à parte das condições sócio-históricas e culturais nas quais se inserem as comunidades de falantes, quer estas se refiram a sociedades nacionais ou grupos locais.

Com base nos estudos realizados ao longo do tempo e as contribuições dos teóricos do campo, consideramos que o conceito de planejamento linguístico se resume em “**planejar**” e “**implementar**” ações locais a fim de reverter uma determinada situação linguística em uma dada comunidade. Desse pensamento compartilha Gonçalves (2009, p. 213), a partir de critérios de avaliação do nível em que se encontra uma determinada língua em uma comunidade em termos de ameaça ou perigo de extinção é que se pode planejar e implementar ações locais capazes de reverter tal situação.

Inicialmente, quando tratamos de planejamento linguísticos, diversos aspectos são considerados na sua construção, como, por exemplo, os tipos de planejamentos, aplicação e implementação dos projetos. De acordo com o que (Kloss, 1967 apud Gonçalves, 2009) aborda em seus estudos, existem dois tipos de planejamentos, a saber; o planejamento de status e o planejamento de corpus, bem como o planejamento de aquisição, abordado por Cooper.

De forma resumida, o **planejamento de status** corresponde à utilização de uma determinada língua, a utilização pode ser restrita ao nível local ou nacional da língua, conforme nos ensina Gonçalves (2009, p. 213),

O planejamento de status diz respeito ao aumento de usos de uma dada língua na comunidade (a nível local ou nacional). Pode incluir, por exemplo, projetos para tornar a língua de um grupo a língua principal no uso diário dentro da comunidade ou incluí-la na escola como língua de instrução ou em sua forma escrita. Por vezes, determina-se, como parte do planejamento de status justamente a não utilização da língua para determinadas funções.

De acordo com (Cooper, 1989 apud Gonçalves, 2009) o conceito de **planejamento de aquisição** está diretamente ligado à promoção e internalização da língua, a fim de promover e desenvolver o processo de ensino-aprendizagem de uma língua, na perspectiva de manutenção e organização da língua.

O planejamento de aquisição relaciona-se a esforços deliberados para promover a aprendizagem de uma língua e envolve a manutenção ou reorganização da língua por membros da comunidade. Inclui, por exemplo, decisões sobre programas escolares de aprendizagem de línguas para crianças e ou para adultos da comunidade e suas famílias. (Gonçalves, 2009 p.214).

Por sua vez, o **planejamento de corpus** está relacionado com as intervenções na forma ou na variedade de uma determinada língua que pode ser escolhida como modelo e principal língua de comunicação para a sociedade. Diante disso, o planejamento de corpus trata, por exemplo, da codificação, elaboração de alfabetos, da gramaticalização, entre outros componentes linguísticos, ou seja, é a partir do planejamento de corpus que temos a chamada materialidade linguística:

O planejamento de corpus relaciona-se diretamente com a própria materialidade linguística. Pode incluir, por exemplo, a criação de alfabetos ou projetos de reforma de sistemas de escrita. Ou, ainda, esforços para a “modernização da língua” de modo a atender novas demandas da comunidade, como o desenvolvimento de neologismo ou de gêneros de comunicação (Gonçalves, 2009 p.214).

Além dos tipos de planejamento destacados aqui por sua relação direta com o objeto do estudo proposto, é importante destacar que há outras percepções teóricas a respeito dos planejamentos linguísticos. Baker (2003) propõe a ideia de **planejamento de prestígio**, o qual consiste na avaliação dos usos linguísticos e o **planejamento de usos** que corresponde às políticas de divulgação e uso das línguas. Bianco (2004), por sua vez, sugere a incorporação do **planejamento discursivo** (o que falamos sobre as línguas). Esse tipo de planejamento, segundo Severo (2013), é encarregado de lidar com o trabalho ideológico das instituições, mídia, discursos de autoridade, entre outros, na produção e circulação de crenças sobre as línguas, o que afeta diretamente os usos linguísticos.

Com base nas contribuições apresentadas acerca dos planejamentos linguísticos, entendemos que apesar da diversidade, os planejamentos linguísticos não são excludentes. Afonso (2014) vai além e afirma que, por vezes, o planejamento de corpus pode atingir o planejamento de status e o de aquisição, porque segundo o autor, à medida que uma determinada língua adquire certo prestígio entre os seus falantes, ela acaba por favorecer o seu ensino influenciando o uso e aprendizagem daquela língua, com isso os planejamentos mostram-se como complementares.

3.1.1 Planejamentos linguísticos em Timor-Leste.

É notório que o planejamento empreendido em Timor-Leste no que tange às línguas oficiais, através da aplicação do segundo modelo de Haugen (1983), cuja implementação parte de um planejamento de status, sem correlação com um corpus, parece o grande responsável pela sua ineficácia, até os dias de hoje. Se, para a LP, o planejamento de status sem correlação com o de corpus fadou a ineficiência em relação ao uso da língua, para a língua tétum favoreceu.

O planejamento linguístico que teve maior impacto sobre o Tétum foi o de alçá-lo ao status de língua oficial, utilizando argumentos como: a veicularidade, a maior parte da população fala o Tétum e o emprega na comunicação; o símbolo de resistência à Indonésia; o passado glorioso de sobrevivência ao regime português e heróis míticos ligados a esta sobrevivência; a identidade nacional, pois a língua Tétum acaba por diferenciar o povo leste-timorense dos países vizinhos. Esse planejamento linguístico acabou por, além de alterar o status do Tétum, fazer modificações no corpus. (Albuquerque, 2012 p.158).

O que se vê nos planos de governo é a busca pela promoção e manutenção das línguas em TL sem relação direta com a realidade linguística do país, considerando apenas a inclusão das línguas sem considerar os planejamentos linguísticos necessários para assegurá-las e promovê-las, sejam elas, nacionais, oficiais e/ou de trabalho.

O Programa do IV Governo, no que tange às questões linguísticas, destaca primeiramente a falta de uma política clara, nos governos anteriores, sobre o papel da língua de ensino como fator primordial da unidade nacional. Mesmo assim, repercutidas discussões em torno da língua de ensino, o governo propõe, de maneira genérica, o equacionamento problemático da língua oficial de instrução e do ensino de outras línguas, incluindo as línguas nacionais, o inglês ou o indonésio, como línguas de trabalho (Timor-Leste, 2007b).

Dessa forma, conforme explica Ramos (2019), “[...] uma pequena sinalização de abertura às línguas nacionais e ao inglês e indonésio. O Programa cita ainda a necessidade e o compromisso do novo governo em assumir uma política de promoção e valorização do tétum.” (RAMOS, 2019, p. 198). Apesar das políticas linguísticas ainda genéricas, o governo de TL demonstra estar trabalhando, com foco no planejamento de aquisição, buscando promover estratégias de aprendizagem das línguas oficiais, bem como a manutenção e reorganização das línguas oficiais no sistema de ensino, a partir dos programas educacionais do país. Para entendermos melhor a efetivação ou não das políticas linguísticas empregadas em Timor-Leste precisamos refletir também sobre os planejamentos linguísticos adotados no país, a saber:

1. Línguas oficiais: o português e o tétum são reconhecidos como as línguas oficiais de Timor-Leste. São utilizadas em documentos oficiais, instituições governamentais e no sistema de educação.
2. Línguas de trabalho: o indonésio e o inglês são idiomas instituídos como “línguas de trabalho” no país. São utilizadas em algumas instituições governamentais, como tribunais, ministérios e órgãos de administração.
3. Ensino bilíngue: o sistema de educação em Timor-Leste é realizado em duas línguas, tétum e português. O tétum é utilizado como língua de instrução nas primeiras fases da educação básica (educação infantil), enquanto o português é introduzido gradualmente como língua de instrução, especialmente nas fases mais avançadas da educação (a partir dos anos iniciais do ensino fundamental).
4. Valorização das línguas locais: além das línguas oficiais, Timor-Leste valoriza e promove o uso das diversas línguas locais faladas no país. São realizados esforços para preservar e promover essas línguas, como o desenvolvimento de materiais e programas de educação em línguas locais.

Essas medidas visam fortalecer o ensino das línguas oficiais de TL, proporcionando uma educação de qualidade e promovendo a igualdade linguística no país. O governo reconhece a importância das línguas oficiais para a coesão social, o desenvolvimento cultural e a promoção da identidade nacional.

Para implementar tais políticas linguísticas, conforme (Carvalho, 2018, p. 48), o Decreto-Lei nº22/2010, no seu art.º 1.º afirma que o “Ministério da Educação é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas de educação, ciência, tecnologia e cultura”.

Com base nas contribuições apresentadas em Gonçalves (2009) acerca dos planejamentos linguísticos, na tabela abaixo identificamos algumas das ações adotadas no governo timorense e seu possível planejamento linguístico. Para tal, consideramos os tipos de planejamentos linguísticos existentes.

Quadro 1: Planejamentos linguísticos em Timor-Leste

Ação:	Planejamento linguístico (possível):
Línguas oficiais	Planejamento de aquisição, de status, de corpus (tétum), discursivo e de prestígio.
Línguas de trabalho	Planejamento de status, discursivo e de prestígio.
Ensino bilíngue	Planejamento de aquisição, de status, discursivo e de prestígio.
Valorização das línguas locais	Planejamento de corpus, discursivo e de prestígio.

Fonte: criada pela autora

Segundo as informações apresentadas no quadro 1, evidenciamos os possíveis planejamentos linguísticos relativos a cada ação, com base em algumas das políticas linguísticas adotadas em Timor-Leste, com o intuito de garantir a diversidade linguística do país e promover a inclusão linguística de todas as comunidades. Como citado anteriormente, o planejamento linguístico é uma área de estudos que se dedica a analisar e planejar a política linguística de um determinado grupo, região ou país. Ele envolve o estudo e a implementação de medidas relacionadas ao uso e à promoção de uma ou mais línguas.

Em termos de planejamento linguístico, com base nas políticas linguísticas, Timor-Leste busca propor uma promoção à diversidade linguística do país, assim como garantir o uso das línguas, principalmente as oficiais do país. O que é feito em termos de planejamento linguístico em Timor Leste é que o país adotou o tétum e o português como suas línguas oficiais. Importante mencionar que a oficialização do português no país se deu principalmente por fatores históricos, isso incide sobre a não utilização do planejamento linguístico para adoção da língua portuguesa como oficial. A falta de planejamento linguístico nesse sentido pode ter consequências negativas para a coesão social e a inclusão linguística

em Timor Leste. Além disso, a falta de planejamento linguístico adequado pode resultar em dificuldades na comunicação e na educação.

Segundo Lagares (2018), a glotopolítica tem como aspectos a identificação entre política e democracia; considerar as línguas como objetos sociais e não objetos autônomos; e por fim, uma visão integrada do linguístico e do social. Com base nessa perspectiva apresentada, se faz necessário refletir sobre o papel político das línguas e a importância de se reconhecer a diversidade linguística como patrimônio cultural. Para desenvolver um planejamento linguístico eficaz, é necessário realizar pesquisas sobre a situação linguística da comunidade ou região alvo, levando em consideração fatores como o número de falantes, o status da língua, as atitudes e práticas linguísticas, entre outros. A partir dessas informações, é possível identificar os desafios e oportunidades linguísticas e desenvolver estratégias adequadas. Além disso, o planejamento aplicado a partir da observação de uma determinada situação linguística equilibra as necessidades e direitos das diferentes línguas e promove a diversidade linguística, garantindo a igualdade de status e oportunidades para todas as línguas em uma determinada sociedade.

Apesar de se considerar a importância da aplicabilidade de um planejamento com base na realidade de uma determinada situação linguística, a dinâmica social faz toda diferença no resultado do planejamento linguístico. Isso ocorre porque a dinâmica social engloba as interações e relações entre as pessoas em uma determinada comunidade linguística. Ela impacta as atitudes, crenças e valores em relação à língua, determinando como essa língua é usada e percebida no contexto social.

O planejamento linguístico é entendido como uma forma de influir no futuro das línguas, sem que se pretenda, em qualquer caso, predizê-lo por completo, de acordo com um projeto perfeitamente delimitado, pois já neste momento há uma consciência clara de que dinâmicas sociais complexas podem conduzir os processos históricos em diferentes direções (Lagares, 2018, p. 21)

Alguns exemplos de medidas que podem ser adotadas no planejamento linguístico incluem a implementação de políticas de educação bilíngue, a criação de programas de revitalização linguística, a adoção de legislação para proteção de línguas minoritárias, dentre outros.

Segundo Freire (2011), o planejamento linguístico que foi compreendido em Timor-Leste, principalmente no tocante às línguas oficiais foi baseado no segundo modelo de Haugen (1983), onde a implementação de um planejamento de status precoce e isolada sem

uma supervisão com um planejamento de corpus parece oficial pela sua ineficácia no momento atual. O planejamento linguístico em Timor Leste é um processo complexo que envolve a tomada de decisões, principalmente sobre o uso e o desenvolvimento das línguas oficiais do país. Com base nisso, o planejamento linguístico tem sido um desafio desde a restauração da independência do país em 2002.

No próximo capítulo do presente trabalho será apresentada a metodologia do estudo que realizamos acerca das políticas e dos planejamentos linguísticos timorenses. A metodologia utilizada nesta pesquisa envolveu revisão bibliográfica, análise documental, coleta de dados por meio de questionário e análise dos resultados. Essas técnicas foram selecionadas de acordo com os objetivos estabelecidos no estudo, visando obter resultados confiáveis e relevantes para responder às questões de pesquisa.

CAPÍTULO IV

CAMPO METODOLÓGICO DO ESTUDO.

Neste capítulo IV, apresentaremos a metodologia utilizada na pesquisa realizada, a qual envolveu a aplicação de técnicas selecionadas de acordo com os objetivos propostos no trabalho. Essa metodologia está dividida em três etapas principais: revisão bibliográfica e estudo documental, coleta de dados e análise dos resultados.

A revisão bibliográfica teve como objetivo buscar informações teóricas e conceituais sobre os assuntos pertinentes aos propósitos da pesquisa, a fim de embasar e conduzir o desenvolvimento do trabalho. Foram consultados livros, artigos científicos, dissertações e teses. Além disso, a pesquisa conta com um estudo documental importante para o entendimento do contexto timorense envolvendo alguns documentos, a saber: a Constituição da República Democrática de Timor-Leste e a Lei de Bases da Educação. Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário, contendo perguntas relacionadas aos objetivos do estudo proposto. O questionário foi aplicado a uma amostra representativa da população-alvo da pesquisa, os cidadãos timorenses. Após a coleta de dados, os resultados foram analisados descritivamente à luz do que prevê os documentos oficiais estudados e a teoria de embasamento da pesquisa. Cabe ressaltar que todos os participantes da pesquisa foram informados sobre o objetivo do estudo e aceitaram participar voluntariamente deste estudo.

4.1. Metodologia da pesquisa

Segundo Lakatos e Marconi (1991, p. 106), métodos de abordagem são os que se caracterizam por uma abordagem mais ampla, no âmbito de abstração dos fenômenos da natureza e da sociedade. Com foco no objetivo central desta pesquisa, em que nos propomos a analisar a valorização e o fortalecimento da língua portuguesa em Timor-Leste, por meio da discussão e análise das políticas linguísticas e planejamentos linguísticos em vigor no país, utilizaremos o método indutivo. Ainda de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.86), o método indutivo caracteriza-se como “um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”.

Assim, a presente pesquisa é de natureza qualitativa, segundo Augusto et al (2013, p. 748) e Vieira e Zouain (2005), autores que afirmam que a pesquisa qualitativa

atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Com efeito, esse tipo de pesquisa preza pela descrição dos fenômenos e dos elementos envolvidos. Desse modo, na primeira parte da pesquisa, após os estudos teóricos e conceituais realizados, optamos por abordar uma análise qualitativa baseada nas políticas linguísticas e nos planejamentos linguísticos, bem como nos documentos oficiais do Governo:

- **Constituição da República Democrática de Timor-Leste (2002);**
- **Lei de Bases da Educação (2008).**

Na segunda parte da pesquisa decidimos por realizar uma entrevista semiestruturada (Marconi e Lakatos, 2007). Nesse tipo de entrevista, o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido, onde as perguntas feitas são predeterminadas. As entrevistas foram realizadas e gravadas com o consentimento dos participantes, através da plataforma *Google Meet*. Quatro participantes aceitaram contribuir com a nossa pesquisa. A pesquisa obteve a contribuição de quatro participantes efetivamente.

Em relação à quantidade reduzida de pessoas entrevistadas. De acordo com dados do relatório "ICT Development Index" publicados pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) em 2019, cerca de 40% da população tinha acesso à Internet. Somados às condições de conexão; o fuso horário, pois entrevistamos timorenses residentes e não residentes em Timor-Leste; e o medo no repasse das informações, foram os principais motivos para o baixo número de entrevistados.

4.2. Delimitação do universo e amostra

De acordo com Marconi e Lakatos (2011, p. 112), “[...] universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”. O universo da presente pesquisa se delimita na seleção e discussão dos documentos a serem analisados (Constituição da República Democrática de Timor-Leste, Lei de Bases da Educação), bem como os relatos coletados em entrevistas realizadas com timorenses residentes, e/ou não residentes, em TL.

A respeito da amostra de pesquisa, as mesmas autoras a definem como “uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”, podendo ser classificada, ainda como “duas grandes divisões no processo de

amostra: a não-probabilística e probabilística” (Marconi; Lakatos, 2011, p.112). Levando em consideração tais definições pretende-se focar as políticas linguísticas presentes no universo timorense, com foco na promoção da língua portuguesa.

4.3. Procedimentos de coleta e análise de dados

Lakatos e Marconi (1991, p. 106) explicam que “os métodos de procedimentos conduzem às etapas mais concretas da investigação científica, com o objetivo mais restrito em termos de explicação geral dos fenômenos e abordagem menos abstrata”. Os procedimentos de coleta da pesquisa foram realizados por meio da busca dos documentos anteriormente mencionados no site oficial do Governo timorense. A escolha dos documentos se deu com foco na promoção da língua portuguesa, considerando o período pós independência do país. Buscamos analisar documentos que retratassem os primeiros anos do país como nação independente, a fim de compreender como a língua portuguesa foi utilizada como instrumento de afirmação cultural e política.

No tocante às entrevistas, procuramos estabelecer contato com cidadãos e cidadãs timorenses, tanto residentes como não residentes em Timor-Leste. Ao total conseguimos entrevistar quatro pessoas, sendo três homens e uma mulher com faixa etária entre 19 e 35 anos. Importante citar que a seleção das pessoas foi realizada de forma aleatória. A maioria dos entrevistados possuía residência na capital Díli, exceto a entrevistada mulher que no momento da entrevista possui residência no Brasil. Quanto à profissão dos informantes, temos dois professores, um administrador público e uma estudante. Certamente, o nível de escolaridade pode influenciar nos resultados obtidos.

Dessa forma, podemos obter uma pequena amostra de perspectivas e opiniões sobre os assuntos em pauta. Entrevistar timorenses não residentes também nos permite capturar a visão da diáspora e entender como eles percebem e contribuem para o desenvolvimento de Timor-Leste, mesmo à distância. Além disso, ao conduzir as entrevistas, também buscamos obter informações sobre o perfil dos entrevistados, incluindo sua idade, gênero, ocupação, nível de educação, origem geográfica em Timor-Leste, entre outros aspectos relevantes. Esses detalhes ajudam a contextualizar as opiniões e perspectivas compartilhadas pelos entrevistados.

Com o intuito de sabermos dos timorenses a percepção acerca da língua portuguesa, bem como a situação do português em Timor-Leste, decidimos por aplicar uma

entrevista do tipo estruturada. Dentro dessa perspectiva, foi formulado um total de oito perguntas, as quais apresentamos abaixo, juntamente com seus objetivos peculiares.

Quadro 2: Perguntas realizadas aos entrevistados

PERGUNTA	OBJETIVO
1. Qual o seu nome, profissão e atualmente sua área de atuação?	Obter informações pessoais básicas sobre a pessoa, isso ajudará a conhecer melhor o perfil dos entrevistados.
2. Qual a importância da língua portuguesa na sua vida?	Saber sobre a presença da língua portuguesa na vida da pessoa, procurando entender a relação pessoal e subjetiva que cada indivíduo tem com a língua portuguesa, o que pode variar de acordo com a sua vivência e experiências.
3. Como você vê a língua portuguesa em Timor-Leste?	Verificar a percepção e importância da língua portuguesa em Timor-Leste a partir das percepções de cada pessoa entrevistada.
4. Quais os espaços em Timor-Leste que se percebe a língua portuguesa?	Saber em quais espaços sociais de Timor-Leste se percebe a presença e uso da língua portuguesa. Isso é importante para entender o impacto e a influência da língua portuguesa no país, assim como identificar os contextos em que a língua é mais utilizada.
5. Sobre as mídias (jornal impresso, televisão, rádio e sites institucionais) em	Investigar a presença da língua portuguesa (dominante ou não) nos espaços midiáticos

Timor-Leste, como você percebe a língua portuguesa nesses espaços?	e sua relação com as demais línguas de Timor-Leste.
6. Atualmente, quais são as políticas de promoção da língua portuguesa por parte do governo, de instituições religiosas, instituições privadas e organizações não governamentais em Timor-Leste?	Levantar informações sobre as iniciativas e ações para promover a língua portuguesa em andamento no país.
7. O Instituto Nacional de Linguística tem realizado ações na gestão da língua portuguesa e também da língua tétum? Se sim, quais são essas ações?	Entender melhor sobre a atuação do Instituto Nacional de Linguística quanto às ações relacionadas à gestão da língua portuguesa e da língua tétum.
8. Como tem acontecido o ensino de português em Timor-Leste, na escola, na universidade, bem como fora desses espaços?	Compreender como o ensino da língua portuguesa tem sido realizado em Timor-Leste, tanto nos espaços formais, quanto informais.

Fonte: produzido pela autora

Importante mencionar que não realizamos a transcrição das entrevistas na íntegra, pois nosso intuito é perceber, a partir da fala dos/das entrevistados/as, em que medida há uma promoção de fato da língua portuguesa em TL e como essa língua, na perspectiva do povo timorense, tem sido notada. Também, seguindo os preceitos éticos da pesquisa, não explicitamos informações que possam identificar os/as participantes e, para isso, utilizamos a codificação E, seguida da numeração referente à pessoa entrevistada, por exemplo.: "E1 = entrevistado/a 1; E2 = entrevistado/a 2, e assim por diante.

CAPÍTULO V

ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresentamos a análise dos dados coletados ao longo do processo de pesquisa, com base nas teorias e conceitos dos estudos das políticas linguísticas e dos planejamentos linguísticos, enfocando a promoção da língua portuguesa em Timor-Leste. Primeiramente, abordaremos os dados documentais para, em um segundo momento, nos dedicarmos às informações trazidas pelos/as entrevistados/as.

5.1. Análise documental

5.1.1. Constituição da República Democrática de Timor-Leste

A independência de TL, proclamada unilateralmente pela FRETILIN em 28 de novembro de 1975, passa a ser restaurada e reconhecida em 20 de maio de 2002. Diante disso, fez-se necessária a elaboração e adoção da Constituição da República Democrática de Timor-Leste que é uma Carta Magna do país, a qual assegura a todos os cidadãos e cidadãs timorenses os direitos, deveres e garantias fundamentais para o exercício da democracia, além de estabelecer princípios, instituições e procedimentos para a manutenção de um Estado de Direito democrático.

O documento inclui também disposições sobre questões sociais, culturais e econômicas, tais como: reconhecimento quanto ao português e ao tétum como línguas oficiais de Timor-Leste; estabelecimento de que todos os cidadãos têm direito à educação, à saúde e ao trabalho; promoção e proteção da cultura, das linguagens e das tradições da população, e preservação do meio ambiente. Além disso, a Constituição de Timor-Leste define um sistema semi-presidencialista de governo, com um Presidente da República, como Chefe de Estado, e um Primeiro-Ministro como chefe de Governo.

O presidente de Timor-Leste é eleito diretamente pelo povo para um mandato de cinco anos, possui poderes executivos limitados, mas desempenha um papel importante na política externa e na nomeação do primeiro-ministro. O primeiro-ministro de Timor-Leste é escolhido pelo partido político com maioria no Parlamento e é responsável por liderar o governo e implementar políticas.

O Parlamento Nacional é o órgão legislativo de Timor-Leste, composto por 65 membros eleitos pelo povo. Os partidos políticos que obtêm representação no Parlamento têm

a responsabilidade de formar um governo e implementar políticas. Este sistema de governo busca equilibrar os poderes executivos entre o presidente e o primeiro-ministro, com o presidente representando a unidade nacional e o primeiro-ministro liderando o governo em termos práticos.

A Constituição de Timor-Leste encontra-se disponível em *Portable Document Format* (PDF), apenas em língua portuguesa no site do Governo de Timor-Leste, na aba de “Legislação”. Trata-se de um documento de quarenta e oito páginas, incluindo capa, índice, preâmbulo e conteúdo. O conteúdo do documento divide-se em sete partes, que, por sua vez, subdividem-se em títulos, a saber: I – Princípios fundamentais, II – Direitos, deveres, liberdades e garantias fundamentais, III – Organização do poder político, IV – Organização econômica e financeira, V – Defesa e segurança nacionais, VI – Garantia e revisão da Constituição e VII – Disposições finais e transitórias.

O Preâmbulo da Constituição representa a declaração solene e introdutória dos princípios, valores e objetivos que fundamentam o novo Estado soberano. Marca o momento histórico em que um antigo estado ou sistema político é destruído e substituído por uma "associação política" emergente. Essa ruptura inerente à criação de um novo Estado é justificada no Preâmbulo, na medida em que estabelece as razões fundamentais para essa mudança. Nesse sentido, reconhece a necessidade de romper com a ordem antiga e estabelecer uma nova ordem política que a Constituição visa fundar.

Além disso, o Preâmbulo estabelece uma ponte entre o passado e o futuro da comunidade, conectando a destruição da ordem antiga com a legitimação da nova ordem. Ele convoca a história e a memória da própria comunidade para estabelecer a narrativa "autêntica" da construção da sua singularidade. Dessa forma, o Preâmbulo busca impor o reconhecimento da nova ordem a todos os adversários, tanto no plano interno quanto no plano internacional. Transmite a ideia de que a nova ordem política é legítima e baseada nos ideais e aspirações da comunidade.

Portanto, o Preâmbulo desempenha um papel fundamental na criação da identidade e na legitimação do novo Estado soberano. Ele representa tanto o marco histórico do nascimento desse Estado quanto o registro da sua matriz genética, ou seja, dos princípios e valores que o fundamentam. Ao convocar a história e a memória da comunidade, o Preâmbulo estabelece uma narrativa autêntica que busca garantir o reconhecimento e a aceitação da nova ordem, tanto internamente quanto externamente.

Quadro 3: Análise da Constituição da RDTL

<p>A independência de Timor-Leste, proclamada pela Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (FRETILIN) em 28 de Novembro de 1975, vê-se internacionalmente reconhecida a 20 de Maio de 2002, uma vez concretizada a libertação do povo timorense da colonização e da ocupação ilegal da Pátria Maubere por potências estrangeiras. (RDTL, 2002, p.7)</p>	<p>O preâmbulo estabelece que Constituição de Timor-Leste é um documento do povo “Maubere”. Conforme Silva (2011), o termo “Maubere” referia-se, no período colonial, à forma como os portugueses denominavam pejorativamente os timorenses mais empobrecidos. Na luta de resistência, o termo “Maubere” foi ressignificado, passando a representar identitariamente os timorenses em sua essência cultural e política.</p>
<p>Parte I – Princípios fundamentais da Constituição</p>	
<p>No Artigo 8.º de título (Relações internacionais).</p> <p>3. “A República Democrática de Timor-Leste mantém laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa” (TIMOR-LESTE, 2002, p.10).</p>	<p>Esta aproximação entre os países de língua oficial portuguesa busca unir esforços para o desenvolvimento econômico, social e cultural de todos os países que fazem parte do projeto da chamada “lusofonia”, no âmbito da CPLP. Esta iniciativa também visa dar aos países de língua oficial portuguesa a oportunidade de se beneficiarem entre si, compartilhando experiências, conhecimentos, técnicas e recursos, dentre essas questões, está a Educação e os assuntos linguísticos, ainda nessa primeira parte do documento.</p>
<p>Artigo 13.º de título (Línguas oficiais e línguas nacionais)</p>	<p>Observando essas questões, percebe-se que a missão do Estado consiste em assegurar a utilização adequada das línguas oficiais, garantindo o acesso dos/das timorenses aos</p>

<p>1. “O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste” (TIMOR-LESTE, 2002, p.10).</p> <p>2. “O tétum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo Estado” (TIMOR-LESTE, 2002, p.10).</p>	<p>serviços públicos nesses dois idiomas. O Estado deve promover a preservação, o desenvolvimento e a difusão das línguas oficiais, bem como organizar adequadamente o sistema de ensino e a formação docente para garantir que o compromisso do Estado, no que se refere às línguas oficiais, seja cumprido de forma adequada.</p> <p>Além de garantir o acesso aos serviços públicos em ambas as línguas oficiais, bem como a promoção da produção e distribuição de materiais educacionais, de informação, de comunicação e culturais em língua tétum e português. É igualmente importante a criação de estruturas que permitam a colaboração entre as duas línguas e a promoção de iniciativas que incentivem a apropriação das línguas oficiais pela população.</p>
<p>Parte VII - Disposições Finais e Transitórias</p>	
<p>Artigo 159.º de título (Línguas de trabalho)</p> <p>“1. A língua indonésia e a inglesa são línguas de trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais, enquanto tal se mostrar necessário” (TIMOR-LESTE, 2002, p.10).</p>	<p>Apesar de não serem línguas oficiais, a língua indonésia e o inglês são línguas amplamente utilizadas e têm grande importância na região, principalmente nas relações que envolvem o mercado de trabalho em Timor-Leste. O país possui relações políticas e comerciais muito estreitas com seus vizinhos – Indonésia e Austrália – além do fato de que muitos timorenses são descendentes diretos de indonésios e australianos, em grande medida por conta do exílio forçado durante o período</p>

	<p>da Resistência Timorense. Há, ainda, pela facilidade de migração regional, muitos timorenses que foram realizar seus estudos de graduação e pós-graduação nos países vizinhos, ou que estão constantemente nesses locais por conta de turismo, relações familiares ou eventos diversos.</p>
--	--

Fonte: produzido pela autora

Para além dessas questões apresentadas, a escolha da língua indonésia como língua de trabalho em Timor-Leste tem uma questão política muito relevante. Durante a ocupação indonésia em Timor-Leste (1975-1999), a língua indonésia foi amplamente usada como língua de comunicação e administração. Além disso, a língua indonésia tem semelhanças com a língua tétum, que é a língua oficial de Timor-Leste, diante dessa condição, a língua indonésia foi vista como uma ponte entre o tétum e outras línguas faladas no país, facilitando a comunicação e a administração. A ocupação indonésia teve um profundo impacto em Timor-Leste, e muitos timorenses têm conhecimentos de língua e cultura indonésias. A adoção da língua indonésia como língua de trabalho também foi vista como um meio de promover a reconciliação e a cooperação entre os dois países.

No tocante à escolha da língua inglesa adotada na Constituição do país, essa escolha reflete um movimento que marca diferenças entre, por exemplo, a Austrália e a Indonésia, visto que a história de colonização do primeiro país revela uma ampla aniquilação das línguas indígenas em favor do inglês, o que não teria ocorrido na mesma proporção com o processo de colonização portuguesa em relação às línguas locais em Timor Leste. Além disso, a inclusão do inglês serve como um meio para a integração econômica internacional, pois é o idioma mais usado por países em todo o mundo.

Ao adotar a língua inglesa como língua de trabalho, Timor-Leste torna-se mais inserido no cenário internacional, atraindo mais investimentos estrangeiros, aumentando as exportações e ajudando a reduzir a dependência do país de outras economias. Além disso, muitos investidores estrangeiros têm preferência por países que possuam força de trabalho fluente em inglês, pois isso facilita a colaboração, a transferência de conhecimento e o gerenciamento de projetos internacionais. Dessa forma, a adoção do inglês pode incentivar

mais investimentos estrangeiros em Timor-Leste, o que traria benefícios econômicos para o país.

Outro benefício da adoção do inglês é o potencial aumento das exportações. Ao utilizar o inglês como língua de trabalho, as empresas timorenses podem expandir seus mercados para além das fronteiras nacionais, facilitando o comércio com empresas estrangeiras e a entrada em novos mercados internacionais. Isso poderia impulsionar as exportações de produtos e serviços timorenses, aumentando assim a receita e impulsionando o crescimento econômico. Por mais que a adoção da língua inglesa seja favorável para o crescimento econômico do país, no entanto, não é um processo simples e requer investimentos significativos em educação e treinamento. É necessário desenvolver programas de ensino de inglês de alta qualidade, capacitar a força de trabalho e promover a fluência na língua. Além disso, é importante garantir que a adoção do inglês não afete negativamente as línguas locais e a cultura timorense.

Tais ações na gestão das línguas presentes na Constituição de Timor-Leste refletem um processo de disputa ideológica em torno dos lugares que essas línguas foram alocadas. Após a independência de Timor Leste em 2002, foram levantadas questões sobre a língua oficial do país. Enquanto alguns defendiam a continuidade da língua portuguesa, argumentando que ela era parte fundamental da identidade nacional e um símbolo da resistência contra a invasão indonésia, outros argumentavam a favor da adoção do bahasa indonésio ou do tétum, uma língua local.

Essa disputa linguística também está ligada a questões de nacionalidade e identidade nacional. A língua é um elemento central na construção da identidade de um povo e, portanto, a escolha da língua oficial tem implicações políticas e simbólicas significativas. Na busca por uma identidade nacional após anos de ocupação estrangeira, algumas vezes defendem a manutenção da língua portuguesa como uma forma de preservar a conexão com o passado de resistência e luta pela independência.

Igualmente, a língua portuguesa também está ligada a benefícios práticos, como acesso a oportunidades educacionais e econômicas em países lusófonos. Por outro lado, a adoção do tétum ou do bahasa indonésio pode ser vista como uma afirmação da cultura e identidade timorenses, buscando distanciar-se das influências coloniais portuguesas.

É importante destacar que as influências externas desempenham um papel de peso nessa disputa. A Austrália, que é geograficamente próxima a Timor Leste, tem interesses econômicos na região, especialmente no que se refere à exploração de recursos naturais no Mar de Timor-Leste. Esses interesses podem levar a pressões para o uso da língua inglesa ou para a promoção de uma língua que facilite as relações comerciais com a Austrália.

No caso do Timor Leste, a língua torna-se uma arena de disputa ideológica em torno dos estatutos de oficialidade e nacionalidade. As forças motivadoras dos discursos unificadores e nacionalistas decorrem da história sociopolítica do país em relação aos processos colonizatórios, envolvendo, mais diretamente, Portugal e Indonésia e, indiretamente, a Austrália. É em torno da constituição de uma dada identidade nacional política e livre que a escolha do português como língua cooficial é feita: aquilo que em um momento histórico emergiu como força centrípeta no percurso do Timor Leste – a presença da língua portuguesa como estratégia colonizadora – em um outro momento produz um outro efeito, de desestabilização e de resistência a outras colonizações posteriores à presença portuguesa no país. (Severo, 2011 p. 104).

Em suma, a disputa ideológica em torno da língua em Timor Leste envolve questões de identidade, história sociopolítica e interesses externos. A língua torna-se uma arena de disputa na busca por definir estatutos de oficialidade e nacionalidade do país.

Logo, a partir da Constituição de Timor-Leste é possível perceber uma pequena parcela do que é a realidade linguística do território, com base nisso, temos uma breve noção da disputa ideológica incubida nessas escolhas, bem como dos discursos unificadores/nacionalistas que decorrem da história sociopolítica do país em relação aos seus processos colonizatórios.

Em Timor-Leste, existem várias línguas locais presentes no país, como já mencionado nesse trabalho, mas apenas o tétum é reconhecido e mencionado na Constituição. As demais línguas locais, o baikeno, fataluco, galóli, também faladas por diferentes grupos étnicos, não são citadas na Constituição. Conforme a realidade apresentada, não foram encontradas menções sobre as línguas nos demais capítulos da Constituição.

5.1.2 Lei de Bases da Educação

A Lei N.º 14/2008, de 29 de Outubro, conhecida como Lei de Bases da Educação, está disponível para *download* em *PDF*, publicada no Jornal da República - veículo oficial de publicação da RDTL, somente na versão em língua portuguesa. O documento constitui-se de preâmbulo e oito capítulos, divididos em seções que se subdividem em artigos, que por sua vez dividem-se em parágrafos. Nesse documento são tratados assuntos relevantes ao sistema de educação nacional de Timor-Leste a partir dos seguintes capítulos: I – Âmbito, princípios e

objetivos fundamentais; II – Organização do sistema educativo; III – Apoios e complementos educativos; IV – Avaliação e inspeção do sistema educativo; V – Administração do sistema educativo; VI – Recursos humanos; VII – Recursos materiais e financeiros e VII – Disposições transitórias finais.

A seguir apresentamos trechos da Lei de Bases de Educação, com o intuito de evidenciar a presença da questão linguística timorense, mais especificamente relacionadas às línguas oficiais, lembrando que o nosso foco de pesquisa é a língua portuguesa e como essa língua é demonstrada dentro do projeto político-linguístico para sua promoção no país.

Quadro 4: Análise da Lei de Bases da Educação

Capítulo I (Secção I), Artigo 8.º	
<p>“As línguas do sistema educativo de Timor-Leste, a saber: as línguas de ensino do sistema educativo timorense são o tétum e o português” (Timor-Leste, 2008, p. 2643).</p>	<p>De acordo com o que é dito, as línguas de ensino do sistema educativo são o tétum e o português. Isso significa que o currículo e as aulas nas escolas de Timor-Leste devem ser ministrados nessas duas línguas.</p> <p>Sabe-se que o tétum é uma língua austronésia falada por grande parte da população de Timor-Leste. É uma língua autóctone amplamente entendida por muitos timorenses. A promoção e o uso do tétum nas escolas têm como objetivo fortalecer a identidade cultural e linguística do povo timorense. O português, por sua vez, assumiu um papel importante em Timor-Leste como língua oficial após a independência do país em 2002. Embora não seja uma língua materna para muitos timorenses, o português é utilizado no governo, na administração pública e no sistema judiciário de Timor-Leste.</p>

Capítulo II - Organização do Sistema Educativo - Secção III (Educação Escolar) - Subsecção I (Ensino Básico)	
<p>d) “Garantir o domínio das línguas portuguesa e tétum” (Timor-Leste, 2008, p. 2643).</p>	<p>Ao promover o domínio e o acesso de qualidade às línguas, português e tétum, a presente Lei também busca assegurar o direito à educação e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente da língua que falam. Portanto, a garantia do domínio das línguas português e tétum na presente Lei visa promover a igualdade de acesso a serviços de qualidade e fortalecer a identidade cultural e linguística do país.</p>
<p>e) “Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira (Timor-Leste, 2008, p. 2643).</p>	<p>Conforme analisado, o ensino de uma primeira língua estrangeira é incluído somente a partir do terceiro ciclo, conforme o Artigo 13º (Organização do ensino básico); c) No terceiro ciclo, o ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, que integre coerentemente áreas vocacionais diversificadas, podendo conter áreas não disciplinares, destinadas à articulação de saberes, ao desenvolvimento de métodos de trabalho e de estudo e à obtenção de formações complementares, proporcionando a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira, e desenvolve-se em regime de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas.</p>

<p>g) “Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, línguas oficiais e nacionais, história e cultura timorenses, numa perspectiva de humanismo universalista e de solidariedade e cooperação entre os povos” (Timor-Leste, 2008, p. 2644).</p>	<p>Com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, é essencial promover o ensino das línguas oficiais no ambiente escolar. Ao assegurar o domínio dessas línguas, os alunos têm a chance de se desenvolver integralmente, tanto no aspecto acadêmico como social. Com isso, ao oferecer o ensino das línguas oficiais, a escola colabora para que os alunos possam se comunicar, expressar suas ideias e compreender as informações de forma eficaz. Além disso, o estudo dessas línguas amplia o repertório cultural dos estudantes, permitindo-lhes ter acesso a diferentes formas de conhecimento e experiências. Portanto, ao mencionar a garantia do domínio das línguas oficiais no contexto escolar, fica evidente o intuito de promover um ambiente educativo inclusivo, que valorize a diversidade linguística e proporcione aos estudantes as ferramentas necessárias para sua formação integral.</p>
<p>Artigo 16.º (Organização do Ensino Secundário)</p>	
<p>3. “Todos os cursos do ensino secundário contêm componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de línguas e cultura timorenses adequadas à natureza dos diversos cursos” (Timor-Leste, 2008, p. 2644).</p>	<p>Isso significa que todos os cursos do ensino secundário em Timor-Leste são projetados para fornecer conhecimentos técnicos e tecnológicos relevantes, bem como formação profissionalizante. Além disso, todos os cursos também incluem componentes que promovem a língua e a cultura timorenses,</p>

	<p>levando em consideração a natureza específica de cada área de estudo.</p> <p>O ensino superior em Timor-Leste tem experimentado um desenvolvimento significativo desde a independência do país em 2002. O sistema de ensino superior do país é composto por várias instituições, incluindo universidades, institutos e faculdades.</p> <p>A Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL) é a principal universidade do país, oferecendo uma ampla gama de cursos de graduação e pós-graduação em várias áreas de estudo. A UNTL também tem parcerias com várias instituições de ensino superior internacionais. Além da UNTL, há outras instituições de ensino superior em Timor-Leste, como o Instituto Politécnico de Betano, o Instituto Politécnico de Dili e a Universidade de Díli. Essas instituições oferecem cursos técnicos e profissionalizantes em diversas áreas, como administração, contabilidade, engenharia e saúde.</p>
<p>Subsecção III (Ensino Superior), Artigo 17.º (Âmbito e objectivos)</p>	
<p>h) “Promover e valorizar as línguas e a cultura timorenses” (Timor-Leste, 2008, p. 2647).</p>	<p>A promoção e valorização das línguas e da cultura timorense são essenciais para a preservação da identidade do Timor-Leste e o enriquecimento da diversidade cultural do país, pois desempenham um papel</p>

	<p>fundamental na preservação da identidade do Timor-Leste. Ao promover e valorizar as línguas locais, como o tétum, baiqueno, mambai, o país pode garantir que suas tradições e conhecimentos ancestrais sejam transmitidos de geração em geração, com isso, a falta de promoção das língua e da cultura timorense pode levar ao desaparecimento gradual desses elementos importantes da identidade nacional.</p>
<p>Secção VI - Planejamento Curricular, Artigo 35.º (Princípios do planejamento curricular)</p>	
<p>8. “O ensino-aprendizagem das línguas oficiais deve ser estruturado, de forma que todas as outras componentes curriculares do ensino básico e do ensino secundário contribuem, sistematicamente, para o desenvolvimento das capacidades ao nível da compreensão e produção de enunciados, orais e escritos, em português e tétum” (Timor-Leste, 2008, p. 2647)</p>	<p>Concordo que o ensino-aprendizagem das línguas oficiais, como o português e o tétum, deve ser estruturado de forma que todas as outras disciplinas do currículo escolar colaborem para melhorar as habilidades de compreensão e expressão de ideias, tanto na fala quanto na escrita.</p> <p>Ao ter um enfoque integrado, o ensino das línguas oficiais pode ser mais efetivo, pois permite que os estudantes apliquem e pratiquem as habilidades linguísticas aprendidas em diferentes contextos. Dessa forma, todas as matérias do currículo escolar podem se tornar oportunidades de aprendizagem da língua, favorecendo assim o crescimento das competências comunicativas dos alunos.</p>

Capítulo VII - Disposições Transitórias e Finais, Artigo 57.º (Estabelecimentos de educação e de ensino integrados no sistema educativo)

<p>1. “A partir do ano lectivo 2010 apenas poderão integrar o sistema educativo timorense os estabelecimentos de educação e de ensino que utilizem como línguas de ensino as línguas oficiais de Timor-Leste”.</p>	<p>O documento em seu conteúdo determina as línguas do sistema educativo de Timor-Leste, com isso compromete-se em garantir o domínio dessas línguas, ainda considera proporcionar a aprendizagem de uma língua estrangeira no sistema, sendo assim, abre espaço para adoção de mais uma língua no sistema de ensino. Segundo o relato dos nossos entrevistados, geralmente as escolas optam pelo ensino da língua inglesa, principalmente pela disponibilidade de materiais didáticos e por ter status de língua de trabalho.</p>
--	--

Fonte: Análise realizada pela autora

Devido ao processo de transições no campo educacional de Timor-Leste, foi necessário planejar reformas estruturais que assegurassem a construção de um sistema educacional sólido e estável a partir do zero.

A construção de um sistema educativo a partir do zero exigiu, portanto, a planificação de reformas estruturais que garantissem a edificação de um sistema sólido e estável. Procedeu-se, desde 2002, entre outros: (i) ao desenvolvimento do primeiro currículo para o ensino primário (do 1.º ao 6.º ano do ensino básico); (ii) à reintrodução da língua portuguesa; (iii) ao investimento na formação de professores; (iv) à expansão do acesso ao ensino; (v) à elaboração de um quadro legislativo e normativo; (vi) à formulação e aprovação da Lei de Bases da Educação (LBE); (vii) à delimitação da Política Nacional de Educação (2007-2012); (viii) à definição e aprovação do Plano Estratégico Nacional da Educação 2011-2030; (ix) à reforma da gestão da educação; e (x) ao desenvolvimento dos currículos para o pré-escolar, para o Ensino Básico (EB), para o Ensino Secundário Geral (ESG) e para o Ensino Secundário Técnico-Vocacional (ESTV) (Albino, 2020 p. 36).

Para o sucesso destas reformas é necessário que haja um planejamento linguístico adequado, que considere a diversidade de línguas e falas existentes no país. Além disso, é necessário que sejam consideradas as dimensões sociais, culturais e históricas que estão presentes nas línguas e falas.

É importante também que os conteúdos sejam apresentados de forma clara e objetiva, para que os estudantes possam compreender a ideia principal de cada assunto. Além disso, é importante utilizar materiais de apoio, como vídeos, podcasts, contação de histórias e textos para ajudar no processo de ensino aprendizagem. Esses materiais também podem ajudar a desenvolver habilidades como escrita, leitura e compreensão oral. É importante também que os professores incentivem os estudantes a falar as línguas oficiais, fornecendo-lhes oportunidades para praticar o que eles estão aprendendo. As práticas de falar em grupo, debates e discussões são ótimas formas de aprimorar as habilidades de comunicação. Por fim, é importante que os estudantes recebam feedback sobre o seu desempenho e que eles sejam motivados a continuar praticando e aprendendo.

Contudo, apesar dos grandes avanços nas políticas públicas/linguísticas para promoção e valorização das línguas, tal como das manifestações culturais em Timor-Leste, é notório que a qualidade dos serviços educativos/formativos não responde, de forma tão eficaz e eficiente, às necessidades da população timorense, situação refletida na fala do Ministro da Educação, do VI Governo Constitucional. “O sistema educativo tem desvios estruturais e de carácter organizacional que afetam a prestação de serviços educativos de qualidade à população” (ME-RDTL, 2017, p. 20).

5.2 Entrevistas: a situação da língua portuguesa a partir da percepção dos timorenses.

O estado atual da língua portuguesa em Timor-Leste é um tema interessante para explorar a partir da perspectiva dos timorenses. Portanto, a realização da entrevista com indivíduos timorenses é uma ótima maneira de obter informações sobre a situação da língua portuguesa no país, com base nisso, foram entrevistados quatro timorenses no total. Abaixo está um quadro com o perfil dos entrevistados, para uma melhor compreensão do perfil deles.

Quadro 5: Dados do perfil dos entrevistados

Entrevistado	Idade	Sexo	Profissão	Área de atuação
1	35	M	Professor	Formação de professores: Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura do Timor-Leste.

2	Não informada	M	Professor	Formação de professores: Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura do Timor-Leste.
3	30	M	Administrador público	Secretário Assistente Administrativo: Embaixada Brasil – Timor-Leste
4	19	F	Estudante	Estudante universitária no Brasil

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas do(as) informantes.

Com base no perfil apresentado podemos perceber que os informantes são de profissões e áreas de atuação diversificadas, mas, apesar disso, possuem um certo grau de proximidade com a língua portuguesa. O primeiro e o segundo entrevistados são professores no Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura do Timor-Leste, já o terceiro informante é secretário e assistente administrativo na Embaixada Brasil - Timor-Leste com formação no Brasil em administração pública. A última entrevistada, por sua vez, é estudante de administração pública na UNILAB e atualmente está residindo no Brasil.

É importante observamos também como a faixa etária dos participantes influencia na percepção acerca da língua portuguesa. Com exceção do participante 2, que não informou a idade, nós temos o seguinte cenário: 2 participantes nascidos entre os anos de 1985 e 1986 (período indonésio) e uma participante que nasceu no ano de 2000 (período democrático). Os nascidos no período indonésio tiveram um maior contato com a língua indonésia, na época, língua de instrução oficial de Timor-Leste. Já a participante 4, nascida no ano 2000, participa do processo de reintrodução da língua portuguesa, no período democrático do país. Para os dois participantes mencionados, em suas infâncias e adolescências, a língua portuguesa participava da clandestinidade e era duramente reprimida nos espaços sociais timorenses. Já na realidade da participante 4, a língua portuguesa é celebrada como sinônimo de vitória sobre o governo indonésio, bem como símbolo da soberania nacional. Ainda destacamos a

posição social que os participantes integram, em sua maioria com acesso ao ensino superior, diante disso, destaca-se a importância do processo de escolarização, muitas vezes como fator determinante na tomada de decisões.

Quadro 6: Perfil sociolinguístico

Entrevistado	Perfil sociolinguístico
E1	Professor de língua portuguesa com atuação na formação de professores no Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura do Timor-Leste.
E2	Professor de língua portuguesa com atuação na formação de professores, no Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura do Timor-Leste.
E3	Administrador público, com atuação em relações internacionais, exercendo os cargos de secretário e assistente administrativo na Embaixada Brasil - Timor-Leste. Sempre teve contato desde muito cedo com a língua portuguesa através do convívio familiar. Segundo o informante, a mãe tem formação em língua portuguesa e sempre o incentivou a estudar o idioma. Formado pela UNILAB voltou ao país com o intuito de contribuir para o crescimento de Timor-Leste.
E4	Estudante de administração pública no Brasil, especificamente na UNILAB. A entrevistada afirmou que decidiu estudar no Brasil com o intuito de adquirir crescimento pessoal, profissional e conhecer mais da língua portuguesa e da cultura brasileira.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas do(a)s informantes.

Com base nas informações fornecidas, os E1 e E2 possuem perfil sociolinguístico interessante para efeito desta pesquisa, pois são professores de língua portuguesa com experiência na formação de professores. Isso indica que eles não apenas dominam a língua portuguesa, mas também possuem conhecimento e habilidades necessárias para ensinar e compartilhar esse conhecimento com outros professores. Além disso, trabalham no Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura do Timor-Leste, órgão oficial do governo timorense. Essa posição no governo sugere que E1 e E2 sejam profissionais de destaque na área da

educação e que suas habilidades são reconhecidas e valorizadas pelas autoridades competentes.

Considerando o cenário linguístico timorense, o fato dos E1 e E2 serem professores de língua portuguesa é particularmente relevante. Isso significa que desempenham um papel essencial na promoção e preservação do uso da língua portuguesa no país, especialmente no contexto educacional. Suas atuações na formação de professores indicam que estão comprometidos em garantir que outros professores possam ensinar de forma eficiente a língua portuguesa, contribuindo assim para o fortalecimento da identidade linguística e cultural do país.

O E3 é um administrador público com atuação em relações internacionais, atuando nos cargos de secretário e assistente administrativo na Embaixada Brasil - Timor-Leste. Como secretário, tinha responsabilidades como a organização e controle dos documentos, agenda e correspondências do embaixador. Além disso, auxiliava na preparação e realização de reuniões e eventos, bem como no suporte logístico para visitas oficiais. Devido à sua atuação na embaixada, o E3 teve a oportunidade de trabalhar em um ambiente multicultural e lidar com questões internacionais de natureza política, econômica e social, devido a isso, sua atuação lhe proporcionou uma visão ampla sobre questões internacionais e a capacidade de lidar com diferentes culturas e contextos políticos. Desde muito cedo, teve contato com a língua portuguesa através do convívio familiar, pois sua mãe tem formação na área e sempre o incentivou a estudar o idioma. Esse contato precoce com o português provavelmente contribuiu para o desenvolvimento de habilidades linguísticas e aprofundamento no estudo da língua posteriormente na vida do entrevistado, possibilitando suas atuações nas relações internacionais e administração pública. Digo precoce porque muitos timorenses só iniciam seu contato com o idioma na fase escolar.

A E4 decidiu estudar administração pública no Brasil para obter crescimento pessoal e profissional, conhecer mais da língua portuguesa, da cultura brasileira e contribuir para o desenvolvimento de seu país através da aplicação dos conhecimentos e experiências adquiridos durante seu curso.

A E4 demonstra uma apreciação e interesse pela língua portuguesa ao optar por estudar administração pública no Brasil. Diante disso, busca não apenas expandir seu conhecimento sobre a cultura brasileira, mas também aprofundar sua proficiência na língua portuguesa. A condição linguística da entrevistada em relação à Língua Portuguesa é

caracterizada por um desejo de crescimento pessoal e profissional por meio do estudo da administração pública no Brasil.

Com base nas informações dispostas acima, os informantes que possuem um contato mais próximo com a língua portuguesa tendem a ser aqueles que trabalham em ambientes administrativos oficiais, em áreas que exigem um certo nível de proficiência no idioma. Além disso, aqueles que ocupam cargos de liderança ou têm um papel ativo na sociedade geralmente têm um contato mais próximo com a língua portuguesa, como é o caso dos informantes dessa pesquisa.

Indagados acerca da importância ou não do português na vida deles, o discurso que se escuta é sempre o mesmo: “a língua portuguesa é muito importante, é importante para o país etc.”, com um grau de concordância na maioria dos discursos dos entrevistados.

Quadro 7: Pergunta 2

2. Qual a importância da língua portuguesa na sua vida?	
Entrevistado	Resposta
E1	Com certeza a língua portuguesa é muito importante para minha vida e também para o país. Eu comecei aprender a língua portuguesa depois da restauração da independência porque nasci nos tempos da Indonésia e fiz meu ensino primário no tempo da Indonésia. Apaixonei-me pela língua tanto. A língua portuguesa tem vindo mudar a minha vida. Considero a língua portuguesa como estratégica para o desenvolvimento do país.
E2	Estudar português é um privilégio e ensinar português é um maior privilégio ainda, ensinar português no Timor-Leste é construir o futuro do país.
E3	Como timorense a língua portuguesa é uma identidade. Língua portuguesa é uma oportunidade para se desenvolver e desenvolver o país. O português torna Timor-Leste internacional. A importância da língua portuguesa sempre existiu mesmo com a invasão da Indonésia

E4	Português é importante para socializar. É uma língua importante porque é uma das línguas mais faladas no mundo, juntamente com a língua inglesa. Aprender a ler e escrever em português, mas em casa não pratica.
----	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas do(a)s informantes.

Embora seja posto todo o privilégio que a língua portuguesa possui e estabelece em Timor-Leste, empiricamente observamos que ela provoca também dificuldades, uma vez que concorre com o tétum, com as línguas de trabalho, e com as demais línguas nacionais. Notadamente, a língua portuguesa, na perspectiva dos entrevistados, representa uma forma de crescimento do Estado, um reconhecimento mundial e individual. E, mesmo com as dificuldades na aquisição da língua, segue sendo importante aprender português. Segundo os informantes, saber e utilizar o português ainda continua sendo uma forma de resistência à Indonésia, o que soa contraditório quando em TL a maior parte da população utiliza a língua indonésia e/ou o inglês para se comunicar em ambientes administrativos, como repartições públicas. Embora todo privilégio da língua portuguesa em TL seja nítido, a exemplo a oficialização na Constituição, bem como a língua de instrução do sistema educativo do país, na realidade observamos também grandes desafios e aqui citamos, a concorrência com as demais línguas de trabalho.

Segundo Gameiro (2011), nesse caso, a concorrência linguística existente em Timor-Leste promove uma diminuição pela escolha da língua portuguesa por parte da massa populacional do país, sobretudo um reforço significativo da presença e da importância social do tétum na sociedade timorense. Consequentemente há uma maior adesão pelas línguas de trabalho, que favorecem prestígios e oportunidades no cenário de empregos no país. Assim, os profissionais que dominam essas línguas têm mais chances de serem selecionados para determinadas posições no mercado de trabalho.

Segundo Albuquerque (2011) a presença da língua inglesa apresenta uma divisão de opiniões dentre os timorenses. Importante mencionar que há instâncias de governo em que esse idioma está bastante presente, como é o caso do Ministério das Finanças, e, por conta da presença da Organização das Nações Unidas (ONU) por 10 anos no país, uma ou outra palavra em inglês são ouvidas no cotidiano de Díli.

A moeda local é o dólar americano e as relações técnicas e comerciais com Singapura e, sobretudo, Austrália, são muito grandes, o que reforça a presença do idioma no

país. Apesar disso, existem partes da população que não são a favor da língua inglesa, pois acreditam que ela acaba por prejudicar o uso e a preservação das línguas nativas.

Como resultado da realidade apresentada nas falas dos participantes da pesquisa, sentimos que o povo timorense tem valor afetivo e simbólico com a língua portuguesa como forma de identidade, porém uma identidade demarcada em oposição à colonização indonésia.

A terceira pergunta da nossa pesquisa tem como objetivo obter uma perspectiva sobre a percepção da língua portuguesa em Timor-Leste. Nessa pergunta, buscamos identificar como os participantes enxergam a presença (ou ausência) do idioma no país.

Quadro 8: Pergunta 3

3. Como você vê a língua portuguesa em Timor-Leste?	
Entrevistado	Resposta
E1	Precisamos promover o português nos espaços públicos e nas mídias. A língua portuguesa está mais na parte dos documentos. Na comunicação funciona mais a língua tétum.
E2	Vemos a língua nos cafés e restaurantes brasileiros.
E3	Mercado de trabalho focado na anglofonia.
E4	O português fica restrito a ambientes portugueses ou brasileiros.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas do(a)s informantes.

É possível perceber que, explícita ou implicitamente, os entrevistados afirmaram que é necessário incentivar e promover o uso da língua portuguesa em espaços públicos e mídias de forma mais ampla. Atualmente, a língua portuguesa é mais utilizada em documentos oficiais e burocráticos, mas, para a comunicação diária, a língua tétum é mais predominante. A partir das falas dos participantes, observamos o uso do português principalmente em cafés e restaurantes brasileiros, enquanto que, na visão deles, o mercado de trabalho tende a valorizar mais o domínio da língua inglesa e o uso do português acaba sendo limitado a ambientes relacionados a Portugal e/ou ao Brasil. O uso da língua portuguesa ainda está muito ligado às instituições educacionais e governamentais, com pouca

participação na vida cotidiana. Em geral, os falantes preferem utilizar as línguas que dominam.

Na pergunta a seguir estamos interessados em compreender a situação linguística em Timor-Leste do português, considerando a sua história colonial e sua importância como uma das línguas oficiais do país, com isso, pretendemos saber quais são os espaços em Timor-Leste onde se percebe a presença e uso da língua portuguesa.

Quadro 9: Pergunta 4

4. Quais são os espaços em Timor-Leste que se percebe à língua portuguesa?	
Entrevistados	Respostas
E1	Nas repartições públicas e na escola.
E2	Mais na parte do governo e no ensino. Nas missas também se usa o português, mas a missa em tétum acontece mais cedo antes da missa em português.
E3	Apesar de ser oficial só nas escolas, no ensino superior, ou seja, no governo.
E4	Na escola, mana e na universidade que eu estudei tinha disciplinas em português e língua indonésia.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas do(a)s informantes.

A situação linguística em Timor-Leste do português, em conformidade com os entrevistados, é mais evidente nas repartições públicas. Também se percebe ser comum o uso do português nas comunicações e documentações oficiais. No ensino, o português também é utilizado como língua de instrução e, em alguns casos, a língua indonésia também está presente nesses espaços. Já nos ritos religiosos, como na missa, o português também é utilizado.

Segundo Albuquerque (2013), geralmente as explicações dos conteúdos ministrados em sala de aula são realizadas em tétum, mas também cabe ao professor a escolha de uma língua, de acordo com a realidade linguística de sala de aula. Instituída como língua de instrução, a língua portuguesa deveria ser implantada gradativamente a cada ano, mas por não ser de conhecimento de grande parte dos professores, a utilização fica restrita,

principalmente nas escolas localizadas nas zonas mais afastadas da capital. Conforme Oliveira (2022) no ensino, a língua portuguesa está restrita muitas vezes à lousa e aos materiais didáticos os quais, nem sempre, os estudantes têm acesso constante. Apesar dos entrevistados relatarem que o uso do português é comum nas comunicações e documentos oficiais do Governo de Timor-Leste, a língua portuguesa divide espaço com outras línguas. De acordo com Neves (2011) em relação aos ambientes oficiais, outras línguas estão presentes, até mesmo mais que o português como é o caso do tétum, ou do inglês (Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério das Finanças). Segundo Silveira (2018) sobre a questão religiosa, nas missas é possível encontrar a presença da língua portuguesa em determinados horários, nas igrejas mais centrais da capital Díli. Ainda conforme o autor é possível encontrar missas em inglês e indonésio. Há ainda as cerimônias religiosas locais que ocorrem em tétum ou nas demais línguas timorenses, nunca em língua portuguesa.

Diante do contexto multilíngue de Timor-Leste aqui já apresentado, analisamos e constatamos que o português convive – ora pacificamente, ora em disputa – com as demais línguas em território timorense. Além disso, os processos históricos de colonização, a independência e sua restauração corroboraram para o atual cenário multilíngue do país e para, acima de tudo, os conflitos e disputas linguísticos existentes. Tal panorama linguístico também é contemplado na Constituição do país, conforme nos aponta Silveira (2018).

A situação da língua portuguesa em Timor-Leste é complexa e apresenta desafios. Apesar de ser uma das línguas oficiais do país, juntamente com o tétum, o uso prático do português é limitado em determinados ambientes e contextos, como podemos observar nos discursos dos entrevistados. Segundo Freire (2011), essa situação da língua portuguesa em Timor-Leste reflete uma discordância entre as políticas oficiais (*in vitro*) e sua implementação prática (*in vivo*). Portanto, demonstra a situação desafiadora da língua portuguesa no país e aponta para a necessidade de políticas mais eficazes para sua promoção e preservação.

Sobre as mídias (jornais, televisão, rádio, sites institucionais, dentre outros meios de comunicação existentes) em Timor-Leste, indagamos como os informantes percebem a língua portuguesa nesses espaços, diante disso, a pergunta cinco da nossa pesquisa tem como objetivo investigar se o português é dominante ou não e, ainda, se existem outras línguas mais utilizadas nos meios de comunicação em Timor-Leste.

5. Sobre as mídias (jornal impresso, televisão, rádios e sites institucionais) em Timor-Leste, como você percebe a língua portuguesa nesses espaços?	
Entrevistados	Respostas
E1	Vemos pouca coisa de português na mídia de Timor. Às vezes no jornal impresso. Na televisão quase não. Na rádio, eu sei.
E2	Três elementos importantes para divulgar a língua: professores, mídia que são os jornalistas e os tradutores. Na mídia não é possível verificar muita presença da língua portuguesa neste espaço. O Jornal Timor Post tem uma página em português, coisa de sete páginas, duas é português, sim. A música brasileira está presente no interior. Zezé de Camargo é o amor, Leandro e Leonardo. Aqui tem um pessoal do interior que gosta de música brasileira
E3	Na rádio, música africana, como é o cantor? Ah Calema, eu acho. Também tem o funk brasileiro, forró Calcinha Preta, essas músicas aí
E4	O português está com situação crítica na mídia timorense.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas do(a)s informantes.

A presença da língua indonésia na mídia timorense é significativa e podemos considerar pontual devido à influência histórica e cultural entre Timor-Leste e Indonésia. Na mídia timorense, especialmente na rádio e na televisão, é comum encontrar programas em língua indonésia. Muitas estações de rádio transmitem músicas indonésias e os programas de televisão também transmitem conteúdos em língua indonésia, bem como programas de notícias em língua indonésia. Além disso, alguns jornais e revistas em Timor-Leste também têm seções dedicadas à cobertura de notícias e eventos em língua indonésia.

A língua portuguesa também vem ganhando visibilidade nos meios de comunicação, como rádio e televisão. A rádio nacional e as estações locais transmitem programas em português de forma reduzida, enquanto a televisão nacional oferece programas em português (minimamente), inglês e bahasa (com vasta programação na língua indonésia). Além disso, várias organizações não-governamentais têm promovido a língua portuguesa, através de programas de alfabetização e formação de professores. Assim, é possível ver que o movimento de promoção da língua portuguesa em Timor-Leste vem ganhando força nos últimos anos, mesmo que esses avanços sejam de forma lenta.

Diante da situação apresentada, percebemos que o uso da língua portuguesa também é modesto nos espaços de mídia do país, fator que decorre da falta de profissionais tradutores capacitados e habilitados para atuarem na referida área. Entendemos, nesse momento da análise, ser importante discutir a questão da formação de profissionais qualificados para atuarem no ensino e na promoção da língua portuguesa, bem como trazer alguns exemplos de usos linguísticos em sites oficiais de Timor-Leste. A intenção de discutir e ilustrar essas questões reside em ampliar as discussões a respeito da complexidade quanto à presença da língua portuguesa no cenário timorense.

Segundo o entrevistado três, o processo de formação é a principal ferramenta para promover o português a nível nacional. A cooperação internacional brasileira desempenhou um papel fundamental na promoção da variante brasileira da língua portuguesa em Timor-Leste. Desde que Timor-Leste se tornou um estado independente, em 2002, o Brasil tem sido um dos principais parceiros do país, desempenhando um papel importante na promoção e disseminação da língua portuguesa. Além disso, o Brasil tem oferecido bolsas de estudo para estudantes timorenses que desejam estudar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, alinhada à integração com as nações que integram a CPLP, proporcionando também o intercâmbio cultural, científico e educacional. O Brasil também forneceu a Timor-Leste professores de português através do Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa. O programa resultou de acordo firmado entre os governos de Brasil e Timor-Leste.

Importante frisar que a cooperação internacional brasileira tem sido afetada pelo golpe político e econômico de 2016²⁷, conseqüentemente a cooperação internacional brasileira no campo da educação foi afetada com a chegada do novo governo, o então governo adotou uma abordagem mais conservadora, que privilegiava a estabilidade econômica em detrimento de outras áreas, como a educação. Além disso, a redução de verbas destinadas à educação contribuiu para a diminuição da cooperação internacional brasileira. Por ocasião do golpe político de 2016, a variante europeia passou a ser cada vez mais presente em diversas instâncias governamentais, assim como nos telejornais, justiça e principalmente no campo da educação de Timor-Leste, em contrapartida ainda é possível encontrar a variante brasileira, essa muito mais ligada à música e às novelas brasileiras exibidas no país. Com a vitória nas urnas de Luiz Inácio Lula da Silva e, conseqüentemente, a sua volta à presidência do Brasil, espera-se que isso resulte em uma nova busca por parcerias e acordos de cooperação internacional, visando fortalecer a economia brasileira e promover o desenvolvimento social do país, além de fomentar as políticas de internacionalização nos seus mais variados níveis.

O Portal Online do Governo de Timor-Leste contém informações sobre a história, política, cultura, economia e sociedade timorense. O site também contém artigos, dados e documentos na língua portuguesa, tais como a Constituição Timorense, leis, atas, regulamentos, etc. Além da língua portuguesa, os documentos e informações também estão disponíveis em línguas regionais, como o tétum e o bahasa indonésio. Existem ainda outros sites do governo que contém informações sobre o turismo, agricultura, saúde e educação da nação timorense. Esses sites também contém informações em língua portuguesa, mas sempre de forma reduzida ou até mesmo inexistente a presença da língua portuguesa nesses espaços, a exemplo do site do Gabinete Nacional de Estatística. Conforme a imagem do site (Figura 3), podemos perceber que apenas as versões do Censo Populacional e de Habitação de 2010 do país em inglês e tétum estão disponíveis para *download*. Os demais Censos, 2015 e 2022, não estão dispostos na plataforma.

²⁷ Primeiramente, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, houve uma mudança de rumo nas políticas externas do Brasil. O governo do presidente Michel Temer adotou uma postura mais conservadora e neoliberal, o que levou a um afastamento de antigos parceiros internacionais, como os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e os países latino-americanos. Além disso, o golpe afetou negativamente a imagem do Brasil no cenário internacional, levantando preocupações sobre a estabilidade política do país. Outro aspecto que prejudicou a cooperação internacional brasileira foi a crise econômica que se seguiu ao impeachment. Com o agravamento da recessão, o país passou a enfrentar dificuldades financeiras e cortes de recursos para programas de cooperação internacional. Isso resultou em uma redução das iniciativas de ajuda ao desenvolvimento e cooperação técnica oferecidas pelo Brasil a outros países. Certamente, o golpe político e econômico teve um impacto significativo na forma como o Brasil é percebido e em suas iniciativas de cooperação com outros países.

Na parte superior direita do site podemos visualizar as bandeiras da Austrália, Portugal e Timor-Leste, logo as traduções disponíveis deveriam ser: o inglês australiano, o português de Portugal e o tétum-praça de Timor-Leste.

Figura 12: Estatísticas de Timor-Leste.

The screenshot shows the website for the General Directorate of Statistics in Timor-Leste. The main header features the logo and the text 'Statistics Timor-Leste General Directorate of Statistics'. A navigation menu includes links for HOME, ABOUT US, CENSUS, SURVEYS & INDICATORS, NSDP-TL, OLS-E-I, PUBLICATIONS, KNOWLEDGE CENTER, ANNOUNCEMENTS, CONTACT US, and SENSUS DAYS. A search bar is located in the top right corner. Below the navigation menu, there is a banner for '34 # Preliminary Results Census 2022' with the Tetum translation: '# Resultadu Preliminario Populasau Censu 2022 iha Timor Leste; Mane 678.087 Feto 662.347 Total 1.340.434'. The main content area is titled 'Census Summary 2010' and includes a breadcrumb trail: 'Home > Publications > Census Publications > 2010 > Census Summary 2010'. A 'Print Page' link is also visible. The page displays a table of documents available for download:

Document:	Downloads:
Census Summary 2010	English Portuguese Tetum
Tetum Wall Chart Census 2010	English Portuguese Tetum

At the bottom of the page, it indicates 'Pages: 1'.

Fonte: disponível no site Estatísticas de Timor-Leste, 2022.²⁸

Desde que foi criado, em 30 de julho de 2000, ainda sob administração das Organizações das Nações Unidas, o Gabinete Nacional de Estatística (GNE) tem desempenhado um papel importante na melhoria da qualidade dos dados estatísticos em todo o país. O Gabinete Nacional de Estatística (2000) está comprometido com a produção de dados estatísticos fidedignos e confiáveis para apoiar a tomada de decisão política informada. O GNE também desenvolve e disponibiliza dados para fins de investigação e planejamento e diante disso, tem empreendido esforços para melhorar o sistema estatístico de Timor-Leste, mesmo com baixo recurso financeiro, tem realizado com excelência a transmissão dos dados estatísticos do país.

²⁸ Para mais informações consultar, o site estatísticas de Timor-Leste.

O Gabinete Nacional de Estatística (2000) tem procurado desenvolver e implementar uma variedade de projetos estatísticos, incluindo a elaboração de Censos, Estudos Demográficos e Estudos Sociais; desenvolve agendas estatísticas nacionais, bem como colabora com outras agências de desenvolvimento para melhorar a qualidade dos dados estatísticos. O órgão tem desempenhado um papel importante na promoção da educação estatística entre os líderes políticos e a população em geral, além disso, desenvolve programas de formação estatística para os seus funcionários e outros profissionais envolvidos no processo de tomada de decisões, realizando workshops e seminários para ajudar a difundir conhecimentos estatísticos entre a população.

No Portal Online do Governo de Timor-Leste (Figura 12), como um outro exemplo que destacamos, é possível realizar o *download* de informações e documentos em português, como o estatuto, bem como a relação de membros do governo, com seus respectivos endereços postais. Além disso, na seção de "Notícias" da RDTL, é possível acessar comunicados, notas e informes também traduzidos para o português. Na seção "Primeiro ministro" é possível encontrar informações somente em língua portuguesa sobre os discursos, declarações, notas, entrevistas, artigos e textos do primeiro ministro. No site também é possível encontrar fotos, vídeos e informações sobre as diversas viagens realizadas pelo primeiro-ministro. Além disso, o site do governo oferece a possibilidade de subscrever o serviço de notificações para receber as últimas notícias por e-mail.

Apesar de apresentar as opções de idiomas, a saber; língua inglesa, portuguesa e tétum, alguns documentos presentes no site de estatísticas de Timor-Leste não possuem tradução em todos os idiomas oferecidos no website. Isso pode dificultar o acesso e entendimento das informações por parte dos usuários que não dominam a língua em que o documento está disponível. Além disso, a falta de tradução pode limitar a disseminação e o uso dessas estatísticas por um público mais amplo.

Seria importante que o site de estatísticas de Timor-Leste priorizasse a tradução de seus documentos para todas as opções de idiomas oferecidas, a fim de garantir a acessibilidade e facilitar a compreensão das informações por parte de todos os interessados. Isso também ajudaria a promover uma maior transparência e colaboração em termos de análise e uso dessas estatísticas.

Figura 13: Site do Governo de Timor-Leste

The image shows the official website of the Government of Timor-Leste. At the top left is the national emblem of Timor-Leste, featuring a shield with a sun, a star, and a banner, surrounded by the text 'REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE' and 'RDTL'. To the right, the text 'Governo de Timor-Leste' is displayed. Below this, there are flags for Timor-Leste (TT), Portugal (PT), and English (EN), along with the date and time: 'Sexta-feira, 22 de setembro de 2023 | 11:41'. A navigation menu includes links for 'Primeiro-Ministro', 'Governo', 'Legislação', 'Multimédia', 'Timor-Leste', and 'Anúncios'. The main content area features a large banner with the text 'Bem-vindo ao Portal on-line do Governo de Timor-Leste!' and a sub-headline 'O Portal on-line é uma iniciativa integrada na política de comunicação do Governo.' To the right of the banner is a photograph of the IX Constitutional Government of Timor-Leste, with the caption 'IX GOVERNO CONSTITUCIONAL DE TIMOR-LESTE' and 'Palácio Presidencial Nicotina Lebatel | 1 de Julho de 2021'. Below the banner, there are two main sections: 'Notícias' (News) and 'Pesquisa' (Search). The 'Notícias' section displays a news item titled 'Timor-Leste participa na 78.ª Assembleia Geral das Nações Unidas' with a sub-headline 'O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Bendito dos Santos Freitas, e a Ministra da Saúde, Elia A.A. dos Reis Amaral, acompanham o Presidente da República, José Ramos-Horta, na deslocação a Nova Iorque, por ocasião da 78.ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU) e duma ...' and a 'ver mais' link. The 'Pesquisa' section has a search bar with the text 'Pesquisar' and a 'Pesquisa Avançada' link. Below the search bar, there is a section titled 'Agenda' with the text 'Sem resultados para apresentar.' and a 'ver todos' link.

Fonte: Disponível no site do GOVERNO DE TIMOR-LESTE, 2022.

O site do Governo de Timor-Leste é um portal multilíngue que inclui traduções nas línguas oficiais do país (português e tétum) e também em inglês. Apesar das traduções estarem disponíveis, nem sempre é possível encontrar todos os documentos no site traduzidos nas três línguas mencionadas (português, tétum e inglês). Portanto, é possível que alguns

documentos estejam disponíveis apenas em uma ou duas das línguas oficiais oferecidas pelo site.

É importante destacar que o governo timorense tem se empenhado na promoção do uso da língua portuguesa no país. Esforços significativos têm sido realizados para tornar os ambientes sociais bilíngues, especialmente nos sites oficiais do governo. No entanto, é preciso reconhecer que ainda há desafios consideráveis em relação à língua portuguesa, como por exemplo, o baixo número de tradutores no país. Diante disso, compreende-se que a promoção do uso do português no território timorense ainda seja vista como um processo gradual e complexo.

Abaixo trazemos a imagem do site da Agência noticiosa de Timor-Leste (TATOLI), que possui sede no Palácio do Governo, em Díli. A agência nasce com o objetivo de satisfazer as necessidades de informação do país, tanto a nível nacional, quanto internacional. A TATOLI é responsável por cobrir tópicos, incluindo política, economia, cultura, esportes, saúde e eventos sociais.

Imagem 14: Tatoli (Agência noticiosa de Timor-Leste)

Sexta-feira, 22 de setembro de 2023.

CONTATO | O QUE SOMOS | TV AO VIVO

VARANDA MUNICÍPIO NACIONAL INTERNACIONAL ECONOMIA EDUCAÇÃO SAÚDE MULTIMÍDIA ESPORTE

HOJE NOTÍCIAS DÍLI NOTÍCIAS DE ÚLTIMA HORA SAÚDE POLÍTICA ANALISAR MUDAR COMBATE À FALTA ESTILO DE VIDA REFLEXÃO IMAGEM

SEGUNDA - SEXTA 10:00-11:00 LIVE ENTREVISTA ESKLUZIVA

NOTÍCIAS DE TÍTULO #ALMA GUERREIRA TIMORENSE #SUBSIDIO UMA KAIN' E 'CESTA BÁSICA #DIGA NÃO À VIOLÊNCIA #ADESÃO À ASEAN #AEMTL E CCI-TL

TÍTULO POLÍTICA HOJE NOTÍCIAS **Composição concluída do Conselho de Imprensa**

DESPORTO INTERNACIONAL DÍLI HOJE NOTÍCIAS **Mourinho de Jesus: "Tenho orgulho em representar Timor-Leste nos Jogos..."**

ECONOMIA DE TÍTULO **A MCI espera que o preço do arroz diminua com o apoio das empresas...**

DÍLI TÍTULO ARQUIVOS

Fonte: Disponível no site de Tatoli, 2023.

Antes da criação da Tatoli, há a criação da ANTIL (Agência Nacional de Teleinformação), a qual foi idealizada como um projeto experimental de um portal de notícias com o intuito de se tornar uma agência de notícias no futuro. O seu desenvolvimento foi realizado por um grupo de trabalho ao longo do ano de 2016. Em meados de 2017, recebe o estatuto de instituto público, com isso passa a se chamar TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste. Nesse contexto, ela foi fundada com o objetivo de fornecer informações e notícias confiáveis, precisas e imparciais sobre eventos e desenvolvimentos em Timor-Leste.

A agência Tatoli busca promover a liberdade de imprensa e o acesso à informação no país, contribuindo para o fortalecimento da democracia e da transparência. Além disso, procura estimular a formação de uma consciência crítica na população timorense, capacitando os cidadãos a tomarem decisões informadas. Cobre uma variedade de tópicos, incluindo política, economia, cultura, sociedade e esportes. A agência possui um grupo de jornalistas profissionais que trabalham para produzir notícias atualizadas e relevantes. As notícias são

divulgadas em diferentes formatos, incluindo texto, foto e vídeo, para atender às necessidades dos leitores.

Diferentemente do site de Estatísticas e do site da República, o website da Agência de notícias de Timor-Leste apresenta a tradução em língua indonésia, além das línguas oficiais e da língua inglesa. Embora possa haver algumas falhas ou imprecisões nas traduções, é provável encontrar a tradução desejada nos idiomas oferecidos. As empresas que desenvolvem essas tecnologias estão constantemente trabalhando para aprimorar a precisão e a estabilidade das traduções simultâneas. Portanto, mesmo que haja alguns problemas ocasionais, é possível obter a tradução nos idiomas disponíveis.

Em resumo o que podemos notar é que há pouca presença da língua portuguesa na mídia de Timor-Leste, principalmente na televisão. No entanto, há algumas páginas em português no jornal Timor Post, presença também reduzida. A música brasileira é bastante popular no país, especialmente nas áreas rurais, enquanto na rádio são tocadas músicas africanas e também funk brasileiro e forró, diante disso, observamos que a situação do português na mídia timorense é considerada crítica, apesar dos avanços conseguidos.

Dando continuidade às perguntas e respostas analisadas, com a pergunta de número 6, pretendemos obter informações sobre as iniciativas e ações em andamento no país para promover a língua portuguesa. Ações essas desenvolvidas por parte do Governo, de instituições religiosas e privadas, bem como organizações não-governamentais em Timor-Leste.

Quadro 11: Pergunta 6

6. Atualmente, quais são as políticas de promoção da língua portuguesa por parte do Governo, de instituições religiosas, privadas e organizações não-governamentais em Timor-Leste?	
Entrevistado	Resposta
(E1)	A maior promoção fica por parte do governo mesmo de Timor.
(E2)	A promoção da língua portuguesa através da literatura na escola. Visitamos escolas em Liquiça, Los Palos e Suai. Fazíamos

	<p>seminários em língua portuguesa e também tinha declamação de poesias.</p> <p>Também tem a promoção na rádio. O programa chama-se Guerreiros da Luz, a gente lia as obras do Paulo Coelho. Alguns autores brasileiros, também portugueses e timorenses.</p> <p>A promoção na religião é nas missas em português. Missa tétum mais cedo. Aí tem missa em português, tétum e bahasa. Por que depende do local também.</p>
(E3)	A promoção é mais a partir da capacitação dos professores.
(E4)	Eu lembro da Fundação Oriente. A promoção da língua portuguesa através de cursos. Eu fiz o meu lá.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas do(a)s informantes.

É possível perceber ações pontuais de promoção da língua portuguesa em Timor-Leste, reflexo do incentivo e da colaboração do Governo em parceria com países da CPLP, com instituições religiosas, privadas e afins. A maioria dos entrevistados concordou que há um grande esforço por parte do governo para promover o uso do português no Timor-Leste. Eles enfatizaram a necessidade de fortalecer e expandir o ensino de português nas escolas e universidades. Do ponto de vista do governo, há políticas de incentivo ao uso da língua portuguesa, como a promoção do ensino bilíngue nas escolas, com a língua portuguesa sendo uma disciplina obrigatória.

Quanto às instituições religiosas, essas também estão envolvidas na promoção da língua portuguesa em Timor-Leste, desempenhando um papel na promoção da língua portuguesa em Timor-Leste. A Igreja Católica, por exemplo, realiza missas e cerimônias religiosas em português, ajudando a manter o uso da língua na comunidade. Há, no entanto, muita presença da língua tétum e das demais línguas presentes no cenário linguístico timorense em diversas cerimônias religiosas, católicas ou não, conforme dito anteriormente.

Organizações não-governamentais também desempenham um papel importante na promoção da língua portuguesa em Timor-Leste. Estas organizações desenvolvem programas de ensino de português, além de oferecer bolsas de estudo e acesso à literatura e materiais de apoio em português. Além disso, elas também organizam e participam de eventos culturais e educativos para incentivar o uso da língua portuguesa, como é o caso da Fundação Oriente²⁹.

Além disso, há programas de intercâmbio estudantil entre Timor-Leste e países lusófonos, que visam aprimorar as habilidades em português dos jovens timorenses e promover o conhecimento e entendimento das culturas lusófonas. A cooperação³⁰ entre Timor-Leste e o governo brasileiro vem desde o ano 2000, e a UNILAB é um exemplo de parceria internacional em educação, a qual tem contribuído para o fortalecimento das relações bilaterais e para o desenvolvimento educacional, estudantil e cultural de ambos os países. Por meio dessas parcerias, os estudantes timorenses têm a oportunidade de receber uma educação de qualidade no Brasil e contribuir para o desenvolvimento de Timor-Leste em sua área de atuação.

Com a sétima pergunta de nossa pesquisa, pretendemos identificar se o Instituto Nacional de Linguística (INL) tem realizado ações relacionadas à gestão da língua portuguesa e da língua tétum.

Quadro 12: Pergunta 7

7. O Instituto Nacional de Linguística tem realizado ações na gestão da língua portuguesa e também da língua tétum, se sim, quais são essas ações?	
Entrevistado	Resposta
(E)	Conheço o Instituto Nacional de Linguística, mas não me recordo das ações

²⁹Criada em 18 de março de 1988, a Fundação Oriente foi instituída pela Sociedade de Turismo Diversões de Macau (STDM), por recomendação e iniciativa do Sr. Stanley Ho. Com sede em Lisboa, a fundação está presente no Oriente através das suas delegações na China (Macau), Índia (Goa) e em Timor-Leste (Dili). A fundação em Timor-Leste tem organizado concursos de literaturas, feiras de livros, auxiliando, também nas escolas do país, a fim de proporcionar acesso à língua portuguesa.

³⁰A cooperação entre Brasil e Timor-Leste é uma parceria bilateral que visa promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer os vínculos políticos, econômicos e culturais entre os dois países. Essa cooperação abrange diversas áreas, como saúde, educação, agricultura e cultura, e tem como objetivo principal beneficiar a população timorense. É uma demonstração da solidariedade histórica entre os povos brasileiro e timorense, e contribui para a construção de um mundo mais justo e igualitário.

(E2)	Preocupação com a escrita do tétum, mais com a escrita do tétum mesmo.
(E3)	Sim, conheço o guardião do tétum o Instituto Nacional de Linguística, mas parece que o instituto era para tratar do tétum e das nossas línguas nacionais, mas não conheço as ações. Hum, mas parece que querem normatizar o tétum porque não tem uma escrita única. Por exemplo, o uso do kapa [referência à letra K] ou do C.
(E4)	Conheço o instituto Camões e cursos nas embaixadas de Portugal. Não conheço o Instituto Nacional de Linguística em Timor.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas do(a)s informantes.

Através do Decreto nº1/2004, de 14 de Abril, o INL tornou-se responsável por ser o "guardião científico do Tétum Oficial" (tétum praça). Esta mesma legislação estabeleceu como padrão ortográfico o Tétum Oficial desenvolvido pelo INL. Segundo Neves (2011) nesse sentido, o INL tem como missão promover o ensino e a aprendizagem da língua tétum, cumprindo assim com os objetivos definidos pelo Governo de Timor-Leste de disseminar o Tétum Oficial, a saber: o desenvolvimento, modernização e disseminação do Tétum-Praça; a preservação e promoção das demais línguas nacionais/ locais; subsequentemente corroborada pelo bilinguismo oficial da RDTL, a estratégica parceria linguística Tétum-Português.

Conforme os dados coletados na entrevista, o INL não tem realizado ações visíveis na gestão das línguas tétum e português. O desenvolvimento de programas de ensino e aprendizagem, a formação de professores, a promoção da língua e cultura, o desenvolvimento de recursos linguísticos, e o apoio à pesquisa linguística são ações que estão adormecidas no INL. Diante disso, a gestão das línguas fica desassistida e o seu papel de valorização e fortalecimento das línguas afetado.

Na oitava e última pergunta aplicada na entrevista, buscamos compreender como o ensino da língua portuguesa tem sido realizado em Timor-Leste, nos espaços educativos/formativos, além de verificar se existe alguma iniciativa de aprendizado fora desses espaços.

Quadro 13: Pergunta 8

8. Como tem acontecido o ensino de português em Timor-Leste, na escola, na universidade, bem como fora desses espaços?	
Entrevistado	Resposta
E1	Há promoção do português. Antes se usava mais o tétum, mas agora usa português nas aulas o tétum é auxiliar.
E2	A adoção do método de ensinar língua portuguesa e o fracasso das políticas públicas contribuíram para a situação do português em Timor. No ensino de português há uma mudança maior da língua portuguesa da promoção.
E3	Vou começar com o ensino básico, a professora vem com o material em língua portuguesa às vezes traduzido pro tétum e passa pros estudantes. Mas o ensino começa com língua portuguesa, mas não 100% Na igreja tem missa em língua portuguesa Nas universidades depende do professor. Se o professor for formado na Austrália, vai optar por usar inglês.
E4	O ensino de português através da língua tétum, mas também depende muito dos ambientes e dos professores.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas do(a)s informantes.

Com base nas respostas apresentadas pelos entrevistados, o ensino de português em Timor-Leste parece ser um dos principais desafios do sistema educacional do país. O ensino em Timor Leste tem passado por várias transformações desde a independência do país em 2002. Antes disso, durante o período de ocupação indonésia, o sistema educacional era controlado pelo governo indonésio e frequentemente voltado para a disseminação da cultura e valores indonésios. É importante recordarmos que antes do período de ocupação indonésia, apesar do ensino de português existir e ser administrado pelos colonizadores, esse ensino era restrito a uma determinada elite no país, ou seja, um ensino para poucos. Após a independência, Timor-Leste tem buscado desenvolver seu próprio sistema educacional, focando na promoção da educação de qualidade para todos os cidadãos.

O sistema educacional em Timor-Leste passou por reformas significativas após a independência do país, buscando fortalecer o ensino do português. Segundo o Plano de

Desenvolvimento Estratégico de Desenvolvimento (2011 -2030), atualmente, o sistema de ensino em Timor-Leste está dividido em: Ensino Pré-Escolar (3 à 5 anos); Ensino Primário (6 à 11 anos); Ensino Pré-Secundário (12 à 14 anos); Ensino Secundário (15 à 17 anos) e Ensino Superior (18 à 23 anos, em média). O ensino Primário e o Pré-Secundário fazem parte da Educação Básica, o Ensino Secundário divide-se em: Escolas Gerais e Escolas Secundárias Técnicas, por fim o Ensino Superior subdivide-se em Ensino Superior Técnico e Ensino Superior Universitário.

Na Educação Pré-Escolar, as crianças têm acesso a atividades de aprendizagem lúdicas, como música, artes, línguas e informática. Além disso, também podem fazer parte de atividades de desenvolvimento de habilidades motoras, como esportes e jogos. Na Educação Básica, alunos do primeiro ao nono ano têm acesso a currículos nacionais, que incluem língua portuguesa, matemática, ciências e tecnologia, história, geografia e artes. Na Educação Secundária, os alunos têm a oportunidade de se aprofundar em áreas específicas de interesse, através de cursos e programas de estudo. Esta etapa de ensino também oferece um programa de estudos abrangente, que inclui língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e artes. No Ensino Superior, os alunos têm acesso a programas de graduação, mestrado e doutorado, nos campos de saúde, ciências sociais, humanidades, engenharia e tecnologia. Na Formação Profissional, os alunos têm a oportunidade de desenvolver habilidades práticas em áreas específicas, como agricultura, pecuária, silvicultura, artesanato, tecnologia da informação e serviços.

Defendemos que a estratégica parceria linguística Tétum-Português no campo educacional é de suma importância para a presença/sobrevivência da língua portuguesa nesse espaço. Apesar das políticas linguísticas adotadas por parte do governo, o português não é a língua materna da maioria dos timorenses. Por isso a língua tétum também é amplamente usada na educação e é ensinada nas escolas primárias ao lado do português. Embora o progresso na educação em Timor-Leste ainda seja desafiador, a língua portuguesa continua desempenhando um papel significativo no campo educacional.

CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No último capítulo deste trabalho, será apresentada as considerações finais, propondo conclusões a partir das informações obtidas nas entrevistas, assim como a interpretação dos planejamentos linguísticos identificados nas políticas linguísticas de promoção da língua portuguesa em Timor-Leste. Além disso, serão apresentadas as principais contribuições do estudo, bem como as limitações encontradas.

A presença da língua portuguesa ainda é pontual e restrita, isso é notável a partir dos documentos, da situação linguística que a língua se encontra em Timor-Leste, bem como das respostas analisadas dos entrevistados. Atualmente, apesar da realidade contrastiva entre as políticas *in vivo* e *in vitro*, podemos observar avanços significativos, principalmente em relação ao uso do português.

Enquanto a Constituição de Timor-Leste reconhece a língua portuguesa como a língua oficial do país, a realidade cotidiana dos timorenses é bem diferente, como apresentado no discurso dos entrevistados. Além disso, o uso da língua portuguesa está em declínio em relação às outras línguas locais, como o tétum, que é cada vez mais usado em casa, na escola e na mídia. Diante disso, é necessário que as autoridades tomem medidas para reintroduzir o português na vida cotidiana dos timorenses, como o desenvolvimento de programas de ensino e o apoio à produção de conteúdo em português, seguindo os planejamentos linguísticos. Essas medidas devem ser tomadas com base na realidade linguística do país, e não apenas no reconhecimento da língua portuguesa na Constituição.

Em termos educacionais é essencial que o planejamento linguístico seja considerado nas reformas educacionais, para que a educação seja alcançada com equidade, respeitando e valorizando a diversidade cultural do país.

A Lei de Bases da Educação foi a primeira Lei Educacional de Timor-Leste a ser aprovada desde que o país se tornou independente. Esta lei visa garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma educação de qualidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do país. A lei reflete o grande esforço de reintrodução da língua portuguesa, bem como do tétum, no sistema de ensino do país, após longo período de dominação por parte da Indonésia também refletida no processo de ensino de Timor-Leste.

Os Artigos 13º e 16º tratam da organização do Ensino Básico e Secundário, respectivamente, o que proporciona criar um espaço de ensino pautado na

interdisciplinaridade, bem como na interculturalidade no sistema, promovendo e valorizando as línguas e também a cultura e identidade nacional do povo timorense.

Sobre o Artigo 35.º (Princípios do Planejamento Curricular), é importante adotar metodologias que facilitem a compreensão dos conteúdos, como a utilização de jogos, dinâmicas, leituras e discussões nas línguas oficiais, evidentemente levando em consideração o contexto linguístico do ambiente de ensino.

Mesmo com a divisão do sistema educativo em Timor-Leste, existem ainda muitas áreas que necessitam de melhorias, como infraestrutura escolar, acesso à tecnologia, qualidade de ensino, profissionalismo docente, entre outras. Assim, é importante que o governo continue a investir na educação e na formação profissional para que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. O investimento contínuo na formação de professores, na disponibilização de materiais educacionais adequados e na inclusão das línguas maternas é fundamental para garantir um sistema educacional eficaz e inclusivo em Timor-Leste.

Contudo, a disparidade das leis e da realidade linguística apresentada do português em Timor-Leste é resultante de um processo de restauração/reintrodução de um sistema político/educacional defasado pelos processos colonizadores diferentes e conflitantes.

Timor-Leste é o único país de língua oficial portuguesa na Ásia, onde a língua portuguesa é reconhecida como um dos idiomas oficiais, juntamente com o tétum. A valorização e o fortalecimento da língua portuguesa em Timor-Leste são resultados de políticas linguísticas e planejamentos desenvolvidos e implementados pelo governo do país. Pensar acerca dessa valorização, assim como fortalecimento da língua portuguesa em solo timorense é evidenciar a riquíssima e encantadora questão linguística que o país possui.

A importância da questão linguística em Timor-Leste reside no fato de que as línguas são uma parte fundamental da identidade e da cultura de um povo. Ao reconhecer e valorizar a diversidade linguística do país, estamos reconhecendo e valorizando a diversidade cultural de Timor-Leste. Além disso, a valorização linguística/cultural tem implicações práticas e políticas, pensando nisso, a promoção do multilinguismo contribui diretamente para a inclusão social e a igualdade de oportunidades.

Ao longo do trabalho, foi possível observar que a língua portuguesa desempenha um papel importante na sociedade timorense, servindo como língua oficial e de educação.

Oficialidade motivada por motivos históricos e políticos, uma vez que Timor-Leste foi uma colônia portuguesa por mais de 400 anos antes de se tornar independente em 2002, como mencionado anteriormente. O português é a língua dos documentos legais, da administração pública e dos programas educacionais. Isso significa que o conhecimento de português é essencial para aqueles que desejam trabalhar no governo, na educação ou em outras áreas que lidam com o setor público no país.

No contexto da política linguística para o português em Timor-Leste devemos considerar três momentos sociais/linguísticos. O primeiro deles, o Período colonial português: Durante esse período, a política linguística em Timor-Leste era orientada pelo interesse de manter o domínio e a influência da língua portuguesa. A língua portuguesa era imposta como língua oficial do governo, do sistema educacional e dos meios de comunicação. O objetivo era a assimilação dos timorenses à cultura portuguesa, o que incluía a adoção da língua portuguesa como língua de uso comum. O segundo deles, o Período indonésio: Durante a ocupação indonésia em Timor-Leste, a política linguística foi fortemente influenciada pela Indonésia. O governo indonésio impôs o uso da língua indonésia como língua oficial e de ensino no país. Essa política teve o objetivo de assimilar a população timorense e integrá-la à cultura e à língua indonésia. E o último período, o Período democrático: Após a independência de Timor-Leste, foram adotadas políticas linguísticas que buscavam promover a diversidade linguística e cultural do país. A Constituição de Timor-Leste estabelece o português e o tétum como línguas oficiais, com o objetivo de preservar a herança colonial portuguesa e a língua nacional. Além disso, reconhecem-se outras línguas nativas, como o bahasa indonésio, o inglês e outras línguas regionais, para promover a inclusão e facilitar a comunicação com outras nações. Em resumo, as políticas linguísticas em Timor-Leste passaram por diferentes fases ao longo dos períodos colonial português, indonésio e democrático.

Em dois dos três momentos, o país obteve políticas linguísticas voltadas à língua portuguesa e ainda assim, a situação da língua portuguesa é deficitária e crítica ao verificarmos, por exemplo, o número de falantes e os contextos reduzidos em que a língua se encontra. No campo dos planejamentos linguísticos em Timor-Leste temos uma realidade resumida em planejamento de aquisição: que diz respeito às políticas e estratégias voltadas para a promoção e desenvolvimento de línguas; o planejamento de status que se refere às políticas que determinam o papel e o reconhecimento oficial das línguas e o planejamento de corpus que está relacionado ao desenvolvimento de recursos linguísticos, como dicionários,

gramáticas, materiais educacionais e literatura nas línguas nacionais e locais. No geral, o planejamento linguístico em Timor-Leste envolve ações e estratégias para fortalecer e valorizar as línguas nacionais e locais, promover o multilinguismo e garantir o acesso a recursos linguísticos adequados. Tais iniciativas são fundamentais para a coesão social, inclusão e desenvolvimento sustentável do país.

No âmbito da política linguística, o governo tem atuado para promover o uso do português como língua oficial, como língua de uso público com base na Constituição e inserindo-o como parte do ensino primário, secundário e superior de acordo com a Lei de Bases da Educação.

Os documentos analisados, a saber, Constituição e a Lei de Bases da Educação são documentos que orientam quanto ao uso da língua portuguesa nos diversos espaços sociais de Timor-Leste. Esses documentos estabelecem princípios e diretrizes para a utilização da língua portuguesa no país, reconhecendo-a como uma das línguas oficiais do país e promovendo sua valorização e preservação. A Constituição estabelece o português como língua oficial juntamente com o tétum, enquanto a Lei de Bases da Educação determina o ensino e uso do português como língua de instrução nas escolas, além de promover seu ensino e aprendizagem em todo o sistema educacional. Esses documentos visam principalmente garantir o uso e a preservação do português, ao mesmo tempo em que promovem o multilinguismo e o respeito pela diversidade linguística em Timor-Leste. Apesar dos avanços conseguidos através dos documentos analisados, a língua portuguesa ainda é contrastiva na realidade do povo timorense. É importante ressaltar que a política ou planejamento linguístico para a promoção da língua portuguesa em Timor-Leste deve ser sensível às necessidades e demandas da população local, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade linguística.

Em contrapartida, a realidade da língua portuguesa expressada através dos discursos proferidos na entrevista, bem como o número de falantes, o uso do português reduzido a contexto administrativo, educacional e jurídicos refletem uma realidade diferente do contexto visto nas políticas e nos planejamentos linguísticos adotados em Timor-Leste. O uso do português restrito a contextos administrativos, educacionais e jurídicos revela que essa língua não é amplamente utilizada na comunicação cotidiana dos timorenses. Isso pode ser atribuído a diversos fatores, como a falta de fluência no português por parte da população, a disputa ideológica, a preferência pela língua materna ou outras línguas locais, e a influência do bahasa indonésio, que foi a língua dominante durante o período de ocupação indonésia.

A disputa ideológica em torno das línguas em Timor-Leste envolve a tentativa de equilibrar a preservação da identidade cultural e linguística do país com a necessidade de se comunicar com o mundo exterior e garantir o desenvolvimento econômico. Além das questões de identidade e história sociopolítica, interesses externos também influenciam a disputa ideológica em torno das línguas. Em suma, tal disputa em torno das línguas em Timor-Leste é complexa e envolve uma série de fatores, como identidade, história, interesses externos e desenvolvimento econômico.

Ainda é válido ressaltar que ao abordar um tema pouco estudado, esperamos trazer novas perspectivas e conhecimentos para a comunidade acadêmica da UNILAB e também para a sociedade timorense e brasileira em geral. Acreditamos que o resultado dessa pesquisa poderá influenciar e contribuir para discussões e debates sobre questões sociais relevantes, e potencialmente ter um impacto positivo nessas comunidades.

A falta de estudos sobre o tema em questão demonstra a necessidade de uma pesquisa aprofundada e pioneira neste campo. Ao destacar o ineditismo desta pesquisa, ressaltamos sua importância e sua capacidade de preencher uma lacuna de conhecimento existente. Além disso, ao estender a contribuição além do espaço acadêmico, visamos promover a conscientização e o entendimento da temática abordada. Ao levar os resultados da pesquisa para o contexto social timorense e brasileiro, esperamos oferecer informações relevantes e úteis que possam ser refletidas em políticas linguísticas, públicas, planejamentos linguísticos, dentre outras iniciativas.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Susete. (Re) Edificação do Sistema Educativo de Timor-Leste: Evolução e desafios atuais. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 39, p. 31-55, 2020. Disponível em:

https://run.unl.pt/bitstream/10362/111103/1/ArtigoRevista_SuseteAlbino.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

ALBUQUERQUE, Davi Borges de. **Esboço gramatical do Tetun Prasa: língua oficial de Timor-Leste.** , [s. l.], 2011, p. 53-59. Disponível em:

http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/9950/1/2011_DaviBorgesAlbuquerque.pdf. Acesso em: 26 dez.2023

_____, Davi Borges de *et al.* **Política linguística para as línguas oficiais em Timor-Leste: o português e o Tétum-Praça.** , [s. l.], 2012. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33037/19024>. Acesso em: 26 dez. 2023

ALMEIDA, Nuno Carlos Henriques de. **Língua portuguesa em Timor-Leste: ensino e cidadania.** 2008. 160 f. Língua portuguesa em Timor-Leste: ensino e cidadania (Doutorado) - 2008, [S. l.], 2008. Disponível em:

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/479/1/17753_Disserta00E700E3odeMestradoLCP.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023

ANTUNES, Sérgio Pereira. Português língua oficial em Macau e Timor-Leste: legitimidade no século XXI. **Revista Digital de Políticas Lingüísticas (RDPL)**, v. 8, 2016. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RDPL/article/view/15407>. Acesso em: 26 dez. 2023

AUGUSTO, Cleiciele Albuquerque et al. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural [online]**. 2013, v. 51, n. 4, pp. 745-764. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400007>. Epub 21 Mar 2014. ISSN 1806-9479. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400007>. Acesso em: 24 nov. 2022.

BATORÉO, Hanna Jakubowicz. **Ensinar português no enquadramento poliglóstico de Timor-Leste.** In: Palavras, v. 37, p. 55-65, 2010. Disponível em:

https://catedraportugues.uem.mz/storage/app/media/docs/bib_timor/Batoreo_2010_Palavras.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023.

CALVET, L. J. **As políticas linguísticas**. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CARIOCA, Cláudia Ramos. As funções sociais da língua e as políticas de difusão do Português no Timor-Leste. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 32, p. 427-447, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/delta/a/yrYPT3pnTBhbwGBNLgb7NNj/?lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2023

CARVALHO, Manuel Belo. As agências da construção da educação e formação de professores em Timor-Leste: produção e reprodução do discurso pedagógico de português. **Desafios da Educação em Timor-Leste: Responsabilidade social**, p. 41, 2018. Disponível em:
<http://repositorio.untl.edu.tl/bitstream/123456789/196/1/livro%20educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20Timor-Leste%20-%20responsabilidade%20social.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2023

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA:

Organização. *In: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.cplp.org/>. Acesso em: 07 abril. 2023.

CONHEÇA MAIS O TIMOR-LESTE. Brasil: [s. n.], 2012. **Mapa de Timor-Leste**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2012/03/26/conheca-mais-o-timor-leste/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. [S. l.], 2000. Disponível em:
<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

COOPER, Roberto L., **La planificación lingüística y el cambio social**. Cambridge: Editora da Universidade, 1997.

CRUZ, Brigida da Silva Pinto. **Memória da educação de Timor Leste**. 2017. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência da Natureza e Matemática) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, [S. l.], 2017. Disponível em:
<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3737/1/TCC%20Brigida%20da%20Silva%20Pinto.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2023.

CUNHA, M. Jandyra C. O Português para Falantes de Outras Línguas: redefinindo tipos e conceitos. In: ALMEIDA FILHO, J. C. P. de; CUNHA, M. J. C. **Projetos Iniciais em Português para Falantes de Outras Línguas**. Brasília; Campinas: Ed. da UnB; Pontes, 2007.

DISTRITO DE AINARO. [S. l.], 2002?. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=91>. Acesso em: 24 nov. 2023.

_____ de **Baucau**. [S. l.], 2002?. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=91>. Acesso em: 24 nov. 2023.

_____ de **Lautem**. [S. l.], 2002?. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=91>. Acesso em: 24 nov. 2023.

_____ de **Liquiça**. [S. l.], 2002?. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=91>. Acesso em: 24 nov. 2023.

_____ de **Manatuto**. [S. l.], 2002?. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=91>. Acesso em: 24 nov. 2023.

_____ de **Manufahi**. [S. l.], 2002?. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=91>. Acesso em: 24 nov. 2023.

_____ de **Oecussi Ambeno**. [S. l.], 2002?. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=91>. Acesso em: 24 nov. 2023.

_____ de **Viqueque**. [S. l.], 2002?. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=91>. Acesso em: 24 nov. 2023.

ESTATUTOS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA.

Comunidade dos Países de. Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Cimeira Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 1996. Disponível em <https://portal.oa.pt/upl/%7B78809f45-5e79-4506-bac2-39c56acaead5%7D.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

FERGUSON, Charles. **Diglossia**. Em: Palavra, 15, 1959.

FISHMAN, Josué. **Sociolinguística**. Rowley: Newbury Casa Pu-Blishers, 1970.

FREIRE, J. F. **Aspectos de Políticas Linguísticas: o caso de Timor-Leste**. 2011. Disponível em:

<https://docplayer.com.br/8435873-Aspectos-de-politicas-linguisticas-o-caso-de-timor-leste.html>. Acesso em: 26 dez. 2023

GAMEIRO, Aires. Corte observacional do uso da língua portuguesa em Timor-Leste na identidade timorense. In: **COOPEDU—Congresso Portugal e os PALOP Cooperação na Área da Educação**. 2011. p. 75-87. Disponível em:

https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2991/1/Gameiro_COOPEDUI_2.4.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023

GASPAR, Sofia Isabel Neves Fernandes. **A língua Portuguesa em Angola: Contributos para uma metodologia de língua Segunda**. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira) - Faculdade de Ciências, Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/15911>. Acesso em: 23 nov. 2023.

GROSJEAN, François; DE MELLO, Heloísa Augusta Brito; REES, Dilys Karen.

Bilingüismo individual. **Revista UFG**, v. 10, n. 5, 2008. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48213>. Acesso em: 26 dez. 2023

GUIMARÃES, Joice Eloi. Língua portuguesa em Timor-Leste: análise de orientações para o ensino da escrita. **PERcursos Linguísticos**, v. 7, n. 14, p. 503-522, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/15574/11639>. Acesso em: 26 dez. 2023

HENRIQUES, Paulo. **Política linguística em Timor-Leste: a ação e a formação dos tradutores**. 2021. 223 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação - especialidade em Literacias e Ensino do Português) - Universidade do Minho, Braga, 2021. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/75618>. Acesso em: 23 nov. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DE TIMOR-LESTE, INETL. Censo populacional. In: **Censo populacional 2022**. [S. l.], 2022. Disponível em:

<https://inetl-ip.gov.tl/pt/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística?: desafios glotopolíticos contemporâneos**. Parábola, 2018.

LAKATOS, E.; Marconi, M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

MAPA DOS DISTRITOS. [S. l.: s. n.], 2018. Figura. Disponível em: **Direção Geral de Estatística/General Directorate of Statistics**. Disponível em: <https://inetl-ip.gov.tl/pt/>
Acesso em: 24 nov. 2023.

MARIANI, Bethânia. **Colonização linguística**. Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4433000/mod_resource/content/1/Bethania%20Mariani_Coloniza%C3%A7%C3%A3o%20lingu%C3%ADstica.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023

MATTOSO, José. Sobre a identidade de Timor Lorosa'e. Camões. **Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, v. 14, 2001. Disponível em

[https://catedraportugues.uem.mz/storage/app/media/docs%202018_19/MATTOSO%20\(2001\).pdf](https://catedraportugues.uem.mz/storage/app/media/docs%202018_19/MATTOSO%20(2001).pdf). Acesso em: 23 nov.2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE. (2007). **Política Nacional da Educação (2007-2012)**. Construir a nossa nação através de uma educação de qualidade. Autor. Disponível em:

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10402/1/Reforma%20Curricular%20do%203%C2%BA%20Ciclo%20do%20Ensino%20B%C3%A1sico%20em%20Timor-Leste.pdf>

. Acesso em: 26 dez. 2023

NEVES, Eugénia de Jesus das. **Instâncias de poder e mudança linguística**: um estudo a partir de análise de empréstimos em jornais timorenses. 2011. 113f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-25052011-160813/pt-br.php>. Acesso em: 26 dez. 2023

NORONHA, Luís Cardoso de, A Questão Linguística Timorense, In: **Timor**: um País para o Séc. XXI, Instituto de Altos Estudos Militares. Universidade Católica Portuguesa. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expansão Portuguesa, Lisboa: Atena, 2001, pp. 179-181.

PAULINO, Vicente (2014). Da composição multiétnica de Timor-Leste. **Revista Veritas**, vol. 2, n. 3 (pp.7-25), Díli: PPGP-UNTIL. Disponível em:

<http://repositorio.untl.edu.tl/handle/123456789/183>. Acesso em: 26 dez. 2023

_____. Vicente. 2017. **Ser ou não ser do Timor**. O texto apresentado na Conferência de Encerramento do III Congresso do LIA da Universidade de São Paulo, 20 de outubro de 2017, São Paulo: Casa de Portugal. Disponível em: <https://www.casadeportugalsp.com.br/>. Acesso em: 26 dez. 2023

SOARES, António José de Oliveira. **Ensino de Português em Timor-Leste: Uma Análise dos Manuais de Português para o Ensino Secundário Geral**. 2022. 443f. Tese (Doutoramento em Ciências da Linguagem) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, 2022. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/141378>. Acesso em: 26 dez. 2023

PÉLISSIER, René. **Timor em Guerra: A conquista Portuguesa (1847-1913)**. Lisboa: Editorial Estampa, 2007. Disponível em: <https://catalogue.nla.gov.au/catalog/5981895>. Acesso em: 26 dez. 2023

PORTAL MUNICIPAL: Município de Ainaro. *In: Portal municipal* : Município de Ainaro. [S. l.], [200-]. Disponível em: <https://ainaro.gov.tl/pt/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

_____: Município de Baucau. *In: Portal municipal* : Município de Baucau. [S. l.], [200-]. Disponível em: <https://ainaro.gov.tl/pt/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

_____: Município de Lautem. *In: Portal municipal* : Município de Lautem. [S. l.], [200-]. Disponível em: <https://ainaro.gov.tl/pt/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

_____: Município de Liquiça. *In: Portal municipal* : Município de Liquiça. [S. l.], [200-]. Disponível em: <https://ainaro.gov.tl/pt/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

_____: Município de Manatuto. *In: Portal municipal* : Município de Manatuto. [S. l.], [200-]. Disponível em: <https://ainaro.gov.tl/pt/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

_____: Município de Manufahi. *In: Portal municipal* : Município de Manufahi. [S. l.], [200-]. Disponível em: <https://ainaro.gov.tl/pt/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

_____: Município de Oecussi Ambeno. *In: Portal municipal* : Município de Oecussi Ambeno. [S. l.], [200-]. Disponível em: <https://ainaro.gov.tl/pt/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

_____: Município de Viqueque. *In: Portal municipal* : Município de Viqueque. [S. l.], [200-]. Disponível em: <https://ainaro.gov.tl/pt/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

_____. Online do Governo de Timor-Leste: Governo de Timor-Leste. [S. l.], [2002?]. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2023.

RAMOS, André Gonçalves. Língua Portuguesa em Timor-Leste: Percurso Histórico e Políticas Atuais Para a Manutenção da Língua. *Línguas & Letras*, v. 20, n. 46, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/21406>. Acesso em: 26 dez. 2023

SEVERO, Cristine Gorski. Questões de língua, identidade e poder: hibridismos em Timor Leste. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 11, p. 95-113, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/qf3ZPVnghmtckWXJDhHQN3r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2023

SILVA, A. B. **Fretilin Popular Education 1973-1978 and its relevance to Timor-Leste today**. 2011. 327 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - University of New England, 2011. Disponível em: <https://rune.une.edu.au/web/handle/1959.11/11405>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SILVA, Elias Ribeiro da. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 52, p. 289-320, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/dT93Vp7MjTx9YgxPzqCrP4N/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23. nov. 2023.

SILVEIRA, Alexandre Cohn da. **Discursos sobre a língua (portuguesa) em Timor-Leste: entre colonialismos e resistências**. 2018. 342 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/198268/PLLG0738-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 nov. 2023.

_____. O Papel da Língua Portuguesa na Composição de uma Elite Política em Timor-Leste: Subsídios para uma Discussão Político-Linguística sobre Lusofonia. *Linguagens-Revista de*

Letras, Artes e Comunicação, v. 11, n. 1, p. 043-063, 2017. Disponível em:
<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/5968>. Acesso em: 26 dez. 2023.

_____. **Caminhos e Sombras das Línguas em Timor-Leste**. 2016. Disponível em
http://www.academia.edu/8540565/Caminhos_e_sombras_das_l%C3%A. Acesso em: 23 nov.
2023.

SOARES, Lúcia Vidal. Os plurilinguismos de Timor-Leste. **Povos e Culturas**, n. 19, p.
201-216, 1 jan. 2015. Disponível em:
<https://revistas.ucp.pt/index.php/povoseculturas/article/view/8995>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SOUTO, M.; Além, V. L.; Gonzales, AOF. Conceitos de língua estrangeira, língua segunda,
língua adicional, língua de herança, língua franca e língua transnacional. **JNLFLP**, 9,
Anais... p. 890-900, 2014. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/60sup/070.pdf>.
Acesso em: 26 dez. 2023.

TATOLI: Agência Noticiosa de Timor-Leste. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://tatoli.tl/>.
Acesso em: 24 nov. 2023.

TIMOR-LESTE. [Constituição (2002)]. **Constituição da República Democrática de
Timor-Leste**. [S. l.: s. n.], 2002. Disponível em:
http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf. Acesso em:
24 nov. 2023.

_____. Lei de Bases da Educação. **Decreto Lei**, v. 14, p. 2008, 2008. Disponível em:
<https://indmo.gov.tl/wp-content/uploads/2021/02/Lei-de-Bases-da-Educacao.pdf>. Acesso em:
23 nov. 2023.

_____. **Lei nº N.º 14/2008, de 24 de novembro de 2023**. O artigo 59.º da Constituição da
RDTL atribui ao Estado a criação de um sistema público de ensino básico universal,
obrigatório e, na medida das possibilidades, gratuito. [S. l.], 2008. Disponível em:
<https://indmo.gov.tl/wp-content/uploads/2021/02/Lei-de-Bases-da-Educacao.pdf>. Acesso em:
24 nov. 2023.

_____. **Instituto de Estatística. Censo Nacional da População e Habitação, 2022**.
Disponível em: <https://www.statistics.gov.tl/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

XIMENES, Custódio Barata. **Modelos de cooperação bilateral entre Portugal e Timor-Leste: o caso do ensino superior.** 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais e estudos europeus) - Universidade de Évora, Évora, 2012. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/15207/1/TESE%20VERS%c3%83O%20FINAL%2c%2020%2012.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.